EXEMPLAR ÚNICO

EXEMPLAR ÚNICO
SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Arquivo

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXIX — Nº 20 QUINTA-FEIRA, 4 DE ABRIL DE 1974 BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 30ª SESSÃO CONJUNTA, EM 3 DE ABRIL DE 1974

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO NINA RIBEIRO — Manifestação de louvor ao empreendimento de Paschoal Carlos Magno, denominado "A Barca da Cultura".

DEPUTADO ARNALDO BUSATO — Criação de uma nova zona de consumo de trigo para o Estado do Paraná.

DEPUTADO FLORIM COUTINHO — Sucessão governamental na Guanabara.

DEPUTADO LINS E SILVA — Homenagem de pesar pelo falecimento do Presidente George Pompidou.

DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN — Apelo ao novo Governador do Distrito Federal, no sentido da continuidade das obras monumentos da Capital.

DEPUTADO GABRIEL HERMES — Agravamento da situação dos posseiros da Colônia da Floresta, no Estado do Pará.

DEPUTADO ALFEU GASPARINI — Necessidade de apoio maciço à lavoura canavieira do Estado de São Paulo.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 13/73-CN, que regula os Direitos Autorais, e dá outras providências. **Rejeitado** o dispositivo vetado, ficando mantido o veto, após discutirem a matéria os Srs. Dias Menezes e Franco Montoro.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 31ª SESSÃO CONJUNTA, EM 3 DE ABRIL DE 1974

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO ARNALDO BUSATO — Noticiário da Imprensa do Sul do País, referente ao lançamento que seria feito pela Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul, com apoio de outros, visando a auto-suficiência na produção do trigo no Brasil.

DEPUTADO ARGILANO DARIO — Problema do aumento do custo de vida.

DEPUTADO NINA RIBEIRO — Método introduzido no Instituto Benjamim Constant, pela Professora Maria da Glória Beuttenmüller, que possibilitará ao deficiente visual assimilar o ensino da escrita.

DEPUTADO JOEL FERREIRA — Extinção da correção monetária para as casas adquiridas através do BNH.

DEPUTADO JUAREZ BERNARDES — Conclusão das obras do Teatro Nacional de Brasília.

DEPUTADO FLORIM COUTINHO — Problema do tráfego e estacionamento de automóveis em Brasília.

2.3 — ORDEM DO DIA

— Votação da parte vetada ao Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 1973 (nº 1.436-B/73, na Casa de origem), que cria Varas, Cartórios e cargos na Justiça do Distrito Federal, e dá outras providências. **Rejeitado** o dispositivo vetado, ficando mantido o veto.

2.4 — ENCERRAMENTO

3 — ATA DA 32ª SESSÃO CONJUNTA, EM 3 DE ABRIL DE 1974

3.1 — ABERTURA

3.2 — EXPEDIENTE

3.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO ARTHUR FONSECA — 25º aniversário de emancipação política do Município de Cerquilha — SP.

DEPUTADO BRAGA RAMOS — Providências adotadas pelo Governo do Estado do Paraná, de amparo aos flagelados das enchentes no Estado de Santa Catarina.

DEPUTADO FLORIM COUTINHO — Considerações sobre a futura administração do Presidente Ernesto Geisel.

DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN — Contagem recíproca do tempo de serviço do funcionário público e dos contribuintes da Previdência Social.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Problemática da habitação no País.

DEPUTADO ADHEMAR DE BARROS FILHO — Manifestação de pesar pelo falecimento do Presidente George Pompidou.

DEPUTADO SIQUEIRA CAMPOS — Providências do Governo Federal no sentido de atender às populações das áreas

EXEMPLAR ÚNICO

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Diretor-Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Chefe da Divisão Administrativa

ALCIDES JOSÉ KRONENBERG
Chefe da Divisão Industrial

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Seção II
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:
Semestre ..... Cr$ 100,00
Ano ..... Cr$ 200,00
Via Aérea:
Semestre ..... Cr$ 200,00
Ano ..... Cr$ 400,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr$ 0,30)
Tiragem: 3.500 exemplares

rural e urbana do Município de São Sebastião do Tocantins, atingidas pelas recentes enchentes.

DEPUTADO CARDOSO DE ALMEIDA — Majoração nos preços do açúcar.

DEPUTADO MAURÍCIO TOLEDO — Indicação do Dr. Roberto Ferreira do Amaral para a Pasta da Educação do Município da Capital do Estado de São Paulo.

DEPUTADO ARNALDO BUSATO — Criação de universidade na Zona Oeste do Estado do Paraná.

DEPUTADO JOÃO MENEZES — Aquisição pela Biblioteca do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, do livro "Uma Saudade", de autoria do escritor João dos Santos Vaz.

DEPUTADO CARLOS ALBERTO OLIVEIRA — Carta do Presidente da Casa dos Estudantes de Pernambuco, dirigida ao ex-Ministro Jarbas Passarinho, de congratulações pela atuação de S. Exª no Ministério da Educação e Cultura.

DEPUTADO JUAREZ BERNARDES — 36º aniversário de fundação do Jornal **O Popular.**

DEPUTADO ARLINDO KUNZLER — Assistência dada pela Central Evangélica de Ajuda para o Desenvolvimento da Alemanha, para construção da sede do Hospital de Caridade de Crissiumal — RS.

DEPUTADO TÚLIO VARGAS — Conferência sobre o Sesquicentenário do Poder Legislativo, proferida na Assembléia Legislativa do Estado de Alagoas, pelo Sr. José Luiz Guerra Rego.

DEPUTADO JAIRO BRUM — Situação de calamidade pública em que se encontram municípios dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

DEPUTADO MÁRCIO PAES — Contribuição da VASP na interiorização do desenvolvimento nacional e na ocupação dos vazios demográficos.

3.3 — ORDEM DO DIA

— Veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1973 (nº 1.595-B/73, na origem), que fixa os valores de vencimentos dos cargos do Grupo-Tributação, Arrecadação e Fiscalização, e dá outras providências. **Rejeitado** o dispositivo vetado, ficando mantido o veto, após usarem da palavra na sua discussão os Srs. Freitas Nobre, Lisâneas Maciel, JG de Araujo Jorge e Alceu Collares, tendo na oportunidade, encaminhado a votação, os Srs. Laerte Vieira e Wilmar Dallanhol.

3.4 — ENCERRAMENTO

4 — ATA DA 33ª SESSÃO CONJUNTA, EM 3 DE ABRIL DE 1974

4.1 — ABERTURA

4.2 — EXPEDIENTE

4.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN — Conclusão das obras do Teatro Nacional.

DEPUTADO CARDOSO DE ALMEIDA — Liberação da exportação do algodão.

DEPUTADO WALTER SILVA — Necessidade da revisão de intervenções sindicais determinadas pelo Governo.

DEPUTADO FERREIRA DO AMARAL — Compra de Hospitais pelo INPS no Estado do Paraná, em detrimento da classe médica.

DEPUTADO ERNESTO VALENTE — Prejuízos causados pelas enchentes no Estado do Ceará.

DEPUTADO MONTEIRO DE BARROS — Serviços prestados à economia do Estado de São Paulo, pela Associação dos Municípios do Vale do Rio Grande. Quinto aniversário de fundação do jornal **O Diário.**

DEPUTADO FLORIM COUTINHO — Necessidade de se assegurar a integração da Antártida Brasileira.

4.3 — ORDEM DO DIA

— Veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 111/73 (nº 2.285-C/70, na origem), que dispõe sobre o prazo de prescrição do direito de pleitear judicialmente por inobservância do Estatuto do Trabalhador Rural. **Rejeitado,** ficando, portanto, mantido o veto, após falarem, no encaminhamento da votação, os Srs. Deputados Laerte Vieira, e Sinval Guazzelli.

4.4 — ENCERRAMENTO

ATA DA 30ª SESSÃO CONJUNTA, EM 3 DE ABRIL DE 1974
4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 7ª Legislatura
PRESIDÊNCIA DO SR. PAULO TORRES

Às 10 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — José Guiomard — Geraldo Mesquita — Flávio Britto — José Lindoso — José Esteves — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Clodomir Milet — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Petrônio Portella — Helvídio Nunes — Virgílio Távora — Waldemar Alcântara — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — Luís de Barros — Jessé Freire — Domício Gondim — Ruy Carneiro — João Cleofas — Paulo Guerra — Wilson Campos — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Leandro Maciel — Lourival Baptista — Antônio Fernandes — Heitor Dias — Ruy Santos — Carlos Lindenberg — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Paulo Torres — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — José Augusto — Magalhães Pinto — Carvalho Pinto — Franco Montoro — Orlando Zancaner — Benedito Ferreira — Emival Caiado — Osires Teixeira — Fernando Corrêa — Italívio Coelho — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Mattos Leão — Octávio Cesário — Antônio Carlos — Celso Ramos — Lenoir Vargas — Daniel Krieger — Guido Mondin — Tarso Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Joaquim Macêdo — ARENA; Nosser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Joel Ferreira — MDB; Leopoldo Peres — ARENA; Raimundo Parente — ARENA; Vinicius Câmara — ARENA.

Pará

Américo Brasil — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; João Menezes — MDB; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Sebastião Andrade — ARENA.

Maranhão

Américo de Souza — ARENA; Eurico Ribeiro — ARENA; Freitas Diniz — MDB; Henrique de La Rocque — ARENA; João Castelo — ARENA; Nunes Freire — ARENA.

Piauí

Dyrno Pires — ARENA; Heitor Cavalcanti — ARENA; Milton Brandão — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA; Severo Eulálio — MDB.

Ceará

Álvaro Lins — MDB; Edilson Melo Távora — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Josias Gomes — ARENA; Leão Sampio — ARENA; Manoel Rdodrigues — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Osiris Pontes — MDB; Ossian Araripe — ARENA; Parsifal Barroso — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Djalma Marinho — ARENA; Grimaldi Ribeiro — ARENA; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Vingt Rosado — ARENA.

Paraíba

Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Cláudio Leite — ARENA; Janduhy Carneiro — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Petrônio Figueiredo — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Etelvino Lins — ARENA; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Joaquim Coutinho — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Magalhães Melo — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Marcos Freire — MDB— Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Sampaio — ARENA; Oceano Carleial — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Eraldo Lemos — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; Luiz Garcia — ARENA; Passos Pôrto —ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Djalma Bessa — ARENA; Edvaldo Flôres — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Hannequim Dantas — ARENA; Ivo Braga — ARENA; João Alves — ARENA; João Borges — MDB; José Penedo — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Luiz Braga — ARENA; Manoel Novaes — ARENA;Ney Ferreira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Pisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo de Albuquerque — ARENA; Tourinho Dantas — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Argilano Dario — MDB; Dirceu Cardoso — MDB; Élcio Álvares — ARENA; José Carlos Fonseca — ARENA; José Tasso de Andrade — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Dayl de Almeida — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Hamilton Xavier — MDB; José da Silva Barros — ARENA; José Haddad — ARENA; José Sally — ARENA; Luiz Braz — ARENA; Márcio Paes — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Peixoto Filho — MDB; Rozendo de Souza — ARENA; Walter Silva — MDB.

Guanabara

Alcir Pimenta — MDB; Amaral Netto — ARENA; Bezerra de Norões — MDB; Célio Borja — ARENA; Eurípides Cardoso de Menezes — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Fancisco Sudart — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; JG de Araújo Jorge — MDB; Leo Simões — MDB; Lisâneas Maciel — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Miro Teixeira — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osnelli Martinelli — ARENA; Pedro Faria — MDB; Reynaldo Santana — MDB; Rubem Medina — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Athos de Andrade — ARENA; Aureliano Chaves — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Bias Fortes — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Delson Scarano — ARENA; Elias Carmo — ARENA; Fábio Fonsêca — MDB; Fernando Fagundes Netto — ARENA; Francelino Pereira — ARENA; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Hugo Aguiar — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; João Guido — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Manoel Taveira — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nogueira de Rezende — ARENA; Ozanan Coêlho — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Sílvio de Abreu — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; Adhemar de Barros Filho — ARENA; Aldo Lupo — ARENA; Alfeu Gasparini — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Arthur Fonsêca — ARENA; Athiê Coury — MDB; Baldacci Filho — ARENA; Braz Nogueira — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Chaves Amarante — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Faria Lima — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Freitas Nobre — MDB; Henrique Turner — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Ildélio Martins — ARENA; Ítalo Fittipaldi — ARENA; João Arruda — MDB; José Camargo — MDB; Mário Telles — ARENA; Maurício Toledo — ARENA; Monteiro de Barros — ARENA; Orensy Rodrigues — ARENA; Ortiz Monteiro — ARENA; Paulo Abreu — ARENA; Paulo Alberto — ARENA; Plínio Salgado — ARENA; Roberto Gebara — ARENA; Ruydalmeida Barbosa — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Silvio Lopes — ARENA; Sylvio Venturolli — ARENA; Sussumu Hirata — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB.

Goiás

Anapolino de Faria — MDB; Ary Valadão — ARENA; Brasílio Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Henrique Fanstone — ARENA; Jarmund Nasser — ARENA; José Freire — MDB; Juarez Bernardes — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Wilmar Guimarães — ARENA.

Mato Grosso

Emanuel Pinheiro — ARENA; Garcia Netto — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Lopes da Costa — ARENA; Marcílio Lima — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA.

Paraná

Agostinho Rodrigues — ARENA; Alberto Costa — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ary de Lima — ARENA; Arnaldo Busato — ARENA; Arthur Santos — ARENA; Braga Ramos — ARENA (SE); Ferreira do Amaral — ARENA; Flávio Giovine — ARENA; Hermes Macêdo — ARENA; Ítalo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; José Carlos Leprevost — ARENA; Luiz Losso — ARENA (SE); Mário Stamm — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Roberto Galvani — ARENA; Túlio Vargas — ARENA.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Albino Zeni — ARENA; Aroldo Carvalho — ARENA; Dib Cherem — ARENA; Francisco Grillo — ARENA; Francisco Libardoni — MDB; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; Laerte Vieira — MDB; Pedro Colin — ARENA; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Amaury Müller — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Célio Marques — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Clóvis Stenzel — ARENA; Daniel Faraco — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Getúlio Dias — MDB; Helbert dos Santos — ARENA; Jairo Brum — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Milton Cassel — ARENA (S); Nadyr Rossetti — MDB; Norberto Schmidt — ARENA; Sinval Guazzelli — ARENA; Vasco Amaro — ARENA; Victor Issler — MDB.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Silvio Botelho — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — As listas de presença acusam o comparecimento de 64 Srs. Senadores e 282 Srs. Deputados. Havendo número regimental declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período de breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Nina Ribeiro, primeiro orador inscrito.

O SR. NINA RIBEIRO — (Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Congressistas, numa época em que o ceticismo no plano da cultura ganhou proporções tão avantajadas, de indiferença tão acentuada, merece louvor todo especial o empreendimento da "Barca da Cultura," que visitou, no São Francisco e na região Nordeste, cerca de 50 cidades.

"É preciso navegar sempre, por terra, pela água, pelo ar, através da cultura." Essa a afirmação do Embaixador Paschoal Carlos Magno, criador de um mundo mergulhado em sonhos que a cada dia tornam-se mais palpáveis. Suas palavras acendem-se e apagam-se como luzes ao longe. A claridade surge repentina. Coincide com os momentos em que as pessoas abandonam o isolamento constrangedor entre quatro paredes em busca de um ideal.

E o ideal, Sr. Presidente, é a difusão da nossa cultura, a realização do nosso folclore, levando a populações que apenas sonhavam com aquilo que é autenticamente brasileiro a possibilidade material e concreta de ver, de sentir, de ter contato com artistas brasileiros, exaltando e praticando como uma sagrada vivência que se confunde com o verdadeiro culto às tradições brasileiras no campo cultural.

Paschoal, um grande vulto de realizações, organizou, em 64, a **Caravana da Cultura** e, em fevereiro último, contando com os auspícios do Plano de Ação Cultural do Ministério da Educação e Cultura, na gestão do ex-Ministro Jarbas Passarinho, liderou a **Barca da Cultura** que contou com a participação de 152 pessoas. Integraram o grupo a **Orquestra Jovem Municipal de São Paulo**, sob a regência do internacional maestro brasileiro, Carlos Eduardo Prates; **Grupo de Teatro "Divulgação" da Universidade de Juiz de Fora**, sob a direção de José Luiz Ribeiro; **Coral de Câmera "Grupo Sete"**, da Universidade de Ponta Grossa do Paraná; **Conjunto Folclórico da Guanabara** do Conservatório Brasileiro de Música; **Grupo de Teatro** da Universidade do Paraná sob a direção de Galba Pessanha e Otavinho Arantes; Mágico Deny, representante do Estado do Rio; Soprano lírica do **Teatro Municipal do Rio**, Maria Domícia; Violonista Francisco Araújo, representante do Ceará.

A **Barca da Cultura** saiu do Rio e visitou cerca de vinte cidades de Minas, Bahia, Pernambuco, Maranhão e Paraná, tendo como transporte, até Petrolina, a Barca Juarez Távora, descendo o Rio São Francisco. Em todas as cidades eram apresentados, à tarde, espetáculos para crianças em escolas ou teatros locais. As crianças

participavam pintando, fazendo dobraduras, dançando ou vendo teatro de marionetes.

O maestro Carlos Eduardo Prates conta que fazia a demonstração de todos os instrumentos da orquestra: história, confecção, material e execução, afirmando que essas crianças começaram a aprender uma série de conceitos musicais que muita gente que vai a concertos não sabe. Jovens e adultos, orientados por um professor, olhavam com grande interesse uma exposição de **posters** sobre vultos e empreendimentos da História do Brasil.

À noite, grandes espetáculos eram apresentados no tombadilho da Barca que contava com um palco de 8 x 8 e 32 refletores com gerador próprio.

Na manhã seguinte havia missa cantada. Em Teresina repetiu-se a famosa história: executou a Invocação em Defesa da Pátria de Vila Lobos, com participação de todos os integrantes da Orquestra Jovem Municipal de São Paulo, onde o agudo da soprano lírica Maria Domicía foi tão bem sucedido que chegou a partir uma vidraça.

Outro fato interessante sucedeu em Juazeiro, durante a apresentação de um quadro baseado no poema "Navio Negreiro", de Castro Alves, com coreografia de candomblé. Quando cantavam trechos afro-brasileiros, característicos da nossa formação, houve um estranho fenômeno de "baixar um santo" numa senhora da assistência dando o maior trabalho para fazê-la voltar ao normal.

Em várias oportunidades, falou para grupos de dez mil pessoas.

São fatos pitorescos que ilustram, sem sombra de dúvida, um desejo válido, que faz merecer todo o entusiasmo e todo o apoio a brilhante iniciativa de Pascoal Carlos Magno e daqueles que o ajudaram, sobretudo o Ministro Jarbas Passarinho, que, com denôdo, em sua brilhante gestão, tornou possível, através de apoio material e moral, a exaltação da cultura brasileira.

Era o que tinha a dizer. (**Muito bem!**)

O SR. PRESIDENTE (**Paulo Torres**) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Juarez Bernardes. (**Pausa.**) S. Exª não esta presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Arnaldo Busato.

O SR. ARNALDO BUSATO (**Pronuncia o seguinte discurso.**) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, no momento em que se unem as lideranças de todas as entidades e órgãos representativos dos diversos setores da economia paranaense, objetivando reivindicar ao Governo Federal a criação de uma nova zona de consumo de trigo para o Estado do Paraná, desvinculando-o da atual Zona 7 de Consumo, cumpre-nos realçar as inúmeras vantagens que a adoção de tal medida trará ao Paraná e ao próprio Poder Central.

O art. 7º do Decreto-lei nº 210, de 27-2-67, para efeito de distribuição do trigo, considerou o País dividido em 8 zonas de consumo, sendo o nosso Estado incluído juntamente com São Paulo na zona 7.

Assim, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, de acordo com o contido na Portaria-Super nº 3, de 9-1-1974, da SUNAB, os moinhos paranaenses registrados naqueles órgãos, possuidores de uma capacidade de industrialização de trigo de 210.000 toneladas anuais, somente recebem 153.000 toneladas do cereal, sendo atribuído aos moinhos paulistas integrantes da mesma Zona de Consumo o equivalente a 1.461.000 toneladas, permitindo-lhes, assim, exportar a maior parcela dos seus excedentes de farinha de trigo para o Paraná.

Apesar de nosso Estado possuir condições de produzir, já na safra de 1974, aproximadamente 700.000 toneladas de trigo, não pretendemos que nossos órgãos governamentais responsáveis pelo abastecimento do País nos possibilitem industrializar a totalidade da nossa produção tritícola, pois, anteriormente, quando nossa produção de trigo praticamente inexistia, o Governo Central sempre supriu nosso parque moageiro com trigo importado de outros países, ou nacional, oriundo do Rio Grande do Sul.

Reivindicamos, com a criação da Zona de Consumo exclusiva para o Paraná, a distribuição de somente 350.000 toneladas de trigo, necessárias ao consumo efetivo da população paranaense, sendo 210.000 toneladas destinadas à indústria moageira possuidora de registro na SUNAB, dando condições de aproveitamento integral do seu parque de máquinas e distribuindo as restantes 140.000 toneladas para os demais 80 moinhos de trigo instalados nas diversas zonas de produção localizadas no Paraná.

Verificamos, assim, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, que com a criação da Zona de Consumo de Trigo para o Paraná teríamos a eliminação da capacidade ociosa existente nos moinhos registrados na SUNAB, ao mesmo tempo que regularizaríamos a situação dos moinhos considerados ilegais pelo Decreto-lei nº 210, de 27-2-1967 e Portaria nº 20, de 5-2-1974, da SUNAB.

A Portaria nº 20, de 5-2-1974, da SUNAB, disciplinou a moagem colonial do trigo, propriamente dita, considerando somente aquela realizada com o emprego de meios rudimentares, típica atividade complementar dos próprios produtores do trigo, remanescente em regiões onde o cereal é cultivado.

Pelo mencionado documento, somente é permitida a moagem colonial do trigo realizada através dos moinhos de pedra, localizados nas propriedades agrícolas dos próprios agricultores.

Sucede, porém, que no decorrer do último decênio foram instalados, nas principais regiões tritícolas do Paraná, aproximadamente 80 moinhos possuidores de 1 a 7 cilindros, alguns, inclusive, com financiamento da rede bancária, que deixarão de funcionar por contrariarem o disposto na legislação vigente.

Reconhecemos e julgamos acertada a preocupação dos órgãos governamentais quanto ao controle exercido nas diversas fases da produção, industrialização e comercialização do cereal-rei, por se tratar de produto de primeira necessidade, indispensável à alimentação de nosso povo, porém, consideramos inteiramente justo o atendimento da pretensão das lideranças do Paraná que, ademais, possibilitará ao Governo Federal a economia de recursos provenientes do transporte do trigo das regiões produtoras deste Estado para São Paulo, além de normalizar o nosso abastecimento interno de farinha de trigo e farelo.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (**Paulo Torres**) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Florim Coutinho.

O SR. FLORIM COUTINHO (**Pronuncia o seguinte discurso.**) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, volto a abordar a sucessão do Governo da Guanabara. Denunciei há poucos dias, com detalhes, como se deu a eleição do Sr. Chagas Freitas e alertei a direção nacional do meu Partido quanto à mesma jogada que está sendo preparada. O Sr. Chagas Freitas, enquanto detém o poder profícuo em facilidades e protecionismo, tenta conseguir, do Diretório Regional do MDB da Guanabara, uma credencial para negociar, com quem quer que seja e a qualquer preço, a escolha de seu sucessor. A sua lista já está pronta. É inexpressiva e, por isso, atende apenas os seus interesses. Constitui-se de apaniguados e, no mínimo, em casos mais honrosos de pessoas capazes de dar cobertura aos atos por ele praticados, denunciados desta tribuna, na Assembléia Legislativa e na imprensa, diariamente, e nunca contestados. O Governo Federal não vai assumir a responsabilidade de homologação de nomes indicados pelo Governador da Guanabara, pelas mesmas razões de escrúpulo, porque não usou, em várias oportunidades, o remédio do Ato nº 5, para cassar-lhe o mandato, já solicitado por mim dessa tribuna. É ele, repito, o político mais imune e impune dessa República.

A Direção Nacional de meu partido, a quem já responsabilizei pela sucessão emedebista da Guanabara, está contemplativa ante o péssimo, o pior dos exemplos de Governo que nos propomos realizar.

Os parlamentares federais e estaduais do MDB da Guanabara, com exceção da minoria comprometida com seus desmandos e a qual ele esmaga um a um, cumprimentam-me e solidarizam-se, demonstrando que não existe uma maioria de amores, mas sim de temores. Temem o seu poder, temem a sua fabulosa fortuna e sobretudo temem a sua falsidade, a sua intransigência, seu rancor, tudo que se caldeou para formar essa personalidade.

Todos os políticos da Guanabara estão lembrados do momento em que ambos os partidos chamavam para o seu seio político de hoje de nosso partido, o Embaixador Negrão de Lima. A ARENA chegou a se decidir em apresentá-lo como candidato ao Senado. Todos nós sabíamos ser difícil derrotar esse candidato. Chagas comprometeu-se com ele e pediu-lhe que optasse pelo MDB. Seria ele o candidato para o Senado e Danton para o Governo. Negrão de Lima aceitou. Ingressou no MDB. Depois de terminado o prazo de filiação, começou a desconversar e terminou por desiludir Negrão de Lima. A desculpa era a de que Danton não abria mão de sua reeleição. De uma pancada, mancomunada com o Sr. Danton, atingiu dois objetivos. Impediu um candidato forte pela ARENA e trancou-lhe as pretensões no MDB. Com isto não só derrotou o Sr. Negrão de Lima, mas o afastou completamente do cenário político. Somente esse homem poderia (o único que tem bases populares) impedir a desmoralização do nosso partido e do povo da Guanabara. Quanto ao Sr. Danton Jobim, não terá que esperar muito.

Sr. Presidente, este meu pronunciamento decorre da nota publicada em "O GLOBO" de domingo, como reflexo de meu último discurso:

"MDB delega poderes a Chagas

O Diretório do MDB da Guanabara poderá ser convocado a qualquer momento, a partir desta semana, para uma reunião destinada a delegar poderes ao Governador Chagas Freitas a fim de que ele, em nome do partido, articule o processo da sucessão estadual.

Após a decisão do Diretório, o Governador do Estado estará munido das formalidades legais para levar ao Presidente Ernesto Geisel o problema da escolha do seu sucessor. A informação foi dada ontem por áreas partidárias.

Condição

Sem a delegação do Diretório, Chagas Freitas não estaria de posse das condições políticas e legais para falar em nome do partido, embora exerça liderança quase absoluta tanto sobre o Diretório — formado por 30 membros — quanto sobre a convenção, que reúne 300 integrantes.

No fim da semana surgiram notícias sobre a possibilidade de solução antecipada do problema da sucessão na Guanabara, pois o Governador Chagas Freitas já se teria fixado num nome de candidato que encaminharia ao Presidente da República. De acordo com sua vontade, o candidato deverá ser escolhido entre os nomes dos senhores Erasmo Martins Pedro, Marcial Dias Pequeno, Adir Veloso, Júlio Coutinho e Reinaldo Santana."

Sr. presidente, repito, se não houver, como não deve haver, a interferência do Governo Federal na escolha do emedebista que sucederá o Sr. Chagas Freitas, julgo que cabe ao Diretório Nacional do nosso Partido participar dessa coordenação, levando-se em consideração não somente a importância do Estado da Guanabara, mas também porque a Guanabara é o único Estado que tem condições de eleger um Governo oposicionista, para exemplo de nossos propósitos políticos. Eu responsabilizo a Direção Nacional do meu partido pela sucessão do Governador Chagas Freitas e só a eximirei dessa responsabilidade caso denuncie a interferência do Governo Federal, ou reconheça no Sr. Chagas Freitas qualidades partidárias para ser o único articulador e responsável pelo futuro Governo do meu Estado e exemplo de Governo emedebista no País. Lembro, afirmo e desafio contestação de que a sucessão na Guanabara ultrapassa os limites dos interesses partidários no Estado para se constituir em autêntico interesse nacional do MDB.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Lins e Silva.

O SR. LINS E SILVA (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, aproveito a oportunidade para, na qualidade de membro efetivo da Comissão de Relações Exteriores, apresentar, em nome do Congresso Nacional, para que fique registrado nos Anais desta Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento do grande estadista francês, o Presidente Georges Pompidou.

Se assim procedo, Sr. Presidente, é porque tive a honra, inclusive, de conhecê-lo de perto, quando de uma viagem a Paris, integrando uma Comissão Interparlamentar. Recebidos por S. Exª, tivemos a oportunidade de aquilatar o grande valor daquele homem público.

Sr. Presidente, estamos conscientes de que a França perdeu um grande Presidente e o mundo inteiro um dos seus maiores estadistas.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, já se configurou como verdade indiscutível a frase de que "país desenvolvido é o que apresenta um grande potencial científico e tecnológico". A partir da Revolução adquiriu-se a consciência do valor do desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia, em nosso País, sendo justo assinalar que muito feitos podem ser comemorados neste importante setor de nossa expansão.

Estamos conseguindo chegar aos oito bilhões de dólares de exportação e é sumamente gratificante verificar que, no elenco de produtos que ganham o mercado internacional com o selo brasileiro, muitos deles revelam o valor do nosso **know-how**, numa competição saudável com produtos congêneres de outras nações.

Estamos, no entanto, perto de atingir o **break-even-point** em nossas conquistas tecnológicas se medidas concretas de infra-estrutura não forem tomadas de imediato, para valorizar ainda mais o setor. A existência de de apenas quinze mil cientista operando no Brasil é um sintoma revelador dessa preocupação. Hoje, segundo estatísticas do UNESCO, deveríamos estar com cerca de cem mil cientistas. Outra deficiência é o número insignificante de técnicos de nível intermediário: apenas 150 mil, para uma necessidade em torno de 1 milhão. É certo que a reforma apresentada pela Lei nº 5692 dará frutos em muito pouco tempo, e a reiterada afirmativa do Ministro Ney Braga — de que prosseguirá o esforço para implantá-la a curto prazo, numa linha criativa de continuidade — dá uma segurança muito grande a todos os elementos envolvidos na área.

O que falta, porém, para acelerar o processo é um pouco mais de coordenação no Projeto Científico e Tecnológico Nacional. Deve-se louvar a existência do I Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, com recursos da ordem de 4,3 bilhões de cruzeiros, para uma aplicação em 74-75. No entanto, o Plano representa apenas uma costura de projetos pré-existentes, sem nenhuma característica de originalidade, não sendo, pois, o melhor instrumento de definição de uma política precursora do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia.

Se a sua existência é um fato louvável, não deixa de ser necessária uma complementação, representada pela criação de um órgão próprio, que, sem burocratizar a ciência e sem aumento de despesas, zele pelo setor, dando-lhe um dinamismo próprio, como ocorreu em países mais e menos adiantados do que o nosso. Se a Inglaterra, Alemanha, o Egito e a Índia tiveram a lucidez de criar os seus próprios Ministérios da Ciência e Tecnologia, porque não fazer o mesmo aqui no Brasil?

A idéia — repetimos — não é original, pois já figura na reforma preconizada pelo Decreto-Lei nº 200. A fim de evitar o aumento descabido de despesas, poderia ser adotada a fórmula de nomear-se um Ministro Extraordinário para assuntos de Ciência e Tecnologia, que ficaria responsável, com um reduzido gabinete, pela tarefa de coordenar a área, dando-lhe condições de operar com criatividade e eficiência.

Agora que o Governo Ernesto Geisel, com clarividência patriótica, aciona o mencionado instrumento legal para criar o Ministério da Previdência, julgamo-nos na obrigação de lembrar a necessidade de dar uma prioridade efetiva ao Projeto de Desenvolvimento Científi-

fico e Tecnológico, com a criação tão oportuna do Ministério que lhe dará os rumos definitivos.

Quando realizou uma palestra erudita e bem fundamentada em números, aqui, nesta Casa, o Professor Arnaldo Niskier, Primeiro Secretário de Ciência e Tecnologia da Guanabara e profundo conhecedor da matéria, definiu, numa frase, a orientação que deve presidir o trato do assunto: "Ou o Brasil cria o Ministério da Ciência e Tecnologia, evitando perdas descabidas e oriundas de duplicidades indesejáveis, ou estaremos condenados a limitar nosso progresso, em curto prazo."

É com esta convicção que voltamos ao assunto, lançando este apelo da Tribuna da Câmara, procurando o eco devido nessa fase extraordinária da vida nacional, em que o Poder Legislativo está sendo valorizado em sua atuação e trabalhando diuturnamente, com o propósito de cooperar ativamente com o Governo Federal no desenvolvimento da economia brasileira.

Se volto a insistir nesta tese, Srs. Congressistas, é porque acredito estarmos queimando etapas decisivas e que o futuro depende unicamente de nós, do que façamos ou deixemos de fazer no presente.

Estamos atravessando uma década de esforço consistente e sistemático de planejamento sério e execução perfeita e já nos permitimos hoje avaliar os resultados com forte dose de otimismo.

A criação do Ministério de Ciência e Tecnologia fará com que possamos atingir um elevado padrão de eficiência na execução do gigantesco projeto de todos nós, que é o de uma construção nacional acelerada e com segurança.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Bresolin.

O SR. ANTÔNIO BRESOLIN (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a imprensa da Capital, nos últimos dias, além de divulgar o **curriculum vitae** do engenheiro Elmo Farias, vem destacando as obras que esse novo Governador de Brasília já realizou, passando por diferentes postos em sua vida de homem público.

Efetivamente, tudo está a indicar que o novo Governador de Brasília há de ser um homem devotado aos altos interesses da Capital da República e continuará a obra, melhorando-a em tudo que se fizer necessário, dentro do dinamismo com que se vem desenvolvendo a bela e moderna Brasília. E o mais importante é que S. Exª, no seu discurso de posse, afirmou que manterá o Plano Diretor. Isso é importantíssimo, Sr. Presidente, quando a gente acompanha o que vem ocorrendo nos últimos tempos, com a mutilação de Brasília. Quem passar pela W-3 há de verificar com espanto o que se está fazendo na principal artéria da cidade, notadamente a derrubada das árvores, obra criminosa que deveria ser condenada por todos os brasilienses.

Esperamos que S. Exª, em lugar de derrubar árvores, faça como Plínio Catanhede, que num único ano mandou plantar 1.350 mil árvores aqui na Capital da República.

Outras obras estão reclamando a presença de um Governador que se interesse pelo embelezamento da cidade, como o ajardinamento do Santuário de D. Bosco, das mais reclamadas, inclusive desta tribuna. E ainda o abandono em que se encontra a Ermida de D. Bosco, um dos marcos da Capital da República, monumento visitado assiduamente por turistas do mundo inteiro e que se encontra abandonado, no mais completo desleixo, exigindo a presença permanente dos órgãos do Governo do Distrito Federal.

Por exemplo, a faixa que liga Vargem Bonita à estrada que vai a Belo Horizonte é objeto de reclamação das mais justas e das mais sentidas. O asfaltamento dessa artéria deveria ter sido feito ainda no tempo do Governo do Sr. Plínio Catanhede. No entanto, a obra lá está, destacando-se sobretudo pelo número de buracos. Por essa estrada passam todos os dias centenas de famílias das mais ilustres, inclusive da Capital da República.

O último apelo que quero fazer a S. Exª, em nome de toda a comunidade da Capital da República, diz respeito à conclusão do Teatro Nacional, essa estrutura magnífica, obra que um dia há de projetar a nossa Capital no mundo inteiro. Sucedem-se os Governadores da Capital da República, surgem as promessas, noticiários na imprensa, e tudo passa, enquanto a conclusão do Teatro Nacional continua sendo uma promessa.

Que o atual Governador de Brasília encare com objetividade a continuação das obras iniciadas, que devem ser concluídas. O dinheiro público aplicado nesses monumentos não pode ser desperdiçado. Sabemos que a conclusão do Teatro Nacional exige dinheiro e esforço, mas que, em se tratando de uma obra tão importante, embelezará e dará a Brasília aquilo que não tem.

Esperamos, assim, que o novo Governador da Cidade atente para o problema e efetivamente o solucione. De minha parte, aqui estarei às ordens de S. Exª para tudo que possa ser feito em benefício da Capital da República.

Era o que tinha a dizer. (**Muito bem!**)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Gabriel Hermes.

O SR. GABRIEL HERMES (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, entre os problemas que afligem a imensa e vazia Região Amazônica, acentuadamente o meu Estado, o Pará, está o da posse de terras, que vem criando constantemente as maiores dificuldades não só ao Governo do Estado, ao Governo Federal, como também agora às Forças Armadas.

Recebi, ontem, telegrama do responsável por uma dessas áreas imensas, a Colônia de Florestas, que passo a ler:

"Favor interceder junto autoridades competentes no sentido segurança posseiros "Colônia da Floresta". Há insegurança para 5.000 habitantes da colônia. Problema se agrava. Monsenhor Augusto Dias."

Sr. Presidente, trata-se de uma região imensa. A propósito leio relatório do responsável pela colônia, Mons. Augusto Dias de Brito, homem da melhor categoria, religioso respeitável em toda a área do Pará.

RELATÓRIO

"Da Colônia de Floresta.
Município de Conceição do Araguaia — Pará.

Floresta está situada na parte norte dos campos pastoris de Conceição do Araguaia (loteamento de Itaipavas), entre os rios: Salobro e Maria; ambos nascentes da divisão do alto rio Xingu e afluentes do rio Araguaia.

A Colônia de Floresta fora planejada e iniciada em julho de 1971, onde existiam umas 50 moradas dispersas em toda região.

A Colônia compreende 35% de campos pastoris ou naturais. Os terrenos pastoris são intercortados de matas dispersas, cobertos de imensos babaçuais.

Zona própria para pecuária.

Naqueles campos existem famílias tradicionais, os primeiros habitantes. Há 60 ou 70 anos estão lá enfrentando índios e as dificuldades da vida do sertão bravio!

Anos passaram nesta dureza!

Em julho de 1971, passando à cavalo, por mais de uma vez, naquela região, compreendendo o valor inestimável do aproveitamento daqueles campos e matas virgens, pensei que tudo aquilo bem seria aproveitado para uma colônia, julgando ser a única região ainda não ambicionada por tubarões.

A idéia foi aceita e tornou-se em realidade:

Não se mediu sacrifícios e, com força de vontade, depressa uma população cresce!

De início recorreu-se logo à Secretaria de Agricultura do Pará, solicitando dela diversas glebas (23) para abrigar famílias nordestinas e sulinas.

Sob a direção segura de um regulamento imposto aos colonos, ali tudo desenvolveu na união e respeito social.

Há dois anos de existência, de trabalhos, o produto da lavoura de 800 roças fora satisfatório.

A Secretaria de Agricultura, considerando o rápido progresso da colônia, a salubridade da região, resolveu, de vez, publicar no diário oficial de 19-4-73, os nºs dos lotes para prévia impugnação.

Nenhum protesto apareceu no decorrer do tempo legal.

E a colônia cresce!

Desta feita a colônia já possui um povoado bem abastecido.

Lá existem:

— Escolas primárias, mantidas pela prefeitura de Conceição do Araguaia sob a direção de 4 professoras.

— 1 — Sala de aula, oferta do Grande Benfeitor da Colônia, Cel. Pitta, Comandante da 8ª Região;

— 1 — Uma estrada de rodagem;

— 1 — Posto médico com enfermeira;

— 1 — Escola de aprendizagens domésticas;

— 1 — Pequeno centro para cultura de jovens;

— 1 — Um ótimo campo para aviões — Trabalho dos colonos.

— 1 — Amplo campo de futebol, onde os filhos dos colonos fazem suas competições.

Até então só alegria existia entre os Colonos.

De repente (de dezembro e janeiro) aparecem medindo sem a maior atenção, os "donos" das terras de Floresta, trazendo aos colonos, cujas roças estão localizadas na maioria na mata, inquietações, perturbações e tristezas!

Proibem audaciosamente os colonos a continuarem serviços sob pena de severas ameaças!

Dizem: "... Que retirem os colonos, desocupem logo as terras, do contrário serão chutados. Não querendo sair terão as roças abertas aos animais e expulsos das moradas".

E até pistoleiros são pagos para executarem os danos.

Não havendo medidas a favor dos 4.750 colonos, não tardarão a surgir severíssimos problemas sociais para o Estado e Município de Conceição do Araguaia.

Não é possível um aniquilamento total naquela região, proveniente de 3 a 4 senhores milionários do Sul.

Enfim, a prosperidade, segurança, paz daquela colônia dependem da justiça da parte da Secretaria de Terras, do Governo do Estado, do INCRA, na compreensão dos problemas angustiantes e opressões inescrupulosas feitas aos pobres que sempre suportam no silêncio e na dor os tormentos que burlam a lei da Nação.

Conceição do Araguaia, 28-1-74. — Mons. **Augusto Dias de Brito,** Responsável pela Colônia de Floresta — Conceição do Araguaia — Pará."

No corrente ano, depois de visitar a região e as colônias publicava eu, num dos meus comentários nos "Diários Associados", a Província do Pará, em 12 de março, sob o título "Expulsam Colonos!", o seguinte artigo, que passo a ler para que conste dos Anais da Casa:

"EXPULSAM COLONOS!

A conquista da Amazônia oferece a cada tentativa de posse, dificuldades e reclama estudos cautelosos. A terra grande, provoca sérios problemas. A exemplo, o sul do Pará. Notamos que já não é bastante a região do Tocantins e Araguaia para o guloso homem que a invade. Surpreendentemente, para uns as glebas não são tão fartas, ao contrário, já reclamam que falta chão aos posseiros. E tudo nos vales dos grandes rios ainda está vazio. Na realidade, acentua-se entre os cenários maravilhosos das matas de Santana e Conceição do Araguaia, uma soma de dificuldades para o lutador humilde — o colono. O problema se agrava. Naquela região imensa já não há lugar para o lavrador, as gentes que ali estavam ou as que chegam e buscam um pedaço de solo para viver. A situação se complica.

Eis um retrato. A Colônia de Floresta.

Situa-se no norte de Conceição do Araguaia, lá longe, entre os rios Salobro e Maria, afluentes do Araguaia. Na região há 60 ou 70 anos habitam tradicionais famílias, enfrentando índios e o sertão bravio. Anos de dureza, informa um veterano daquelas terras, Monsenhor Augusto Brito, que fundou a Colônia de Floresta, onde já se agrupam 4.750 colonos, servidos por escolas, estradas, posto médico, campo de aviação, de recreação, ordem, trabalho e esperança aos daquelas lonjuras. A área soma 23 glebas, requeridas para os que as ocupam, pelo bom padre e orientador espiritual e material da comunidade.

A tragédia alcançou a região. Um potentado ambiciona as glebas para suas fazendas.

Escreve-me Monsenhor Augusto Brito o que resumo:

De repente apareceram medindo terras e levando aos colonos, inquietação. Dizem os que chegam — "que se retirem os lavradores, do contrário serão chutados. Terão as plantações abertas aos animais, serão expulsos". Pistoleiros são pagos para executarem os danos. Prossegue a carta, informando que a Secretaria de Agricultura, publicou em abril de 1973, considerando o progresso da Colônia de Floresta, ato para legalização das posses. Pistoleiros no entanto pagos ameaçam.

Este um retrato do sul do Pará. Com o dinheiro do Tesouro, dos incentivos, as terras crescem de valor, atraem ávidos criadores, alguns espertos que compram chão ocupado. É possível que as terras ocupadas mesmo a longo tempo, já tivessem sido requeridas por titulares que ali nunca chegaram. Este no entanto um problema a mais para o Governo do Estado. Este um assunto para a SUDAM, o INCRA, o Ministério da Agricultura disciplinarem, pois do contrário mais tarefa complexa e incômoda criação aos militares, e mais sofrimento ao povo."

Hoje, Sr. Presidente, procurarei o Sr. Ministro da Agricultura, para que S. Exª estude o problema, vou também dirigir-me ao INCRA, visando a uma solução para o problema. A Colônia, ocupada hoje por 4.280 colonos, já possui escolas construídas, inclusive as duas últimas com o apoio do nosso Exército, pelo Comando Militar do Pará, que sente a necessidade de agrupar toda aquele gente. É uma região convulsionada, prejudicada por interesses comunistas, por interferências perigosas, encontrando-se ao desamparo.

Sr. Presidente, pretendo levar os fatos, ao conhecimento do Sr. Ministro da Agricultura e ao do Interior.

Era o que tinha a dizer. (**Muito bem!**)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Alfeu Gasparini.

O SR. ALFEU GASPARINI (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a lavoura canavieira do Estado de São Paulo apresenta situação que está a merecer a atenção especial do Governo. Ligada à lavoura canavieira é justo que destaquemos o trabalhador rural, o fornecedor de cana e o usineiro, três forças, três fatores que, de fato, impulsionam essa atividade do Estado de São Paulo.

A Federação da Agricultura apontou, em memorial dirigido ontem ao presidente Ernesto Geisel, "a dificuldade e intranqüilizante

realidade da lavoura canavieira de São Paulo, cuja deterioração é paulatina. Somente com a concessão de um preço que cubra o custo é que os fornecedores de cana de São Paulo poderão reanimar-se a continuar no setor", afirmou a entidade.

Meu apelo é no sentido de que o atual Governo dê apoio maciço à lavoura canavieira do Estado de São Paulo. (**Muito bem!**)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Juarez Bernardes. (**Pausa.**) *Não está presente.*

Concedo a palavra ao nobre Deputado Siqueira Campos. (**Pausa.**) Não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Rezende Monteiro. (**Pausa.**) Não está presente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Encerrado o período destinado a breves comunicações.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

A sessão foi convocada para discussão e votação da parte vetada do Projeto de Lei nº 13, de 1973 (CN), que regula os Direitos Autorais, e dá outras providências.

O veto incide sobre o artigo 83, que diz:

"Art. 83. Nenhuma obra a ser publicada por processo fonomecânico poderá ser editada sem numeração progressiva de todos os exemplares produzidos, vedada seriação."

Nos termos do art. 38 do Regimento Comum, cada orador poderá discutir a matéria pelo prazo máximo de 20 (vinte) minutos.

Em discussão a parte vetada.

O SR. DIAS MENEZES — *Peço a palavra, Sr. Presidente.*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Dias Menezes.

O SR. DIAS MENEZES (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Presidente Médici exercitou muito pouco o direito de veto, mas quando o fez, lamentavelmente, agiu muito mal.

É de todo lamentável, de fato, o veto que S. Exª apôe ao Art. 83 do projeto concernente aos direitos autorais. A restrição incide sobre emenda apresentada pelo nobre Senador Franco Montoro, que, quando estudou a matéria, assessorado estava pelos autores. Eles submeteram a S. Exª a emenda finalmente vitoriosa nesta Casa, depois de trabalhosa elaboração.

Entendia o Senador Franco Montoro, ao examinar a solicitação, que a medida era tecnicamente viável, seja quando se adapta o disco de papel ou de plástico sobre o disco natural, seja quando se procede à numeração por intermédio de máquina gravadora.

O veto prejudica o direito do autor, porque lhe tira o controle do número de exemplares e, de outro lado, estimula a fraude em proveito dos editores contra os autores. Sr. Presidente, de acordo com as razões que chegam a este Plenário encaminhadas pela Mensagem Presidencial, o veto não melhora, de forma alguma, o projeto. Ao contrário, contraria expressamente os interesses legítimos da classe dos autores, que, de longos anos a esta parte, luta exatamente pela aplicação desse dispositivo, lamentavelmente hoje vetado pelo Sr. Presidente da República.

Voto, portanto, Sr. Presidente, a favor da manutenção do dispositivo, contra o veto e na esperança de que futuramente o novo Governo possa atentar bem para a validade desse dispositivo, repondo a matéria que agora impropriamente é escoimada do Projeto do Direito do Autor.

Era o que tinha a dizer. (**Muito bem!**)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo em discussão a parte vetada.

O SR. FRANCO MONTORO — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Tem a palavra o nobre Senador Franco Montoro.

O SR. FRANCO MONTORO (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, peço a atenção da Casa, especialmente da Liderança do Governo, para os aspectos graves, talvez não suficientemente percebidos, do veto aposto pelo Sr. Presidente da República a um artigo relativo aos direitos autorais.

Atendendo a uma antiga reivindicação de autores, cantores, artistas, apresentamos uma emenda, por ocasião da discussão do projeto, determinando a numeração de todos os discos, para efeito de controle por parte do autor e por parte do Fisco, porque não existe hoje nenhum sistema objetivo de controle e de fiscalização dos discos produzidos. Os autores se queixam de que, ao procurarem algumas indústrias para receberem seus direitos autorais, a informação é de que foram produzidos apenas uns poucos milhares de discos, enquanto a divulgação da música, da canção ou da composição demonstra, por dados indiretos, que a produção foi muito maior.

Há, portanto, sonegação ao direito do autor e ao Fisco, que deixa de receber o impôsto correspondente. Daí uma idéia simples, partida dos próprios autores, determinando que se numerassem os discos, matéria simples, de absoluta justiça e de interesse do autor e do Fisco, passando este último a receber, efetivamente, de acordo com a produção. A luta foi árdua naquela ocasião. O parecer do nobre Relator foi favorável à emenda. Durante a discussão neste plenário a Liderança da Maioria havia solicitado destaque do artigo para a sua rejeição. Porém, em reunião com o Procurador-Geral da República, autor do projeto, S. Exª se convenceu da absoluta justiça da medida. Somos todos testemunhas de que, em nome da Liderança da Maioria, o nobre Deputado Geraldo Freire reiterou, da tribuna, o pedido de destaque, para reafirmar o princípio de que os discos deveriam ser, realmente, numerados. Isso poderia causar algum ônus às empresas que se diziam prejudicadas, mas representaria uma idéia de justiça em relação ao autor e de interesse público pela preservação do direito que possui o Estado aos impostos correspondentes. Noticiou-se imediatamente que as empresas se haviam organizado para obter o veto e obtiveram-no.

Na mensagem enviada a esta Casa, o Sr. Presidente da República apresenta a seguinte justificativa:

"... pela redação dada a esse artigo, criou-se a obrigação de as obras constantes de fonogramas serem numeradas quando de sua edição. Essa numeração, além de ociosa, é impraticável, tendo em vista a circunstância de uma mesma obra musical poder ser gravada, simultaneamente, por produtores fonográficos diversos, visto como, em geral, as gravações se fazem sem exclusividade.

Ainda, porém, que se interprete o dispositivo no sentido de tornar obrigatória a numeração apenas dos fonogramas produzidos, não acarreta ele benefício para os compositores musicais e cria para a indústria fonográfica dificuldades e ônus desnecessários. O interesse daqueles está acobertado a partir do Ato Complementar nº 36, confirmado, no particular, pelo Decreto-lei nº 406 e pela Lei Complementar nº 4, pela faculdade que se concedeu às produtoras de fonogramas de deduzirem, integralmente, do Imposto de Circulação de Mercadorias as quantias pagas a autores e artistas brasileiros. À indústria fonográfica impõe-se, pelo menos, mais uma operação em sua linha de produção, além de não se ressalvar, sequer, como ocorre no tocante ao contrato de edição (art. 64), a hipótese em que tenha havido cessão de direitos patrimoniais ao produtor fonográfico.

Ademais, e ao contrário do que sucede com o contrato de edição, preceito semelhante ao ora vetado não se encontra em nenhuma legislação de direito autoral em todo o mundo, o que está a indicar a desnecessidade e a inconveniência da regra."

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, esta justificativa corresponde exatamente aos termos da representação que lhes foi enviada por

algumas dessas empresas. Dizer que é ociosa e desnecessária a numeração dos discos? Mas de outro lado estão os artistas a reclamar a medida, que é moralizadora. A própria lei impõe agora que nos livros se faça numeração. Quem escreve livros neste País sabe o grande drama do autor para controlar as edições. A única forma é a numeração. O que se pretende é estender a numeração ao disco. Qual o inconveniente? A alegação feita na mensagem refere-se à impraticabilidade. Mas esta alegação não pode ser feita sem provas. Por que impraticável numerar um disco?

Srs. Congressistas, quero fazer um apelo especialmente aos nobres Líderes da Maioria, no sentido de, quem sabe, adiarmos o exame desta matéria, porque a declaração da Maioria é favorável, como não poderia deixar de ser. E a Comissão, por unanimidade, manifestou-se sobre o assunto, na tentativa de modificar a matéria. Depois do debate havido, a Maioria retirou o pedido de destaque e manifestou seu ponto de vista favorável. O Procurador-Geral da República, ouvido por nós, convenceu-nos da justiça da medida. Os próprios artistas — e acabo de receber dezenas de cartas de vários autores, entre eles Jair Rodrigues e Roberto Carlos — reclamam esta medida como necessária à cultura brasileira. O autor brasileiro poderá agora controlar a produção dos seus discos pela simples numeração. E ela pode ser feita dentro do dístico, na parte impressa, na parte gráfica que está no centro de todo disco.

Examinei com objetividade o problema. Fui a fábricas de disco e verifiquei que esse rótulo é feito na própria fábrica, numa gráfica, e aqueles que entendem de artes gráficas sabem que um simples numerador colocado na máquina permite a emissão seguida daqueles rótulos para serem apostos nos discos. A quem prejudica este controle? É um controle de interesse da cultura brasileira, do autor brasileiro, do compositor brasileiro. É do interesse do Governo, que poderá arrecadar de acordo com a produção efetiva, porque os discos serão numerados. Por que impraticável? A alegação de que a mesma obra pode ser gravada simultaneamente por produtores diversos em nada nos interessa. Vai ser gravado o disco. Se a música foi gravada três ou quatro vezes por empresas diferentes, o autor vai receber na faixa que lhe corresponde. A numeração é um dado objetivo, sério e honesto. Como compreender que em nome do interesse público se vete uma medida como esta, discutida e examinada na Comissão? O Relator, homem da ARENA, produziu, com absoluta seriedade, um parecer magnífico, rejeitou várias emendas e aceitou outras — esta, por exemplo, destacando o interesse público. A primeira manifestação do Governo foi contrária, mas, convencido, no debate, a respeito da justiça da medida, retirou o pedido de destaque, que consta dos Anais do Congresso, reafirmando que a Maioria era favorável à numeração. Agora o Governo veta, não aponta razão alguma nova — as razões apontadas foram ridicularizadas na Comissão — dizendo que essa numeração é ociosa. Mas como ociosa? O que se diz aqui é um absurdo. Então é ociosa a numeração dos livros, que a lei tornou obrigatória? É ociosa a numeração dos discos, que vai permitir o controle do autor, compositor, executor, como vai permitir o controle do fisco? A medida é rigorosamente de interesse público. Ouço, com prazer, o aparte de V. Exª, nobre Deputado Walter Silva.

O Sr. Walter Silva — Nobre Senador Franco Montoro, ouvindo a exposição de V. Exª, convencemo-nos ainda mais das suas razões. A lei é um preceito que objetiva atingir o bem comum, e o bem comum é um bem de todos, um bem de cada um. Não se entende o veto, que restringe a extensão desse bem comum a um número maior de pessoas. E este número maior é composto exatamente pelos compositores e artistas. Com a restrição que o veto impõe, a lei beneficiará meia dúzia de empresas produtoras, em detrimento da grande maioria dos beneficiários da emenda de V. Exª, que são os compositores e os artistas. Não é válido o argumento de que a matéria ociosa é despicienda, porque a numeração proposta por V. Exª não só permite a utilização dessa numeração pelas várias fábricas, mas também o controle pelos artistas e pelo próprio Governo, que tem interesse tributário na matéria. De sorte que desejo solidarizar-me com V. Exª estranhando que esse veto tenha, ele sim, chegado a destempo, contrariando uma finalidade da lei, que é a obtenção do bem maior e do bem geral. Muito obrigado a V. Ex

O SR. FRANCO MONTORO— Agradeço a V. Exª o aparte. É peço, mais uma vez, a atenção da nobre Maioria para que encontremos uma fórmula de examinar, talvez mais detidamente, a matéria, mediante o adiamento — quem sabe? — se ainda houver tempo, da apreciação do veto, para que o exame seja objetivo, sem o aparato de uma discussão de plenário, mas em torno de uma mesa, com os argumentos em mãos. Vamos discutir o problema. Não há dúvida alguma de que as razões apresentadas, como acabo de demonstrar, são insustentáveis. Haverá algum Congressista que possa concordar com a afirmação contida na Mensagem, de que a numeração dos discos é ociosa e a ninguém aproveita? É evidente que ninguém pode sustentar isso. Há alguém que possa sustentar que a numeração dos discos é impraticável? Ninguém.

A Mensagem dá uma interpretação inexata da Lei, dizendo que a numeração deve ser feita faixa por faixa. Não é isso que estabelece o projeto. O disco é que deve ser numerado. Aliás, na própria Mensagem há o reconhecimento de que essa é a interpretação que deve prevalecer no regulamento a ser baixado. O Governo tornará claro que é esse o objetivo. Seria absurda a interpretação de que haveria numeração de cada faixa. O numerado é o disco, como diz o artigo. E, se houver dúvida, a função do regulamento será a de interpretar. Mas vetar essa disposição para atender à reivindicação de um único interessado — as empresas produtoras — é injustificável. Terão elas algum trabalho a mais, como as editoras também, para numerar os livros, o que agora constitui preceito, mas é insustentável a afirmação de que a medida é ociosa e impraticável. Ao contrário, é do maior interesse para o autor nacional, inclusive para o Fisco, que terá possibilidade de controlar a produção.

Note-se que se trata do Código dos Direitos Autorais. A finalidade da lei é precisamente de defender o autor e não de perseguí-lo, nem onerá-lo. Esse dispositivo beneficia o autor. Corresponde ao espírito e ao sentido da lei. Seu veto atendeu a uma reivindicação de poucas e grandes empresas produtoras de disco, que nem sei se são brasileiras.

Vamos legislando no cumprimento do nosso dever, ao estabelecer um Código dos Direitos do Autor, defendendo a cultura brasileira, fundamento do nosso desenvolvimento. Mais do que o desenvolvimento econômico, social ou político, na sua base está o desenvolvimento cultural. Enquanto não houver uma cultura brasileira, uma tecnologia brasileira, uma ciência adaptada à nossa realidade, não teremos as raízes de um autêntico desenvolvimento. Daí a importância do projeto, elaborado, de acordo com a justificativa do projeto, para defender a cultura brasileira. E, agora, vamos eliminar, através da eliminação desse artigo, um dos pontos de defesa do autor brasileiro.

O Sr. JG de Araújo Jorge — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO — Ouço, com prazer, o aparte de V. Exª

O Sr. JG de Araújo Jorge — Quando V. Exª cita o autor brasileiro, desejo figurar no seu pronunciamento justamente como um autor brasileiro. O artigo vetado é aquele que possibilitava o único controle que o autor poderia ter sobre a tiragem, a prensagem dos discos. No momento em que um autor de uma obra de literatura edita um livro, no contrato firma-se a tiragem do livro. Há edição de três, cinco ou dez mil exemplares, e o autor do livro tem, de certa maneira, algum elemento para controlar essa tiragem. Se ele o desejar — inclusive alguns autores o fazem — exige do editor que sejam numerados os exemplares. Assim, em muitas edições, o livro vem numerado. Mas quando existe confiança entre o autor e o editor, numera-se, no contrato, a tiragem da obra, e o controle se fará por processos indiretos. Em relação ao fonograma, não há essa possibilidade, e nos contratos dos compositores com as gravadoras nunca há referência

ao número de discos prensados. Fica, então, o compositor inteiramente a descoberto, sem nenhuma possibilidade de saber o número de discos prensados. O art. 83 possibilita justamente essa numeração. Os discos numerados ensejariam, evidentemente, ao compositor ou ao autor, o controle da tiragem ou da prensagem dos mesmos fonogramas. Obviamente, se aparecesse, amanhã, um disco com número repetido, teria ele condições para, inclusive, judicialmente, poder agir em defesa de seus interesses.

O SR. FRANCO MONTORO — Até criminalmente.

O Sr. JG de Araújo Jorge — De maneira que venho ao encontro do pronunciamento de V. Exª. É de todo injustificável que se tire do projeto um artigo que justamente lhe dá substância, caracterizando fundamentalmente o meio de que poderia dispor o compositor ou autor para defender os seus direitos. Congratulo-me, portanto, com o pronunciamento de V. Exª, porque defende, protegendo o direito dos autores, como muito bem acentuou, os interesses mais legítimos da cultura brasileira.

O SR. FRANCO MONTORO — Agradeço a V. Exª o aparte, que tem o duplo valor de pronunciamento de um Parlamentar e de um autor. V. Exª sente o problema. Aqueles que tiveram contato com os autores brasileiros interessados na defesa dos seus direitos não podem ter dúvida sobre o sentido altamente moralizador, de justiça e de interesse público desta medida. Em carta que acaba de me dirigir o conhecido artista brasileiro Jair Rodrigues — não a posso ler no momento, porque fui surpreendido com esta sessão matutina para apreciação do veto — pedindo-me que transmita seu apelo, em nome dos artistas brasileiros, a todos os Congressistas, faz aquele cantor a seguinte consideração: hoje se numera tudo. Numera-se a carne, os ovos, os peixes.

O Sr. Freitas Nobre — Até os homens.

O SR. FRANCO MONTORO — Até os homens são numerados, diz Jair Rodrigues, repetindo a expressão com que, neste momento, me socorre o Deputado Freitas Nobre. Tudo se numera, só não se pode numerar o disco. Quem me dá a resposta? Ninguém. Até o ser humano é numerado. Temos o número do CIC, o número da Carteira de Identidade etc. As cidades têm número, as ruas, as casas. É um princípio de organização, de controle. Será que o disco é algo de excepcional, a não comportar uma simples numeração no seu rótulo?

Concluo, Sr. Presidente, lembrando que, este veto, fundado na impraticabilidade da medida e na sua desnecessidade, é insustentável. Não há ninguém capaz de sustentar que a medida seja ociosa, impraticável. Acabo de provar, com a confirmação de todos os ilustres parlamentares que nos apartearam, que a medida é de profundo interesse para a cultura brasileira e para o nosso Fisco. Acabo de demonstrar sua praticabilidade, pois, se se enumeram livros, documentos e até os homens, por que razão não se enumera o disco?

Atendendo à solicitação do Sr. Presidente, concluo minha oração lembrando que, além do interesse público do Fisco, estamos, na realidade, lidando com um dos aspectos mais sérios e mais graves do desenvolvimento brasileiro. Como o desenvolvimento cultural, é importante defender a cultura e a arte brasileiras, porque é do desenvolvimento cultural, e só dele, que pode depender o autêntico desenvolvimento nacional.

Se a nobre Maioria não dispuser de elementos no momento, talvez seja possível adiar a votação da matéria para uma reunião pequena, examinando-se os argumentos um a um e os dados objetivos. Poderia fornecer, inclusive, à Comissão toda a correspondência que recebi de associações de escritores de todos os Estados do Brasil, ou de todas as regiões do Brasil, para demonstrar que se trata de uma reivindicação da cultura brasileira que, neste momento, corre o risco de ser denegada, se a Maioria se recusar fazer um exame mais objetivo, sério e desapaixonado do problema.

E o apelo que faço, dirigido a todos os Senhores Congressistas e, particularmente, à nobre Maioria, para que esta matéria seja examinada e decidida de acordo com sua alta significação. Ela beneficia a cultura e o desenvolvimento brasileiros, acarretando alguns ônus para aquelas empresas que auferem grandes lucros e que não querem diminuí-los por um controle mais efetivo, mais objetivo, mais honesto.

Era o que tinha a dizer. (**Palmas.**)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FRANCO MONTORO

Rio de Janeiro, 20 de março de 1974.

Senhor Senador Franco Montoro
BRASÍLIA

Mui digno Senhor,

Sabedores da sua campanha legislativa em favor da numeração dos discos, vimos manifestar o nosso mais irrestrito apoio a tão moralizadora providência.

Nem todos cometem deslizes ou se valem do espírito desligado de cantores e compositores, mas tal é o vozerio que muita coisa errada deve estar se passando com os negócios de discos e cassetes.

Buscas e apreensões são noticiadas nos jornais, como medidas das gravadoras contra as gravações clandestinadas, chamadas de "piratas".

Se todos os discos e cassetes forem numerados não haverá como serem burlados os direitos.

Há muitas espécies de gravadoras, encontrando-se entre elas as boas e as ruins. Não se podendo distinguir umas das outras senão depois de experiências amargas, a numeração obrigatória, virá fazer com que os direitos sejam respeitados.

Acreditamos que as suspeitas e desconfianças, os abusos e embustes, somente desaparecerão mediante a aplicação de uma forma de controle rígido, como o da numeração. Talvez dê um pouco mais de trabalho, porém, nunca será ele maior do que o tamanho que deve ter o respeito pelo direito dos outros.

Parabéns a Vossa Excelência pelo seu esforço benemérito e a gratidão daqueles que querem ser protegidos das más gravadoras.

Atenciosamente — Antônio Carlos e Jocafi.

São Paulo, 22 de março de 1974.

Ilustre Senador Franco Montoro,

Com um forte abraço deste brasileiro que procura, sempre de coração, cantar para espantar os males dos seus compatriotas e dos estrangeiros amigos que convivem com a gente, quero transmitir os agradecimentos sinceros pela luta em favor dos artistas e compositores, procurando melhorar a sua situação e protegendo o que lhes pertence por direito.

A sua emenda sobre o assunto de numeração dos discos e cassetes é a melhor coisa que poderia acontecer. As fábricas de discos que trabalham corretamente nada terão o que temer e aquelas que sempre se enganam nas prestações de contas, terão que acertar o compasso. Essa desafinação, uns dentro do "certinho" e outros "por fora", não dá não.

Se numerar dá trabalho, paciência, o pior é sofrer prejuízo por equívoco de quem está pagando.

Eu controlo direitinho os meus direitos e não tenho queixas, mas muitos colegas estão aí... não sei, não.

Senador! Hoje tudo pode ser numerado, — boi, frango, passagem, cheque, gente ... será que só não pode ser inventada a numeração dos discos?

Ademais, por que será que há tanta força contra a numeração? É preciso ajudar a fazer o carro andar p'rá frente e não estar segurando o rabo da égua.

Toda força que os deputados e senadores fizerem aqui na terra pelos compositores, Jesus Cristo, lá no céu vai dar uma consideraçãozinha. Garanto.

Saúde p'rô senhor e para todos, inclusive p'rá aqueles que são contra a numeração nos discos.

Abraços e felicitações. Obrigado, Senador.

Jair Rodrigues

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Continua em discussão a matéria. **(Pausa.)**

Não havendo quem queira discuti-la, declaro-a encerrada.

Vai-se proceder à votação.

A Presidência esclarece que, de acordo com o disposto no art. 44, parágrafo único, combinado com o art. 107 do Regimento Comum, a votação far-se-á pelo processo nominal, sendo objeto de deliberação a matéria vetada.

Considerar-se-á aprovada a parte vetada, se alcançar o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros de cada uma das Casas do Congresso.

De acordo com o estabelecido no § 2º do art. 43 do Regimento Comum, a votação começará pela Câmara dos Deputados.

Solicito o comparecimento dos Senhores Deputados Petrônio Figueiredo e Jarmund Nasser, a fim de procederem à chamada. **(Pausa.)**

Vai-se proceder à chamada, que se iniciará pelos representantes dos Estados, do NORTE para o SUL.

Os Líderes deverão ser chamados em primeiro lugar.

Os Senhores Deputados que aprovarem o dispositivo vetado votarão "SIM", e os que o rejeitarem votarão "NÃO".

Procede-se à chamada

RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM "NÃO" OS SRS. DEPUTADOS:

Wilmar Dallanhol — Como Líder

Acre

Joaquim Macedo — ARENA; Nosser Almeida — ARENA.

Amazonas

Raimundo Parente — ARENA; Vinicius Câmara — ARENA.

Pará

Américo Brasil — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Sebastião Andrade — ARENA.

Maranhão

Eurico Ribeiro — ARENA; Henrique de La Rocque — ARENA; Nunes Freire — ARENA.

Piauí

Dyrno Pires — ARENA; Milton Brandão — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Edilson Melo Távora — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Flávio Marcílio — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Josias Gomes — ARENA; Leão Sampaio — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Ossian Araripe — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Djalma Marinho — ARENA; Grimaldi Ribeiro — ARENA.

Paraíba

Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Claúdio Leite — ARENA; Teotônio Neto — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Etelvino Lins — ARENA; Geraldo Guedes — ARENA; Joaquim Coutinho — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Magalhães Melo — ARENA; Marco Maciel — ARENA.

Alagoas

Geraldo Bulhões — ARENA; José Sampaio — ARENA; Oceano Carleial — ARENA.

Sergipe

Eraldo Lemos — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Djalma Bessa — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Hannequim Dantas — ARENA; Ivo Braga — ARENA; João Alves — ARENA; José Penedo — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Luiz Braga — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo de Albuquerque — ARENA; Tourinho Dantas — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Élcio Álvares — ARENA; José Carlos Fonseca — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — ARENA; Dayl de Almeida — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; José da Silva Barros — ARENA; José Haddad — ARENA; José Sally — ARENA; Luiz Braz — ARENA; Márcio Paes — ARENA; Rozendo de Souza — ARENA.

Guanabara

Célio Borja — ARENA; Eurípides Cardoso de Menezes — ARENA; Nina Ribeiro — ARENA; Osnelli Martinelli — ARENA.

Minas Grais

Altair Cagas — ARENA; Aureliano Chaves — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Bias Fortes — ARENA; Delson Scarano — ARENA; Elias Carmo — ARENA; Francelino Pereira — ARENA; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Hugo Aguiar — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; João Guido — ARENA; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Manoel Taveira — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nogueira de Rezende — ARENA; Ozanan Coêlho — ARENA; Paulino Cícero — ARENA.

São Paulo

Adhemar de Barros Filho — ARENA; Alfeu Gasparini — ARENA; Arthur Fonsêca — ARENA; Baldacci Filho — ARENA; Braz Nogueira — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Chaves Amarante — ARENA; Diogo Nomura — ARENA; Henrique Turner — ARENA; Ildélio Martins

— ARENA; Ítalo Fittipaldi — ARENA; Mário Telles — ARENA; Maurício Toledo — ARENA; Monteiro de Barros — ARENA; Paulo Alberto — ARENA; Plínio Salgado — ARENA; Roberto Gebara — ARENA; Silvio Lopes — ARENA; Sylvio Venturolli — ARENA; Sussumu Hirata — ARENA.

Goiás

Brasílio Caiado —ARENA; Henrique Fanstone — ARENA; Jarmund Nasser— ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Wilmar Guimarães — ARENA.

Mato Grosso

Garcia Netto — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Marcílio Lima — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA.

Paraná

Agostinho Rodrigues — ARENA; Alberto Costa — ARENA; Alípio Carvalho — ARENA; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ary de Lima — ARENA; Arnaldo Busato — ARENA; Arthur Santos — ARENA; Braga Ramos — ARENA (SE); Fernando Gama — MDB; Ferreira do Amaral — ARENA; Flávio Giovine — ARENA; Hermes Macêdo — ARENA; Ítalo Conti — ARENA; José Carlos Leprevost — ARENA; Luiz Losso — ARENA (SE); Roberto Galvani — ARENA; Túlio Vargas — ARENA.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Albino Zeni — ARENA; Aroldo Carvalho — ARENA; Dib Cherem — ARENA; João Linhares — ARENA; Pedro Colin — ARENA.

Rio Grande do Sul

Arlindo Kunzler — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Clóvis Stenzel — ARENA; Daniel Faraco — ARENA; Helbert dos Santos — ARENA; Lauro Leitão — ARENA; Milton Cassel — ARENA (S); Norberto Schmidt — ARENA; Sinval Guazzelli — ARENA.

Roraima

Silvio Botelho — ARENA.

RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM "SIM" OS SRS. DEPUTADOS:

Laerte Vieira — Como Líder

Acre

Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Joel Ferreira — MDB.

Maranhão

Freitas Diniz — MDB.

Piauí

Severo Eulálio — MDB.

Ceará

Oziris Pontes — MDB.

Rio Grande do Norte

Henrique-Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB.

Paraíba

Marcondes Gadelha — MDB; Petrônio Figueredo — MDB.

Pernambuco

Fernando Lyra — MDB; Marcos Freire — MDB.

Bahia

João Borges — MDB; Ney Ferreira — MDB.

Espírito Santo

Argilano Dario — MDB; Dirceu Cardoso — MDB.

Rio de Janeiro

Brígido Tinoco — MDB; Hamilton Xavier — MDB; Walter Silva — MDB.

Guanabara

Alcir Pimenta — MDB; Bezerra de Norões — MDB; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; JG de Araújo Jorge — MDB; Léo Simões — MDB; Lisâneas Maciel — MDB; Pedro Faria — MDB; Reynaldo Santana — MDB.

Minas Gerais

Fábio Fonseca — MDB; Jorge Ferraz — MDB; Padre Nobre — MDB; Renato Azeredo — MDB; Sílvio de Abreu — MDB.

São Paulo

Athiê Coury — MDB; Dias Menezes — MDB; Francisco Amaral — MDB; Freitas Nobre — MDB; João Arruda — MDB; José Camargo — MDB; Santilli Sobrinho — MDB; Ulysses Guimarães — MDB.

Goiás

Anapolino de Faria — MDB; Fernando Cunha — MDB; José Freire — MDB; Juarez Bernardes — MDB.

Paraná

Antônio Annibelli — MDB.

Santa Catarina

Jaison Barreto — MDB

Rio Grande do Sul

Alceu Collares— MDB; Aldo Fagundes — MDB; Amaury Müller — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Eloy Lenzi — MDB; Getúlio Dias — MDB; Jairo Brum — MDB; José Mandelli — MDB; Nadyr Rossetti — MDB.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Votaram "SIM", 60 Srs. Deputados; "NÃO", 167 Srs. Deputados. O art. 83 do projeto foi rejeitado. Rejeitada na Câmara, deixa a matéria de ser submetida ao Senado, ficando, em conseqüência, mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias no sentido de ser comunicado o resultado da votação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Esta Presidência convocou para hoje, às 12 horas, uma sessão, que será realizada dentro de 10 minutos, destinada à votação, adiada ontem por falta de **quorum**, do veto aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 53/73.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 5 minutos.)

ATA DA 31ª SESSÃO CONJUNTA, EM 3 DE ABRIL DE 1974

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 7ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. PAULO TORRES

Às 12 horas e 15 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — José Guiomard — Geraldo Mesquita — Flávio Britto — José Lindoso — José Esteves — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Clodomir Milet — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Petrônio Portella — Helvídio Nunes — Virgílio Távora — Waldemar Alcântara — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — Luís de Barros — Jessé Freire — Domício Gondim — Ruy Carneiro — João Cleofas — Paulo Guerra — Wilson Campos — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Leandro Maciel — Lourival Baptista — Antônio Fernandes — Heitor Dias — Ruy Santos — Carlos Lindenberg — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Paulo Torres — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — José Augusto — Magalhães Pinto — Carvalho Pinto — Franco Montoro — Orlando Zancaner — Benedito Ferreira — Emival Caiado — Osires Teixeira — Fernando Corrêa — Italívio Coelho — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Mattos Leão — Octávio Cesário — Antônio Carlos — Celso Ramos — Lenoir Vargas — Daniel Krieger — Guido Mondin — Tarso Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Joaquim Macêdo — ARENA; Nosser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Joel Ferreira — MDB; Leopoldo Peres — ARENA; Raimundo Parente — ARENA; Vinicius Câmara — ARENA.

Pará

Américo Brasil — ARENA; Édison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; João Menezes — MDB; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Sebastião Andrade — ARENA.

Maranhão

Américo de Souza — ARENA; Eurico Ribeiro — ARENA; Freitas Diniz — MDB; Henrique de La Rocque — ARENA; João Castelo — ARENA; Nunes Freire — ARENA.

Piauí

Dyrno Pires — ARENA; Heitor Cavalcanti — ARENA; Milton Brandão — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA; Severo Eulálio — MDB.

Ceará

Álvaro Lins — MDB; Edilson Melo Távora — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Josias Gomes — ARENA; Leão Sampaio — ARENA; Manoel Rodrigues — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Ozires Pontes — MDB; Ossian Araripe — ARENA; Parsifal Barroso — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Djalma Marinho — ARENA; Grimaldi Ribeiro — ARENA; Henrique-Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Vingt Rosado — ARENA.

Paraíba

Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Cláudio Leite — ARENA; Janduhy Carneiro — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Petrônio Figueiredo — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Etelvino Lins — ARENA; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Joaquim Coutinho — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA — Magalhães Melo — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Marcos Freire — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Sampaio — ARENA; Oceano Carleial — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Eraldo Lemos — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; Luiz Garcia — ARENA; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Djalma Bessa — ARENA; Edvaldo Flôres — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Hannequim Dantas — ARENA; Ivo Braga — ARENA; João Alves — ARENA; João Borges — MDB; José Penedo — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Luiz Braga — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Theódulo de Albuquerque — ARENA; Tourinho Dantas — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Argilano Dario — MDB; Dirceu Cardoso — MDB; Élcio Álvares — ARENA; José Carlos Fonsêca — ARENA; José Tasso de Andrade — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Dayl de Almeida — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Hamilton Xavier — MDB; José da Silva Barros — ARENA; José Haddad — ARENA; José Sally — ARENA; Luiz Braz — ARENA; Márcio Paes — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Peixoto Filho — MDB; Rozendo de Souza — ARENA; Walter Silva — MDB.

Guanabara

Alcir Pimenta — MDB; Amaral Neto — ARENA; Bezerra de Norões — MDB; Célio Borja — ARENA; Eurípides Cardoso de Menezes — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; JG de Araújo Jorge — MDB; Léo Simões — MDB; Lisâneas Maciel — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Miro Teixeira — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osnelli Martinelli — ARENA; Pedro Faria — MDB; Reynaldo Santana — MDB; Rubem Medina — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Athos de Andrade — ARENA; Aureliano Chaves — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Bias Fortes — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Delson Scarano — ARENA; Elias Carmo — ARENA; Fábio Fonseca — MDB; Fernando Fagundes Netto — ARENA; Francelino Pereira — ARENA; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Hugo Aguiar — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; João Guido — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Manoel Taveira — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nogueira de Rezende — ARENA; Ozanan Coêlho — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Sílvio de Abreu — MDB; Sinval Boaventura —ARENA; Tancredo Neves — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; Adhemar de Barros Filho — ARENA; Aldo Lupo — ARENA; Alfeu Gasparini — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Arthur Fonsêca — ARENA; Athiê Coury — MDB; Baldacci Filho — ARENA; Braz Nogueira — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Chaves Amarante — ARENA; dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Faria Lima — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Freitas Nobre — MDB; Henrique Turner — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Ildélio Martins — ARENA; Ítalo Fittipaldi — ARENA; João Arruda — MDB; José Camargo — MDB; Mário Telles — ARENA; Maurício Toledo — ARENA; Monteiro de Barros — ARENA; Orensy Rodrigues — ARENA ; Ortiz Monteiro — ARENA; Paulo Abreu — ARENA; Paulo Alberto — ARENA; Plínio Salgado — ARENA; Roberto Gebara — ARENA; Ruydalmeida Barbosa — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Silvio Lopes — ARENA; Sylvio Venturolli — ARENA; Sussumu Hirata — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB.

Goiás

Anapolino de Faria — MDB; Ary Valadão — ARENA; Brasílio Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Henrique Fanstone — ARENA; Jarmund Nasser — ARENA; José Freire — MDB; Juarez Bernardes — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Wilmar Guimarães — ARENA.

Mato Grosso

Emanuel Pinheiro — ARENA; Garcia Netto — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Lopes da Costa — ARENA; Marcílio Lima — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA.

Paraná

Agostinho Rodrigues — ARENA; Alberto Costa — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ary de Lima — ARENA; Arnaldo Busato — ARENA; Arthur Santos — ARENA; Braga Ramos — ARENA (SE) — Ferreira do Amaral — ARENA; Flávio Giovine — ARENA; Hermes Macêdo — ARENA; Ítalo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; José Carlos Leprevost — ARENA; Luiz Losso — ARENA (SE); Mário Stamm — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Roberto Galvani — ARENA; Túlio Vargas — ARENA.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Albino Zeni — ARENA; Aroldo Carvalho — ARENA; Dib Cherem — ARENA; Francisco Grillo — ARENA; Fancisco Libardoni — MDB; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; Laerte Vieira — MDB; Pedro Colin — ARENA; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Amaury Müller — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Célio Marques — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Clóvis Stenzel — ARENA; Daniel Faraco — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Getúlio Dias — MDB; Herbert dos Santos — ARENA; Jairo Brum — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Milton Cassel — ARENA (SE) — Nadyr Rossetti — MDB; Norberto Schmidt — ARENA; Sinval Guazzelli — ARENA; Vasco Amaro — ARENA; Victor Issler — MDB.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB

Roraima

Sylvio Botelho — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — As listas de presença acusam o comparecimento de 64 Srs. Senadores e 282 Srs. Deputados. Havendo número regimental declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período de breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Arnaldo Busato.

O SR. ARNALDO BUSATO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, no momento em que a imprensa escrita do Sul do País, baseada em informação da Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul, divulga que, brevemente, o Ministério da Agricultura, com o prestigiamento daquela autoridade e dos Secretários da Agricultura dos Estados do Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Mato Grosso, lançará campanha nacional visando à autosuficiência na produção do trigo no Brasil, como estudioso do assunto cumpre-nos tecer algumas considerações sobre o tão palpitante e discutido problema daquele setor de nossa Agricultura.

As constantes elevações dos preços dos fertilizantes estão sendo um fator limitante da expansão das áreas das principais culturas de nosso País e, certamente, contribuirão decisivamente para que a agricultura continue apresentando baixos índices de crescimento em nossa Economia.

Eminentes Congressistas, no curto período de seis meses, a fórmula 4-37-11, utilizada no cultivo do trigo, sofreu um aumento de 344%, passando de Cr$ 930,00 a tonelada, preço vigente em setembro de 1973, para Cr$ 3.200,00 a tonelada, nos dias atuais.

Assim, o preço-garantia do trigo nacional, da safra de 1974, fixado em Cr$ 80,00 a saca, pelo Conselho Monetário Nacional, em reunião de 4 de fevereiro de 1974, e que, na época foi considerado como um estímulo para o aumento da produção tritícola do País, hoje, decorrido pouco mais de um mês, encontra-se desatualizado, principalmente pela oscilação de 68% que já ocorreu entre o preço de Cr$ 1.900,00 a tonelada, computado no custo de produção apresentado pela FECOTRIGO, como Entidade representativa dos triticultores e aprovado pelo referido Colegiado, para o de Cr$ 3.200,00 a tonelada, pelo qual os agricultores estão pagando o fertilizante que será utilizado no plantio da safra tritícola de 1974

Além do mais, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, os vendedores de adubos, na ânsia de comercializarem mais rapidamente as suas cotas, estão anunciando a sua escassez no mercado, criando um clima de incerteza na classe rurícola paranaense.

Alguns agricultores mais precavidos e dispondo de recursos financeiros suficientes, mas ainda temerosos da instabilidade do mercado de insumos, adquiriram antecipadamente as quantidades de adubos necessários ao cultivo da área de trigo do corrente ano. Diante, porém, das notícias circulantes na área rural do Estado, ainda não decidiram se formarão suas lavouras do cereal-rei, normalmente de

custo mais elevado e mais sujeita às adversidades climáticas que ocorrem na planta ou se conservarão o adubo estocado nas suas propriedades agrícolas para o utilizarem no plantio da lavoura de soja da próxima safra, com receio da ocorrência da anunciada falta de fertilizantes para o seu cultivo.

Reconhecemos como das mais meritórias a iniciativa do atual Governo, em, pela primeira vez, na história de nossa agricultura, definir uma política a longo prazo para a triticultura nacional, ao estabelecer como meta a auto-suficiência do cereal até o final do qüinqüênio do Governo do General Geisel.

Inicialmente, porém, devemos equacionar o principal problema da constante alta dos preços dos fertilizantes enfrentado pelos nossos homens do campo, porquanto o custo do fertilizante na composição da despesa total é da ordem de 40%.

Parece-nos que somente restam duas alternativas aos órgãos governamentais responsáveis pela política agrícola do Brasil: subsidiar aos agricultores o preço do adubo ou fixar preços-garantia para a nossa produção primária, compatíveis com os dos fertilizantes e dos demais componentes que integram a formação dos custos dos produtos agrícolas.

Era o que tinha a dizer (**Muito bem!**)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Argilano Dario.

O SR. ARGILANO DARIO (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, recebi solicitação de diversos Sindicatos de classe do Espírito Santo, no sentido de abordar, da tribuna do Congresso Nacional, o problema do aumento do custo de vida.

Em meu Estado, tal aumento se tem verificado de maneira vertiginosa. Dobrou, em vários casos, o preço de gêneros alimentícios de primeira necessidade. Esta reclamação deve ser uma constante em todos os Estados do País. Mesmo em Brasília o óleo de soja desapareceu do mercado, e a banha, quando é encontrada, tem o preço de Cr$ 16,80.

Lerei, para constar dos "Anais do Congresso", o que registra o brilhante matutino **Jornal de Brasília**, do dia 30 de março recém-findo sob o título "Custo de vida subiu 3,89% em fevereiro".

> O custo de vida em São Paulo cresceu 3,89% em fevereiro último, de acordo com levantamento realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. No mês de fevereiro de 1973 a igual período de 1974, o custo de vida teve um aumento geral de 30,65%
>
> O estudo foi realizado com base na vida da família assalariada da cidade, dividida em três extratos: inferior, médio e superior, isto é, com salários de Cr$ 386,00, Cr$ 500,00 e Cr$ 850,00. De janeiro de 1974 a 28 de fevereiro último, o aumento geral de custo de vida atingiu a 6,04%.
>
> Segundo os economistas, "caso seja mantido até o final do ano o ritmo de crescimento no custo de vida de 3,5% ao final do ano o total atingirá a 39,0% uma taxa elevadíssima".
>
> O índice da elevação no custo de vida em fevereiro, em itens e subitens foi o seguinte:

Itens	Geral
Alimentação	4,68
Habitação	1,89
Vestuário	2,72
Transporte	6,49
Equipamento doméstico	2,62
Recreação e fumo	0,00
Saúde	3,73
Educação e Cultura	10,95
Limpeza doméstica	4,86
Higiene pessoal	6,05
TOTAL	3,89

SUBITENS	Geral
ALIMENTAÇÃO	
Cereais, massas e farinhas	3,73
Leite e derivados	6,57
Carnes e derivados	4,13
Gorduras e condimentos	4,34
Artigos de sobremesa	2,81
Hortaliças	11,41
Frutas	5,39
Peixes	1,28
Bebidas	4,03
Refeições avulsas	3,68
Diversos	4,30
VESTUÁRIO	
Roupas para homens	2,73
Roupas para senhoras	2,79
Roupas para crianças	2,98
Calçados	2,63
Cama, mesa e banho	2,41
EQUIPAMENTO DOMÊSTICO	
Eletrodomésticos	1,01
Móveis	4,55
Utensílios domésticos	4,85
SAÚDE	
Assistência à saúde	4,65
Medicamentos	1,44

Sr. Presidente, no dia 2 de abril corrente, também no **Jornal de Brasília** foi publicado, sob o título "Preços sobem até 142%", a seguinte notícia:

> "Liberados os preços, o abastecimento se normalizou e a carne que não existia, segundo os frigoríficos, apareceu em grande quantidade.
>
> Mas, as donas de casa pareciam mais abismadas com os novos preços do que com o passe de mágica que a fez surgir abundante nos açougues em todo País.
>
> Na verdade, a Portaria da SUNAB, liberando os preços, ainda não havia sido publicada pelo **Diário Oficial** (que só circulou à tarde) e os frigoríficos que estavam entregando a peça traseira a Cr$ 9,50 o quilo quando o preço anterior era de Cr$ 7,80. Os varejistas, por sua vez, passaram a cobrar os novos preços, que variavam de um açougue para outro. Entretanto, após uma reunião a que os marchantes compareceram maciçamente, convencionaram que os preços da carne de primeira inteiramente liberados seriam os seguintes: Filé mignon — de Cr$ 19,00 para Cr$ 22,00 (aumento de 8,6%); Alcatra — de Cr$ 14,00 para Cr$ 16,00 (14%); Coxão-mole ou chã-de-dentro e patinho — de Cr$ 6,60 para Cr$ 16,00 (mais 142%); e músculo de Cr$ 4,50 para Cr$ 9,00 (mais 100%). O contrafilé teve o seu preço mantido em Cr$ 16,00.
>
> De acordo com a portaria assinada pelo Superintendente da SUNAB, que passou a vigorar ontem, os preços das carnes de segunda qualidade existentes nas peças dianteiras, tiveram a sua média de majoração em torno de 63,59%. Assim é que a pá que custava Cr$ 5,60 passou para Cr$ 9,00 (mais 62,22%), o peito e o acém de Cr$ 4,50 para Cr$ 7,00(mais 54,28%), todas vendidas sem osso. Outros tipos de carnes do quarto traseiro do boi também foram tabeladas: o coxão duro ou chã-de-fora e o lagarto passaram de Cr$ 6,60 par

Cr$ 11,00, com um aumento de 66,26% enquanto que a capa de filé subiu de Cr$ 4,50 para Cr$ 7,00 (mais 64,28%). O aumento médio dessas carnes foi de 65,6%.

A carne do dianteiro, quando moída, teve o seu preço fixado em Cr$ 7,00 o quilo ao passo que a do traseiro poderá ser cobrada pelo preço do tipo solicitado pelo consumidor, não sendo admitido nenhum acréscimo pela moagem. A mesma portaria obrigou os açougueiros a fixarem os preços da carne em local visível e de fácil acesso em letras de, pelos menos, 2 cm de tamanho. Esta obrigação é tanto para a carne tabelada como para a liberada. A inobservância sujeitará os infratores à multas que variam de 1/3 a 30 vezes o salário-mínimo.

Os açougueiros foram unânimes em afirmar que agora poderão trabalhar com algum lucro e que, com os preços que resolveram cobrar para os tipos não tabelados lhes assegurarão um lucro de 6% sobre o custo. Pela manhã a balbúrdia era completa nos estabelecimentos que comerciam com o produto. Enquanto não chegavam as novas remessas, os preços eram cobrados a critério de cada açougueiro, mesmo sem saberem se a nova tabela já tinha sido publicada ou não no **Diário Oficial**. Quando começaram a chegar dos frigoríficos, na tarde de ontem, as notas fiscais já vinham extraídas com os novos preços da carne no atacado: A peça traseira passou de Cr$ 7,80 para Cr$ 9,55 e a dianteira de Cr$ 3,50 para Cr$ 5,20. Entretanto, ontem não foi entregue nenhuma peça dianteira, justamente a que possui mais tipos da carne tabelada. Alguns varejistas, perguntados a respeito, disseram que este tipo de carne está sendo desviado para São Paulo onde o seu preço atinge Cr$ 6,20 por quilo. A pequena quantidade que se verificou nos açougues das cidades-satélites é oriunda de abatedouros situados no Distrito Federal que não possuem autorização para exportar para outros Estados brasileiros, sendo obrigados a vendê-las na praça de Brasília, obrigando, em conseqüência, os consumidores a comprar os tipos cujos preços são liberados."

Era o que tinha a dizer. (**Muito bem!**)

O SR. PRESIDENTE (**Paulo Torres**) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Nina Ribeiro.

O SR. NINA RIBEIRO (**Sem revisão do orador.**) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, todo esforço para minorar as condições difíceis dos deficientes visuais merece nosso elogio, apoio e encômio, até porque, como irmãos nossos, como entes humanos, eles preferem ter a possibilidade de trabalhar, de ganhar a vida honrada e honestamente, em vez de merecer apenas a esmola que, muitas vezes, humilha quem a dá e quem a recebe.

Neste sentido, merece registro todo especial o novo método introduzido no Instituto Benjamin Constant pela Profª Maria da Glória Beuttenmüller, que, depois de vários anos de pesquisa, conforme foi publicado, criou o Método Espaço-Direcional, que possibilitará ao deficiente visual assimilar o ensino da escrita, pelo menos no que se refere à própria assinatura.

O método consiste, basicamente, na exploração tátil, pelo cego, de sua própria fisionomia. Através disso, ele conseguirá conscientizar as formas de letras cursivas do alfabeto em seu rosto, para, depois, transportá-las para o papel, o que é feito com a utilização simultânea da escrita Braile e da sonorização fonética. O seu aprendizado envolve várias fases, como, por exemplo, a exploração do rosto, a reprodução de seu contorno e, sobretudo, a conscientização espaço sensorial. Método, sem dúvida, revolucionário, fruto de esforço laborioso de honrada professora patrícia no Instituto Benjamin Constant, tem conseguido ele obter os melhores resultados. Agora, o deficiente visual terá mais um fator de esperança, tendo aumentadas suas possibilidades de aprender profissões que permitam, em última análise, seu ganha-pão, seu sustento, sem depender pura e simplesmente da esmola ou da caridade.

Era o que tinha a dizer. (**Muito bem!**)

O SR. PRESIDENTE (**Paulo Torres**) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Siqueira Campos. (**Pausa.**) S. Exª não está presente. Concedo a palavra ao nobre Deputado Joel Ferreira.

O SR. JOEL FERREIRA (**Sem revisão do orador.**) — Sr. Presidente, de há muito vimos combatendo o procedimento agressivo do Governo no que se refere às classes mais pobres do País, sobretudo no tocante à problemática habitacional. Infelizmente, quase nada tem surgido em socorro dos que residem em moradias financiadas pelo BNH e, em razão disso, muitos as têm abandonado por não disporem de condições de pagar as respectivas prestações. E a tudo o Governo se tem mostrado insensível.

Na hora em que assume a Presidência do BNH um homem que pode ter visão mais ampla dos problemas e ser mais esclarecido do que seus antecessores, aproveitamos a oportunidade para, em nome de milhões de brasileiros que não têm condições de pagar as referidas prestações, dirigir veemente apelo a S. Sa. no sentido de que não apenas estude a possibilidade de ser extinta a correção monetária, mas, sobretudo, de que seja minorada a agressividade da medida governamental que, conforme já foi comprovado sobejamente no sistema brasileiro, não tem dado os resultados almejados, notadamente para as classes assalariadas.

Assim, Sr. Presidente, valendo-me dos poucos minutos que me são concedidos, reitero ao Presidente do Banco Nacional da Habitação o apelo de milhões de brasileiros.

Era o que tinha a dizer. (**Muito bem.**)

O SR. PRESIDENTE (**Paulo Torres**) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (**Pronuncia o seguinte discurso.**) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, de muitos educadores, de São Paulo e de todo o Brasil, seja através de conversas pessoais, seja por intermédio de vasta correspondência, tenho ouvido críticas a um tipo de procedimento didático e as quais, em verdade, de todo em todo me parecem procedentes.

A moderna legislação do ensino de primeiro grau, com objetividade — reconheço-o sem esforço — busca desenvolver na criança o gosto pelo ensino das ciências, levando-as à prática de manipulações diversas e que visam a criar na mentalidade juvenil o gosto pela pesquisa e o amor pelo trabalho científico.

A grande maioria das experimentações e das experiências, é bem verdade, merece apoio e mesmo simpática e calorosa estimulação, pois vai como que condicionando a criança a sentir e a compreender a valia do processo científico no progresso universal.

Mas — para não me alongar demasiado — pelo menos uma exceção existe naquelas práticas que merecem elogios, e esta é a vivissecção, operação em que, nas aulas de estabelecimentos do primeiro grau, os animais são, de um modo geral, desumanamente sacrificados. Creio até que, em muitos casos, com certo sadismo.

Aquilo que, realizado num estágio superior, é da maior importância, se transforma em espetáculo nada edificante para meninos e meninas e, sobretudo, inútil.

O livro, o filme, a televisão, o **slide**, a gravura, na quadra infantil, podem e devem, com vantagem, substituir o método que nada acrescenta às mentes infantis, mas que as prejudica, quase sempre.

Todos os psicólogos infantis sabem quantos traumas aquelas práticas, que de ordinário se deterioram, ocasionam às crianças mais sensíveis, que, de certa forma, são brutalizadas por espetáculos que estão acima de sua idade e de suas reações naturais.

É preciso ter-se sempre presente que é o espírito da lei, e não a sua letra fria, que deve prevalecer. Nem por serem **in anima vili** tais experiências deixam de ser chocantes, sendo, por isso mesmo improdutivas.

Fazendo-me eco de tantas opiniões que se opõem à prática condenada, espero que o Ministro Ney Braga examine o assunto, com espírito de administrador, de pai e de avô.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Juarez Bernardes.

O SR. JUAREZ BERNARDES (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, combatida por alguns, e defendida por muitos, ninguém mais nega a Brasília sua importância histórica e o que tem representado como fator de integração nacional.

Com efeito, completada a transferência das representações diplomáticas estrangeiras e instalados de forma definitiva todos os Ministérios, Brasília firmou-se irreversivelmente como a Capital do Brasil.

Transformou-se Brasília, além de atração turística, em uma cidade de congressos nacionais e internacionais, funcionando seus hotéis e as linhas aéreas que a interligam às demais capitais com plena capacidade em qualquer período do ano.

No entanto, a jovem Capital do Brasil, em virtude de administrações totalmente equivocadas, apresenta um aspecto quase desolador, devido não apenas ao abandono em que se encontram suas ruas e avenidas, como também em face da paralisação de importantes obras públicas.

Com efeito, a administração do Distrito Federal que agora se retira, com base em uma superficial pesquisa, segundo a qual o brasiliense vai pouco ao teatro (como se fosse possível ir ao teatro sem salas de espetáculos), decidiu não concluir a extraordinária obra de arquitetura que é o Teatro Nacional, projetado por Oscar Niemeyer, e, talvez, sua obra-prima.

Esse teatro seria dividido em muitas salas destinadas a usos vários, desde a ópera até o teatro de arena. Está em funcionamento, em caráter precário, apenas uma dessas salas, a Martins Pena.

Lamentavelmente, o anterior Governo do Distrito Federal, em vez de concluir as obras do Teatro Nacional e outras, que ainda se encontram inacabadas, como a Catedral, que ainda apresenta algumas dependências incompletas, ou mesmo a Estação Rodoviária, que, ao contrário do que muitos pensam, não está concluída, preferiu dedicar-se a obras absolutamente supérfluas, à exceção, talvez, do chamado "Espaço Cultural", ainda em obras.

Efetivamente, enormes verbas foram canalizadas, por exemplo, para a construção do Centro Esportivo, com um estádio de futebol para cento e vinte mil pessoas, que foi, ainda incompleto, "pré-inaugurado". Alegou-se, para a condenação do "Pelezão", com capacidade para quarenta mil pessoas, que êsse estádio fica fora do Plano Piloto, em área mal servida por ônibus — circunstâncias facilmente sanáveis. O novo estádio, muito peculiarmente denominado "Silveirão", está localizado a quinhentos metros do Palácio do Buriti, onde haverá enorme congestionamento de tráfego em todos os dias de jogo.

Além disso, como ninguém ignora, em Brasília não há grandes clubes de futebol, pois contamos somente com o simpático CEUB. Assim, o "Pelezão" seria mais do que suficiente para abrigar o pequeno público existente.

Fato dos mais graves e reveladores é o de Oscar Niemeyer haver-se retirado formalmente de Brasília, onde recebia apenas um ordenado simbólico do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, porque seus projetos, considerados pouco convencionais, eram sistematicamente recusados.

A Capital Federal, monumento que se deve ao gênio de Niemeyer e Lúcio Costa, perdeu o concurso de ambos.

Os novos administradores de Brasília têm uma enorme responsabilidade perante toda a Nação, porquanto deverão aumentar a eficiência da cidade, preservando-lhe a beleza, com a restauração de sua dignidade quase destruída.

Nessa conformidade, desejamos apelar ao novo Governador do Distrito Federal, engenheiro Elmo Serejo Farias, a fim de que as obras inacabadas, entre as quais avulta o Teatro Nacional, sejam concluídas, dedicando-se, igualmente, grande atenção à conservação das vias públicas e aos demais problemas que afligem a cidade, como saneamento básico, iluminação e transportes coletivos, entre outros.

Era o que tinha a dizer (**Muito bem!**)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Com a palavra o nobre Deputado Florim Coutinho.

O SR. FLORIM COUTINHO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é inacreditável o que vem ocorrendo nas praças esportivas desta Capital. O tumulto, a desorganização e a falta de respeito ao público estão sempre presentes em todos os espetáculos populares realizados no ginásio, no estádio e no autódromo, administrados pelo Governo do Distrito Federal.

Àqueles que desejam presenciar os acontecimentos sociais, culturais e esportivos, que tenham como palco tais locais, é reservada uma verdadeira **via crucis.**

O trânsito, que já nem se sabe mais se é dirigido ou tumultuado pelo DETRAN, é o primeiro obstáculo que o futuro herói tem que vencer. Digo futuro herói, pois aquele que consegue furar todas as bandeiras para lá chegar, assim pode ser chamado. Guardas de trânsito mal educados e atrabiliários, ordens contraditórias e mal planejamento, somados com os naturais percalços do trânsito, geram engarrafamentos inexplicáveis numa cidade das características topográficas de Brasília.

Vencida esta etapa, vem outra não menos difícil: a do estacionamento. Caso o futuro herói não seja autoridade, ou amigo de alguma delas, terá que estacionar seu veículo a quilômetros de distância. As áreas adjacentes às praças esportivas geralmente são transformadas em generosos estacionamentos oficiais, aos quais só têm acesso aqueles privilegiados.

Se o futuro herói ainda não desistiu, outra ferrenha batalha o aguarda: a compra do ingresso. Duas ou três bilheterias para milhares e milhares de compradores, e geralmente a longas distâncias das portas de acesso para o público. No último domingo, por ocasião de uma prova automobilística realizada no autódromo, os ingressos estavam sendo vendidos no Ginásio de Esportes. Para esclarecimento daqueles que não conhecem o local, a distância é de apenas 2 quilômetros, o que dispensa maiores comentários.

Os obstáculos agora passam a ser quase intransponíveis: chegou a hora do herói penetrar no recinto do espetáculo. Nossos arquitetos se esmeraram em planejar as maiores facilidades para a entrada e saída do público, mas seus administradores, num cegueira incompreensível, mantêm-nas fechadas.

Nestas alturas, quando o atropelo está formado, só há um remédio: apelar para a Polícia Militar, que na falta da urbanidade e do respeito para com o povo sempre se vale de seus cassetetes e revólveres, únicos argumentos que conhece para restabelecer a ordem.

O povo de Brasília aguarda com a maior esperança que o novo Governador ponha cobro a tal descalabro. Não é possível que a desídia e a incúria continuem a presidir os destinos de tão imponente conjunto cultural e esportivo.

Era o que tinha a dizer. (**Muito bem!**)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Esgotado o período de breves comunicações, passa-se à

ORDEM DO DIA

A sessão foi convocada para votação do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 1973 (nº 1.436-B/73, na Casa de origem), que cria Varas, Cartórios e cargos na Justiça do Distrito Federal, e dá outras providências (vetado parcialmente pelo Sr. Presidente da República).

A discussão da matéria foi encerrada na sessão de ontem, quando teve sua votação adiada por falta de **quorum.**

O veto incide sobre o parágrafo 1º do artigo 1º, que diz:

" § 1º Das Varas Cíveis, ora criadas, uma terá competência privativa para Falências e Concordatas."

A Presidência esclarece que, de acordo com o disposto no art. 44, § único, combinado com o art. 107 do Regimento Comum, a votação far-se-á pelo processo nominal, sendo objeto de deliberação a matéria vetada.

Considerar-se-á aprovado o projeto ou dispositivo vetado, se alcançar o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros de cada uma das Casas do Congresso.

De acordo com o estabelecido no § 2º do art. 43 do Regimento Comum, a votação começará pela Câmara dos Deputados.

Solicito o comparecimento dos Senhores Deputados Petrônio Figueiredo e Jarmund Nasser, a fim de procederem à chamada. (**Pausa.**)

Vai-se proceder à chamada, que se iniciará pelos representantes dos Estados, do SUL qara o NORTE.

O Líderes deverão ser chamados em primeiro lugar.

Os Senhores Deputados que aprovarem o dispositivo vetado votarão **Sim** e os que o regeitarem, votarão **Não**

Procede-se à chamada

RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM "NÃO" OS SRS. DEPUTADOS:

Wilmar Dallanhol, no exercício da Liderança da ARENA

Acre

Joaquim Macêdo — ARENA; Nosser Almeida — ARENA.

Amazonas

RAIMUNDO Parente — ARENA; Vinicius Câmara — ARENA.

Pará

Gabriel Hermes — ARENA; Sebastião Andrade — ARENA.

Maranhão

Américo de Souza — ARENA; Eurico Ribeiro — ARENA; Henrique de La Rocque — ARENA; Nunes Freire — ARENA.

Piauí

Dyrno Pires — ARENA; Milton Brandão — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA

Ceará

Edilson Melo Távora — ARENA; Enresto Vealente — ARENA; Flávio Marcílio — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Josias Gomes — ARENA; Leão Sampaio — ARENA; Manoel Rodrigues — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Ossian Araripe — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Djalma Marinho — ARENA; Grimaldi Ribeiro — ARENA.

Paraíba

Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Cláudio Leite — ARENA; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Etelvino Lins — ARENA; Geraldo Guedes — ARENA; Joaquim Coutinho — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Magalhães Melo — ARENA; Marco Maciel — ARENA.

Alagoas

Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Sampaio — ARENA; Oceano Carleial — ARENA.

Sergipe

Eraldo Lemos — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; Luiz Garcia — ARENA; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Djalma Bessa — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Hannequim Dantas — ARENA; Ivo Braga — ARENA; João Alves — ARENA; José Penêdo — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Luiz Braga — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo de Albuquerque — ARENA; Tourinho Dantas — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Élcio Álvares — ARENA; José Carlos Fonseca — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — ARENA; Dayl de Almeida — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; José da Silva Barros — ARENA; José Haddad — ARENA; José Sally — ARENA; Luiz Braz — ARENA; Márcio Paes — ARENA — Rozendo de Souza — ARENA.

Guanabara

Célio Borja — ARENA; Eurípides Cardoso de Menezes — ARENA; Nina Ribeiro — ARENA; Osnelli Martinelli — ARENA.

Minas Gerais

Altair Chagas — ARENA; Aureliano Chaves — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Bias Fortes — ARENA; Delson Scarano — ARENA; Elias Carmo — ARENA; Francelino Pereira — ARENA; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Hugo Aguiar — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; João Guido — ARENA; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Manoel Taverira — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nogueira de Resende — ARENA; Paulino Cícero — ARENA.

São Paulo

Adhemar de Barros Filho — ARENA; Alfeu Gasparini — ARENA; Braz Nogueira — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Chaves Amarante — ARENA; Diogo Nomura — ARENA; Faria Lima — ARENA; Henrique Turner — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Ildélio Martins — ARENA; Ítalo Fittipaldi — ARENA; Mário Telles — ARENA; Maurício Toledo — ARENA; Monteiro de Barros — ARENA; Plínio Salgado — ARENA; Roberto Gebara — ARENA; Sussumu Hirata — ARENA.

Goiás

Brasílio Caiado — ARENA; Henrique Fanstone — ARENA; Jarmund Nasser — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Wilmar Guimarães — ARENA.

Mato Grosso

Garcia Netto — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Marcílio Lima — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA.

Paraná

Agostinho Rodrigues — ARENA; Alberto Costa — ARENA; Alípio Carvalho — ARENA; Antônio Ueno — ARENA; Ary de Lima — ARENA; Arnaldo Busato — ARENA; Arthur Santos — ARENA; Braga Ramos — ARENA (SE) ; Ferreira do Amaral — ARENA; Flávio Giovine — ARENA; Hermes Macêdo — ARENA; Ítalo Conti — ARENA; José Carlos Leprevost — ARENA; Luiz Losso — ARENA (SE); Roberto Galvani — ARENA; Túlio Vargas — ARENA.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Albino Zeni — ARENA; Aroldo Carvalho — ARENA; Dib Cherem — ARENA; João Linhares — ARENA.

Rio Grande do Sul

Arlindo Kunzler — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Daniel Faraco — ARENA; Herbert dos Santos — ARENA; Milton Cassel — ARENA (S); Norberto Schmidt — ARENA; Sinval Guazzelli — ARENA; Va sco Amaro — ARENA.

Roraima

Silvio Botelho — ARENA.

RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM "SIM" OS SRS. DEPUTADOS:

— Laerte Vieira — Como Líder

Acre

Ruy Lino— MDB.

Amazonas

Joel Ferreira — MDB.

Maranhão

Freitas Diniz — MDB.

Piauí

Severo Eulálio — MDB.

Ceará

Oziris Pontes — MDB.

Rio Grande do Norte

Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB.

Paraíba

Marcondes Gadelha — MDB; Petrônio Figueiredo — MDB.

Pernambuco

Fernando Lyra — MDB; Marcos Freire — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Bahia

João Borges — MDB; Ney Ferreira — MDB.

Espírito Santo

Argilano Dario — MDB; Dirceu Cardoso — MDB.

Rio de Janeiro

Brígido Tinoco — MDB; Walter Silva — MDB.

Guanabara

Alcir Pimenta — MDB; Bezerra de Norões — MDB; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; JG de Araújo Jorge — MDB; Léo Simões — MDB; Lisâneas Maciel — MDB; Pedro Faria — MDB; Reynaldo Santana — MDB.

Minas Gerais

Fábio Fonsêca — MDB; Jorge Ferraz — MDB; Padre Nobre — MDB; Renato Azeredo — MDB; Silvio de Abreu — MDB.

São Paulo

Athiê Coury — MDB; Dias Menezes — MDB; Francisco Amaral — MDB; FreitasNobre — MDB; João Arruda — MDB; José Camargo — MDB; Santilli Sobrinho — MDB; Ulysses Guimarães — MDB.

Goiás

Anapolino de Faria — MDB; Fernando Cunha — MDB; José Freire — MDB; Juarez Bernardes — MDB.

Paraná

Antônio Annibelli — MDB.

Santa Catarina

Jaison Barreto — MDB; Pedro Colin — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Amaury Müller — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Eloy Lenzi — MDB; Getúlio Dias — MDB; Jairo Brum — MDB; José Mandelli — MDB; Nadyr Rossetti — MDB.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Está concluída a votação.

Votaram "SIM", 60 Srs. deputados; votaram "NÃO", 165 Srs. Deputados. O § 1º do art. 1º do projeto foi rejeitado. Rejeitado na Câmara dos Deputados, deixa a matéria de ser submetida ao Senado. Em conseqüência da deliberação da Câmara, fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias no sentido de ser comunicado o resultado da votação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Lembro aos Srs. Congressistas que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão a realizar-se hoje, neste plenário, às 15 horas, destinada à apreciação do veto ao Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1973 (nº 1.595-B/73, na Casa de origem), que fixa os valores de vencimentos dos cargos do Grupo-Tributação, Arrecadação e Fiscalização, e dá outras providências.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas.)

ATA DA 32ª SESSÃO CONJUNTA, EM 3 DE ABRIL DE 1974
4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 7ª Legislatura
PRESIDÊNCIA DO SR. PAULO TORRES

Às 15 horas, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — José Guiomard — Geraldo Mesquita — Flávio Britto — José Lindoso — José Esteves — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Clodomir Milet — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Petrônio Portella — Helvídio Nunes — Virgílio Távora — Waldemar Alcântara — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — Luís de Barros — Jessé Freire — Domício Gondim — Ruy Carneiro — João Cleofas — Paulo Guerra — Wilson Campos — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Leandro Maciel — Lourival Baptista — Antônio Fernandes — Heitor Dias — Ruy Santos — Carlos Lindenberg — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Paulo Torres — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — José Augusto — Magalhães Pinto — Carvalho Pinto — Franco Montoro — Orlando Zancaner — Benedito Ferreira — Emival Caiado — Osires Teixeira — Fernando Corrêa — Italívio Coelho — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Mattos Leão — Octávio Cesário — Antônio Carlos — Celso Ramos — Lenoir Vargas — Daniel Krieger — Guido Mondin — Tarso Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Joaquim Macêdo — ARENA; Nosser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Joel Ferreira — MDB; Leopoldo Peres — ARENA; Raimundo Parente — ARENA; Vinicius Câmara — ARENA.

Pará

Américo Brasil — ARENA; Édison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; João Menezes — MDB; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Sebastião Andrade — ARENA.

Maranhão

Américo de Souza — ARENA; Eurico Ribeiro — ARENA; Freitas Diniz — MDB; Henrique de La Rocque — ARENA; João Castelo — ARENA; Nunes Freire — ARENA.

Piauí

Dyrno Pires — ARENA; Heitor Cavalcanti — ARENA; Milton Brandão — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA; Severo Eulálio — MDB.

Ceará

Álvaro Lins — MDB; Edilson Melo Távora — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Josias Gomes — ARENA; Leão Sampaio — ARENA; Manoel Rodrigues — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Osires Pontes — MDB; Ossian Araripe — ARENA; Parsifal Barroso — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Djalma Marinho — ARENA; Grimaldi Ribeiro — ARENA; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Vingt Rosado — ARENA.

Paraíba

Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Cláudio Leite — ARENA; Janduhy Carneiro — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Petrônio Figueiredo — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Etelvino Lins — ARENA; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Joaquim Coutinho — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Magalhães Melo — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Marcos Freire — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Sampaio — ARENA; Oceano Carleial — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Eraldo Lemos — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; Luiz Garcia — ARENA; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Djalma Bessa — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Hannequim Dantas — ARENA; Ivo Braga — ARENA; João Alves — ARENA; João Borges — MDB; José Penedo — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Luiz Braga — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Necy Novaes — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo de Albuquerque — ARENA; Tourinho Dantas — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Argilano Dario — MDB; Dirceu Cardoso — MDB; Élcio Álvares — ARENA; José Carlos Fonsêca — ARENA; José Tasso de Andrade — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Dayl de Almeida — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Hamilton Xavier — MDB; José da Silva Barros — ARENA; José Haddad — ARENA; José Sally — ARENA; Luiz Braz — ARENA; Márcio Paes — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Peixoto Filho — MDB; Rozendo de Souza — ARENA; Walter Silva — MDB.

Guanabara

Alcir Pimenta — MDB; Bezerra de Norões — MDB; Célio Borja — ARENA; Eurípedes Cardoso de Menezes — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; JG de Araújo Jorge — MDB; Léo Simões — MDB; Lisâneas Maciel — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Miro Teixeira — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osnelli Martinelli — ARENA; Pedro Faria — MDB; Reynaldo Santana — MDB; Rubem Medina — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Athos de Andrade — ARENA; Aureliano Chaves — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Bias Fortes — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Delson Scarano — ARENA; Elias Carmo — ARENA; Fábio Fonsêca — MDB; Fernando Fagundes Netto — ARENA; Francelino Pereira — ARENA; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Hugo Aguiar — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; João Guido — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Manoel Taveira — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nogueira de Rezende — ARENA; Ozanan Coêlho — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Sílvio de Abreu — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; Adhemar de Barros Filho — ARENA; Aldo Lupo — ARENA; Alfeu Gasparini — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Arthur Fonsêca — ARENA; Athiê Coury — MDB; Baldacci Filho — ARENA; Braz Nogueira — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Chaves Amarante — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Faria Lima — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Freitas Nobre — MDB; Henrique Turner — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Ildélio Martins — ARENA; Ítalo Fittipaldi — ARENA; João Arruda — MDB; José Camargo — MDB; Mário Telles — ARENA; Maurício Toledo — ARENA; Monteiro de Barros — ARENA; Orensy Rodrigues — ARENA; Pacheco Chaves — MDB; Paulo Alberto — ARENA; Plínio Salgado — ARENA; Roberto Gebara — ARENA; Ruydalmeida Barbosa — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Silvio Lopes — ARENA; Sylvio Venturolli — ARENA; Sussumu Hirata — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB.

Goiás

Anapolino de Faria — MDB; Ary Valadão — ARENA; Brasílio Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Henrique Fanstone — ARENA; Jarmund Nasser — ARENA; José Freire — MDB; Juarez Bernardes — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Wilmar Guimarães — ARENA.

Mato Grosso

Emanuel Pinheiro — ARENA; Garcia Netto — ARENA; Gastão Müllrr — ARENA; Lopes da Costa — ARENA; Marcílio Lima — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA.

Paraná

Agostinho Rodrigues — ARENA; Alberto Costa — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ary de Lima — ARENA; Arnaldo Busato — ARENA; Arthur Santos —ARENA; Braga Ramos — ARENA (SE); Ferreira do Amaral — ARENA; Flávio Giovine — ARENA; Hermes Macêdo — ARENA; Ítalo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; José Carlos Leprovost — ARENA; Luiz Losso — ARENA (SE); Mário Stamm — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Roberto Galvani — ARENA; Túlio Vargas — ARENA.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Albino Zeni — ARENA; Aroldo Carvalho — ARENA; Dib Cherem — ARENA; Francisco Grillo — ARENA; Francisco Libardoni — MDB; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; Laerte Vieira — MDB; Pedro Colin — ARENA; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Amaury Müller — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Célio Marques — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Clóvis Stenzel — ARENA; Daniel Faraco — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Getúlio Dias — MDB;Helbert dos Santos — ARENA; Jairo Brum — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Milton Cassel — ARENA (SE); Nadyr Rosseti — MDB; Norberto Schmidt — ARENA; Sinval Guazzelli — ARENA; Vasco Amaro — ARENA; Victor Issler — MDB.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Silvio Botelho — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — As listas de presença acusam o comparecimento de 64 Srs. Senadores e 281 Srs. Deputados. Havendo número regimental declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período de breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Arthur Fonsêca, primeiro orador inscrito.

O SR. ARTHUR FONSECA (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é com a maior satisfação que queremos, desta tribuna, registrar a data máxima de um dos mais prósperos municípios paulistas. Transcorre hoje, 03 de abril, o vigésimo quinto aniversário da emancipação política e administrativa do Município de Cerquilho.

Ligado por laços históricos ao Município de Tietê, com este se identifica desde remotos tempos. Seus primeiros habitantes e colonizadores foram os mesmos que, às margens do rio Tietê, formaram o povoado que mais tarde viria a tomar o nome do altivo rio que serviu de caminho para a grande aventura das Bandeiras.

Região de terras ubérrimas, atraiu a desbravadores que implantaram fazendas e ergueram ranchos com o objetivo de ali crescerem materialmente, acompanhados de suas famílias e agregados. Tanto que ainda se encontram no recôndito da memória dos maiores da terra os nomes de velhas fazendas trabalhadas pela mão do negro escravo e que foram o embasamento econômico da zona nos primórdios da história cerquilhense.

Com o advento da ferrovia, Cerquilho foi alcançada pelos braços longos da Sorocabana que, em terras de uma fazenda de nome "Santa Maria", abriu espaçoso pátio, acompanhado de pequena estação. Foi o começo efetivo da povoação, pois tornou-se local de convergência dos que trabalhavam na ferrovia, atraindo também a forasteiros e o grande esteio significado pelo trabalho imigrante.

Entre 1889 e 1910, ocasionado pela abolição dos escravos, aumentou consideravelmente o fluxo imigratório principalmente o italiano, que na lavoura de café, algodão, cereais e até de uva, contribuiu de maneira decisiva para o incremento da economia de Cerquilho.

Em 1914, iniciou-se o processo de emencipação do povoado, com sua elevação a Vila, com o nome de Freguesia de São José do Cerquilho e a instalação da Paróquia. Ainda nesse ano, foi criado o Distrito de Paz, realizando o sonho dos mais notáveis do lugar, que vinham, de muito, lutando com denodo para a sua concretização.

Após trinta e quatro anos como Distrito, Cerquilho foi elevada à categoria de cidade e município a 24 de dezembro de 1948, pela Lei estadual nº 233, após memorável campanha empreendida pelos seus filhos que, com o mais justo júbilo, viram empossar-se, a 03 de abril de 1949, sua primeira Câmara de Vereadores e seu primeiro Prefeito.

Atualmente, encontra-se à frente da Municipalidade o Prefeito José Pillon, jovem dinâmico e idealista, filho de tradicional família do lugar, intimamente ligada à sua história, que realiza magnífica gestão, promovendo acentuado progresso no município, destacando-o na hinterlândia paulista.

Decorrência do extraordinário progresso alcançado por Cerquilho é a atual realização de sua Segunda-Feira Industrial, onde foram montados dezenas de "stands" que bem mostram o acelerado crescimento industrial que se faz sentir no município.

Sabemos que nossa homenagem a Cerquilho é modesta e que não corresponde ao merecimento da cidade. Mas é a que está a nosso alcance, e a fazemos convictos de que não poderíamos deixar de assinalar tão grata data a todos os cerquilhenses, que com inteira justiça orgulham-se de sua terra, de sua cultura e de seu progresso.

Era o que tinha a dizer. (**Muito bem!**)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Arnaldo Busato. (**Pausa.**) S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Braga Ramos.

O SR. BRAGA RAMOS (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, todos estamos acompanhando o drama das populações que, em várias regiões do País, sofrem as conseqüências das inundações.

O sofrimento, a miséria, a doença e a morte, numa conjuração terrível, flagelam vilas, povoações e cidades, estendendo um longo véu de crepe sobre a família brasileira, porque não são apenas as vítimas diretamente atingidas que sofrem. A comoção é nacional e todos sofremos juntos e nos sentimos atingidos como membros de um só corpo, a comunidade nacional.

A Campanha da Fraternidade, neste ano, escolheu como "slogan" a pergunta: onde está teu irmão? — A resposta nunca foi tão fácil. Aí estão os pobres flagelados estendendo-nos as mãos, sem vestes, sem alimentos, sem remédios, despojados de seus bens, reduzidos à mais negra das misérias.

Não basta, porém, descobrirmos onde está o nosso irmão. É preciso assisti-lo com o nosso auxílio, com o nosso amor e com a nossa compreensão.

Mais próximos de Santa Catarina, os paranaenses desencadearam várias campanhas de socorro aos flagelados e para lá têm seguido numerosos caminhões transportando víveres, remédios e roupas, tudo que a gente do Paraná pôde oferecer.

O grande destaque, no entanto, deve ser dado ao Governador Emílio Gomes e aos seus ilustres Secretários de Estado.

S. Exª constituiu uma Comissão, presidida pelo Secretário do Interior e Justiça, Deputado Zacharias Selene que, juntamente com seus companheiros comissionados está representando o povo todo do Paraná nesta cruzada de solidariedade e de amparo aos nossos irmãos que sofrem em Santa Catarina.

Eis um resumo das providências adotadas:
Departamento Estadual de Compras enviou:
150 sacas de arroz — 5.000 quilos de açúcar
150 sacas de feijão — 500 caixas de sabão de coco
50 sacas de batatas — 5.000 quilos de café
40 latas de leite em pó — 500 caixas de sabão comum
17 latas de banha (18 k. cada) — 5.000 camisetas para adultos
300 quilos de sal refinado
50 caixas de velas, com 192 peças por caixa
Instituto de Assistência ao Menor enviou:
100 camisetas para crianças
100 calças para crianças
100 pares de calçados para crianças
500 cobertores
Secretaria da Saúde enviou:
180 litros de álcool
5.000 doses de vacinas antitíficas
Equipe de vacinadores com pistolas para aplicação
Água oxigenada
Diluente para vacinas
2.000 frascos de mercúrio-cromo
2.000 frascos de iodo

Além disso, vários caminhões e caminhonetes da COPEL e do DER foram postos à disposição do Governo de Santa Catarina para auxiliar no transporte. O BADEP, o BANESTADO, a COPEL, a TELEPAR e a CAFÉ DO PARANÁ se comprometeram a contribuir com 50.000,00 cada e o BRDE participará com 60.000,00 cabendo a importância de 20.000,00 a cada um dos Estados.

Na terça-feira (26/3) a TELEPAR remeteu 17 motores geradores para normalização das comunicações e a COPEL vem atendendo com energia elétrica, suprindo as deficiências ocorridas com a catástrofe.

Os trabalhos da Comissão prosseguem e, por determinação do Governador Emílio Gomes, só cessarão quando definitivamente superadas as dificuldades atuais.

Nesta hora de tristezas, de sofrimento e de luto, calam fundo em nosso espírito as mensagens de Cristo nos Evangelhos, que pregam o amor, a caridade e a fraternidade. Realmente, de nada vale esse comportamento, toda essa assistência, se a ela faltar o toque do sobrenatural. Onde está o teu irmão? — Já o sabemos, podemos responder: está no Norte, Nordeste e no Sul, pobre, faminto, doente, desesperado. Entretanto, ao debruçarmos sobre eles o nosso coração, lembremos que é ao próprio Deus que o fazemos, na Pessoa de seu Filho Unigênito, Jesus Cristo. Abramos o Evangelho de S. Mateus, Capítulo 25 e relembremos a pergunta dos justos, extasiados ante a promessa dos bens eternos: "Senhor, quando é que nós Te vimos faminto e Te demos de comer? Ou sequioso e Te demos de beber? — E quando Te vimos hóspede Te recolhemos? Ou nu e Te vestimos? Ou quando Te vimos enfermo ou no cárcere e Te fomos ver? — E, respondendo, o Rei lhes dirá: Na verdade vos digo, que quantas vezes vós fizestes isto a um destes meus irmãos mais pequeninos, a Mim é que o fizestes".

Com estes pensamentos, o Paraná, pela palavra e pela ação de seu ilustre Governador, está unido a Santa Catarina, numa demonstração de solidariedade humana, aplaudida por todos os paranaenses, mas, na plena convicção de que, estendendo as mãos aos irmãos que sofrem, é ao próprio Cristo que as estende. Que as nossas súplicas subam aos céus no sentido de que não faltem às regiões flageladas o amparo do poder público e a generosidade de todo o povo brasileiro, de modo a que, refeitos das provações de hoje, possamos seguir juntos, brasileiros de toda a parte, ao encontro do nosso futuro.

Era o que tinha a dizer (**Muito bem!**)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Florim Coutinho.

O SR. FLORIM COUTINHO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, tenho a impressão de que o novo Governo da República ao assumir o poder já entrou com os seus planos de administração preparados, com tudo previamente estudado e organizado. Metódica, minuciosamente e com antecedência.

Em linguagem militar, diria que um conceito da operação, os planos de manobra e até as ordens para o desencadeamento foram montados e dados **a priori**.

Depois será a "conduta do combate" em face da evolução dos acontecimentos e das reações do "inimigo", este, evidentemente, num sentido figurado e especial, pois se trata de um País grande e cheio de problemas para governar em um mundo cheio de apreensões, incertezas e dificuldades de toda a ordem.

De qualquer modo, parece-me que esta é uma idéia certa e que naturalmente dará os resultados esperados, que desejo sejam os melhores para o Brasil e os brasileiros.

Possivelmente nem tudo correrá como o planejado, mas os responsáveis, atentos à evolução e, principalmente, aos fatores que se apresentarem adversos, estarão melhor preparados para examiná-los, estudá-los e procurar as soluções necessárias, agindo em conseqüência. Muito melhor do que na base das improvisações.

Vejamos um exemplo: a idéia de apresentar, em uma cadeia de TV, os novos Ministros.

Dois a dois, eles vão se apresentando todas as noites ao público, ou melhor, ao povo, para dizerem alguma coisa, o essencial, sobre os seus planos de governo, os pontos e setores de esforço, enfim, o que pretendem fazer dentro de um programa que lhes foi entregue.

Às vezes trocam perguntas e impressões sobre problemas que afetam ou dependem dos respectivos ministérios, mostrando bem que as duplas são constituídas segundo um ajustamento prévio e propositadamente estabelecido.

Excelente essa idéia de tornar conhecidos os novos homens do primeiro escalão do Governo, apresentá-los, para que o povo possa vê-los, ouví-los e, sobretudo, conhecê-los.

Antes havia alguns Ministros pouco visíveis, pouco conhecidos e que raramente apareciam em público, ou melhor, cujo aparecimento se dava apenas para um público muito reduzido, em atos festivos ou cerimônias.

Um deles, que foi Ministro 7 anos, tornou-se mais conhecido graças a um supermercado e uma empresa de navegação aérea que resolveram utilizar sua imagem para fins de propaganda comercial, clara, agressiva, contundente e até pejorativa. O que, como era de esperar, durou pouco, por ser inadmissível em matéria de desrespeito a altas autoridades. Agora, que ele não é mais Ministro, é que a propaganda deve utilizá-lo, mas não parece mais conveniente. É isso mesmo: arrumar a casa, com antecedência e antes de mais nada é sempre bom.

Tenho ouvido os emientes Ministros, com atenção. Alguns deles já estão, aliás, a braços com algumas dificuldades e terão que mostrar suas qualidades; como no caso das lamentáveis e calamitosas inundações em várias regiões do País, principalmente na do Pantanal, em Mato Grosso, e no Sul, em Santa Catarina, mais particularmente.

Inundações que estão espalhando a morte e a destruição nas regiões mais fortemente atingidas.

Mortos e desaparecidos em número ainda não apurado, comunicações cortadas, vias de transporte arrebentadas, colheitas destruídas, rebanhos dizimados e outras calamidades, formam o quadro de desolação geral.

Os governos, federal e estaduais, estão agindo, enviando recursos materiais de toda a ordem e empregando pessoal das forças federais e estaduais, além de todos os meios de que é possível lançar mão.

Mas as necessidades são maiores do que esses recursos, inclusive porque à destruição de pessoas e bens se seguem as ameaças de epidemias e a recuperação de economias arrazadas.

Também, entre esses recursos, os Ministros mais ligados aos acontecimentos estão presentes **in loco**, providenciando e atuando pessoalmente, e isto é muito importante.

É, aliás, uma prova de fogo, ou melhor, de água, para esses novos titulares...

A respeito de tudo isso, cabem, segundo penso, as seguintes observações, de cunho exclusivamente pessoal:

1º — É muito cedo para se ter uma idéia de um governo que dá os primeiros passos, mas que, ao contrário dos outros, já nasceu adulto e sabendo o que quer e o que vai encontrar pela frente, ou pelos lados.

Segundo tive informações, o novo Presidente desde que foi indicado tratou de reunir equipes especializadas para estudar e planejar o seu plano de ação.

Chegou a Brasília com volumosa bagagem, contendo, posssivelmente, tudo o que foi estudado e preparado.

Trata-se, assim, de um Governo planejado e com grande antecedência e que, certamente, nada deixou por conta da improvisação, a não ser o imprevisível, e segundo o grande filósofo e pensador Dom Facundo de Las Palomas, "imprevisto é tudo aquilo que não foi previsto".

É a primeira vez que o fato acontece, e, para mim, isto é muito confortador, esperando ansiosamente que tudo corra bem, de acordo com o planejado, para o bem geral.

2º — Mesmo porque, infelizmente, o mar que se apresenta pela frente não é, positivamente, um "manso mar de rosas". É, antes, um oceano de perigos, insegurança, terror e incertezas de toda a ordem, a exigir timoneiros seguros e de mão firme para pilotar as naus dos Estados.

Principalmente nos próximos anos que, a meu ver, serão decisivos para o destino da humanidade.

Não é fantasia nem ficção, mesmo porque no mundo de hoje a ficção é, mais do que nunca, irmã gêmea da realidade, pois com o adiantamento da Ciência e da Tecnologia as coisas mais inacreditáveis podem acontecer. Coisas como a Guerra Espacial, a luta pelo domínio do Espaço Interior, a Guerra Meteorológica e outras que, há pouco tempo, pareciam mera ficção. Isto para dar, apenas, alguns exemplos.

Mas o certo é que nem se pode saber ou prever o que, de perigoso, ronda a Humanidade: no fundo dos mares, nos espaços imediatos ou insondáveis, nos pólos da Terra e em outros lugares.

É, assim, Srs. Congressistas, muito bom, muito confortador mesmo, saber-se que há um Governo que se preparou, cuidadosa e conscientemente, para enfrentar a dura realidade dos tempos que correm.

É bom saber que podemos contar com, pelo menos, a certeza de alguma segurança neste mundo inseguro em que se debate o homem de hoje.

Resta esperar... e desejar o melhor.

Era o que tinha a dizer. (**Muito bem!**)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Bresolin.

O SR. ANTÔNIO BRESOLIN (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, há muito tempo esta Casa se preocupa com a situação daquele que, tendo deixada a vida particular, ingressa nos quadros do funcionalismo público e vice-versa, no que se refere à contagem recíproca de tempo de serviço.

Nesta Casa foram apresentados muitos projetos, inclusive um, de minha autoria, objetivando o atendimento dessa justa reivindicação de milhares de brasileiros. Enquanto o Governo cobra juros e correção monetária, não é capaz de devolver, pelo menos, aquilo que continua retendo em seu poder, em prejuízo de tantos patrícios.

De todos os projetos que tramitaram nesta Casa, o que teve maior penetração foi o de autoria do eminente Deputado Aroldo Carvalho, meu colega e amigo, do Estado de Santa Catarina. Sua proposição recebeu parecer favorável de todosos órgãos técnicos da Casa e chegou a ser apreciada pelo Senado Federal. Depois disso desapareceu.

No dia seguinte a um dos últimos pronunciamentos que sobre a matéria fiz nesta Casa, recebi, do então Ministro do Trabalho, Prof. Júlio Barata, por intermédio de um funcionário de seu gabinete, resposta segundo a qual os estudos estavam concluídos naquele Ministério e que haviam sido encaminhados à Casa Civil da Presidência da República para que o Poder Executivo enviasse a mensagem a esta Casa.

Até agora, Sr. Presidente, a mensagem não foi remetida.

Hoje pela manhã, da cidade de Santa Maria, a segunda do Rio Grande do Sul, recebi correspondência nos seguintes termos:

"Em nome da nossa amizade pessoal, venho encarecer o envio de notícias sobre o andamento do projeto que trata da

contagem recíproca de tempo de serviço de funcionários públicos e dos contribuintes da Previdência Social, para efeito de aposentadoria. O Projeto, ao que consta, partiu do DASP. Como sabe o ilustre Deputado, tenho mais de oito anos de serviços prestados à Cooperativa dos Empregados da V.F. do R.G.S., que somados a 26 anos de serviços na Justiça Militar, praticamente permitiriam que eu começasse a pensar em requerer a minha aposentadoria."

Assina, Hugo Alfredo Puhlmann, escrivão.

E quantos e quantos existem no Brasil, na mesma situação? Não compreendemos que o Governo continue retendo em seu poder o dinheiro que não lhe pertence, que é de todos aqueles que contribuíram para essa ou aquela instituição, com o objetivo de uma aposentadoria no dia de amanhã.

Esta é mais uma reivindicação e mais um apelo que transmito às autoridades, desta tribuna, no sentido de que essa mensagem seja enviada ao Congresso Nacional o quanto antes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (Pronuncia seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, constitui direito fundamental e inalienável a todo ser humano, como, aliás, está expresso na Declaração Universal dos Direitos do Homem, da Organização das Nações Unidas, o relativo a uma habitação decente e de acordo com a condição humana.

Esse direito, no entanto, nem sempre tem merecido o indispensável respeito em nosso país, sem embargo da extraordinária propaganda promovida em torno da atuação do Banco Nacional da Habitação, o qual, em verdade, muito pouco tem feito para solucionar o grave problema habitacional que aflige o Brasil, e que já está atingindo, em nossos dias, proporções quase catastróficas.

Como já foi ressaltado em muitas oportunidades, a questão habitacional, no Brasil, sempre foi conduzida como um negócio extremamente rendoso para a classe empresarial, que tem auferido excepcionais lucros na construção e venda de imóveis. Infelizmente, não se observa, na realidade, qualquer preocupação com as causas primeiras do problema em foco.

As razões para esse estado de coisas são múltiplas. Temos para nós que os erros começaram a partir do momento em que foi criado o Banco Nacional da Habitação, eis que, como é de amplo conhecimento, banco é sinônimo de multiplicação de dinheiro, e a ninguém é lícito ignorar que o BNH recolhe parte das economias das classes menos favorecidas a fim de promover empréstimos aos mais afortunados, que obtêm grandes lucros construindo casas para aqueles. É essa situação real, por mais paradoxal que possa parecer.

Além disso, o que foi realizado desde 1964 até o momento representa muito pouco dentro do contexto habitacional do país, pois, segundo se afirma, a Revolução teria distribuído cerca de dois milhões de casas e apartamentos, sendo que o **deficit** de moradias vai além de vinte milhões!

Não se pode ignorar também que o sistema para a aquisição de casa própria estabelecido no Brasil é absolutamente injusto, sendo poucos os que conseguem atingir as etapas das prestações mensais, tendo em vista as exigências para a poupança mínima familiar. Mesmo estes, não raras vezes, têm sua pretensão de morar em casa própria obstada pela correção monetária ou equivalência salarial, perdendo muita vez o imóvel, tendo de retornar à casa alugada e ao abominável **status** de inquilino, sujeito aos cada vez mais altos aluguéis, ao fiador profissional e ao depósito antecipado de três meses de aluguel. O chefe de família obrigado a alugar um imóvel tem de sujeitar-se a todas essas ignominiosas explorações, não tendo para quem apelar. Tal é a situação que estamos vivendo.

Dessa forma, o problema habitacional no Brasil, que apresenta peculiaridades de verdadeira calamidade, deve ser enfrentado realisticamente e com muito mais decisão, a fim de que a multidão de brasileiros sem teto possa ter onde morar.

Sr. Presidente, o problema aqui enfocado é de grande magnitude, não podendo, como é evidente, ser analisado detalhadamente nesta oportunidade, devido ao pouco tempo de que dispomos.

Desejamos, assim, apelar ao Governo, particularmente à nova administração que se instala no País, para que toda essa matéria seja reexaminada, fundamentalmente em razão do interesse da coletividade, redisciplinando-se os direitos e deveres de locadores e locatários e regulamentando-se de maneira mais justa e humana o processo de aquisição da casa própria, anelo de todo chefe de família brasileiro.

Era o que eu tinha a dizer. (**Muito bem!**)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Adhemar de Barros Filho.

O SR. ADHEMAR DE BARROS FILHO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quero apresentar manifestações de profundo pesar à França e a todos os cidadãos brasileiros, pelo falecimento de seu Presidente, Georges Pompidou, ocorrido em Paris ontem, às 17 horas de Brasília.

Desaparecendo aos 62 anos, o notável homem de Estado, nascido a 5 de julho de 1911, em Auvergne, teria dois anos de mandato por cumprir, e havia assumido a Presidência da República como sucessor de Charles De Gaulle, em pleito nacional. Décimo-nono Presidente da República e o segundo da Quinta República — é o primeiro a substituir o velho General da Cruz de Lorena — Georges Pompidou foi quem mais teria se destacado na ativa escola gaullista. Lutando por uma Europa forte e revelando clara favorabilidade por uma posição nacional livre, diante dos radicalismos ideológicos, talvez tenha este estadista conservado, até onde lhe fosse possível, a incolumidade da memória de Charles De Gaulle.

Sem apresentar o gênio, nem a envergadura do provecto herói da Resistência Francesa, não faltou a Georges Pompidou a iluminada humildade para perseguir os passos de um guia de gerações, adotando-lhe os mesmos ideais e elegendo-se herdeiro da velha e tenaz dignidade de último estadista lendário desta civilização. Avesso ao exercício de papéis facciosos ou imparciais, manteve-se Pompidou inalterável nas manifestações de sua nobreza.

Há três semanas, o Chefe de Estado francês viajara para o Mar Negro, onde se entrevistara com o Primeiro-Secretário do Partido Comunista russo, sr. Leonid Brejnev. Talvez já percebendo as sombras da morte tão perto, Georges Pompidou tenha ainda podido sustentar a verticalidade de homem já frágil e minado por mal insidioso, e assim dialogou com Brejnev, naquela linha harmoniosa de paz, com a qual fora adepto do General De Gaulle.

A Europa latina, a anglo-saxônica, a escandinava, a eslava, enfim, a Europa de todas as raças, que se tornara um mosaico da etnia, unir-se-á certamente à França, no preito de dor pela morte de um apóstolo da Paz e pela ausência de um incansável batalhador pela preservação das conquistas éticas do mundo moderno.

Governando segundo os sentimentos póstumos, mas vivos, de Charles De Gaulle, Pompidou manteve o perfil moral da França. Com Alain Poher interinamente no Poder, enquanto se convocam eleições para daqui a 35 dias, estimamos que as forças democráticas da França se unam e elejam um Presidente que, tanto quanto seu antecessor, saiba manter e dignificar a índole democrática da França, conservando-a a salvo das ideologias liberticidas.

Almejamos, ao final, boa sorte para a Pátria de Clemenceau, nessa grave travessia da História.

Era o que tinha a dizer. (**O orador é abraçado.**)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Siqueira Campos.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, tenho por hábito, cumprindo o meu dever, todos os anos, no período em que se processa a elaboração da proposta orçamentária, sugerir às autoridades destinem verbas para

assistir aos municípios vítimas de inundações e erosão, as conseqüências mais imediatas das intensas chuvas.

No ano passado, apresentei várias emendas ao Orçamento da União. Entre elas havia uma, que costumeiramente faço, visando à defesa do Município de São Sebastião, no Tocantins, a mais setentrional das comunas goianas. A verba que eu procurava destacar era de apenas 100 mil cruzeiros, mas suficiente para a construção de obras que pudessem evitar as calamidades que ora se verificam naquele município do extremo norte de Goiás.

Hoje, encontra-se aqui presente, no Congresso Nacional, o Sr. José Carneiro, Prefeito daquela cidade. Veio S. Exª em busca de recursos para minorar o sofrimento de milhares de pessoas desabrigadas. Famílias e famílias estão no meio da rua porque perderam suas casas, em razão das cheias do Tocantins. O desastre, de grandes proporções, realmente deixou ao desamparo inúmeras famílias, que não têm outra condição senão valer-se dos préstimos da Administração local para minorar seus sofrimentos. O Prefeito, por sua vez, não dispõe de recursos.

Município pequeno, está isolado, pois praticamente sua única via de ligação é o Tocantins. Não há outro meio de comunicação por via terrestre, pois o DERGO, apesar de nossos insistentes apelos, não fez a estrada, de apenas 61 quilômetros, entre São Sebastião do Tocantins e a Transamazônica. Encontra-se, pois, o Prefeito sozinho, desamparado, sem que as autoridades federais o atendam e socorram também seus municípios.

Assim, registrando a presença, entre nós, do Prefeito José Carneiro, de São Sebastião do Tocantins, ocupo esta tribuna para pedir ao Sr. Ministro do Interior e aos órgãos de seu Ministério, ao Sr. Ministro da Saúde e à Central de Medicamentos providências no sentido de amparar urgentemente a população de São Sebastião do Tocantins, desabrigada pelas cheias do Tocantins.

Aquele Município, Sr. Presidente, é potencialmente, um dos mais ricos do País, com mais de 1.629 quilômetros quadrados de área. Possui uma população de cerca de 10 mil habitantes e uma liderança dedicada e lúcida, que, com abnegação, procura suprir a falta de recursos e atender a todas as necessidades da população.

Portanto, espero que não somente o Governo Federal, mas também o Governo do Estado determine prontas providências para atender às populações das áreas rural e urbana de São Sebastião do Tocantins, mandando recursos sob a forma de alimentos e medicamentos, a fim de que não haja perda de vidas preciosas para a colonização da área e para o próprio desenvolvimento do Brasil.

Era o que tinha a dizer. (**Muito bem.**)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Cardoso de Almeida.

O SR. CARDOSO DE ALMEIDA (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, aproveito a oportunidade para chamar a atenção dos Parlamentares para a grave situação por que passa a economia açucareira.

Os preços do produto, em relação ao valor de sua exportação, foram os seguintes: 600 dólares a tonelada para o açúcar cristal e 560 dólares para o açúcar Demerara, o que nos dá uma média de mais de 200 cruzeiros a saca. Sabemos, outrossim, que o usineiro de açúcar está recebendo 42 cruzeiros por saca e o fornecedor da cana — cumpre lembrar que 100 quilos correspondem a uma tonelada da sua produção — 37 cruzeiros, recebendo, ainda, o pagamento em prazos longos.

Assim, verificamos que existe quase um confisco de 80% em relação ao valor do açúcar exportado e ao do açúcar do usineiro, e quase 90% de confisco relativamente ao preço pago ao fornecedor de cana.

Regozijo-me com a manutenção do General Tavares do Carmo na Presidência do Instituto do Açúcar e do Álcool. Sei que aquela autoridade, em conjunto com o Ministro Severo Gomes, pode perfeitamente estudar uma forma para resolver essa questão. Não é possível continuar vendo o abandono da cana-de-açúcar, como está ocorrendo no Sul do País. O próprio General Severo Gomes, perante uma comissão do Senado que estudava o assunto, disse que o Brasil precisava triplicar suas exportações. Atualmente essas exportações giram em torno de 800 milhões de dólares. Há planos a fim de que se chegue a exportar mais de 2 bilhões de dólares. No entanto, para que isto aconteça, é indispensável uma efetiva mudança de orientação quanto ao preço. A minha proposta, aliás já apresentada ao General Tavares do Carmo, é no sentido de que se retire uma parcela, pelo menos 60 a 70% do confisco cambial, do açúcar exportado e se conceda um aumento, de acordo com a correção monetária, no preço do açúcar para consumo interno. Como exportamos cerca de 40 milhões de sacas e o consumo interno atinge 70 milhões, daria perfeitamente para se pensar num substancial aumento, que poderia ser igual ao concedido ao trigo, ou seja, 83%.

É inadiável, portanto, um aumento nos preços do açúcar e da cana na mesma porporção do dado ao trigo.

Era o que tinha a dizer. (**Muito bem!**)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Maurício Toledo.

O SR. MAURÍCIO TOLEDO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, pela sua notável experiência e capacidade, como pelo seu desempenho na Coordenação das Administrações Regionais da Prefeitura de São Paulo, o Dr. Roberto Ferreira do Amaral acaba de ser convocado pelo Prefeito Miguel Colasuonno, em momento de alta inspiração, para ocupar a Pasta da Educação do Município da Capital.

Mais do que os seus títulos acadêmicos, na execução da tarefa administrativa que lhe foi confiada valeu-se o Dr. Roberto Ferreira do Amaral de uma experiência apreciável como executivo, enriquecida, de certo, por sua preocupação, quase exclusiva, com o serviço público. Quem passa por cargo de tal importância, numa das maiores Capitais do Continente, não pode deixar de adquirir elevada experiência administrativa e política. Mas o Dr. Roberto Ferreira do Amaral conseguiu ser, sobretudo, administrador, levando a cada circunscrição regional da Prefeitura bandeirante a assistência técnica necessária, a fim de que a cidade se desenvolvesse como um todo, apesar dos gravíssimos problemas de uma crescente metropolização, principalmente no campo infra-estrutural, pois o Grande São Paulo já se apresenta como a primeira megalópolis brasileira.

Estamos certos de que, no novo posto, o eminente homem público, o administrador sagaz e eficiente não desmecerá os méritos alcançados na função que vinha exercendo, mas, ao contrário, demonstrará que os administradores não se improvisam.

Felizmente São Paulo não sofre o problema de escassez de matrículas ou de salas de aula. Mas, como o moderno ensino brasileiro está sendo vocacionado para a capacitação técnica e profissional do educando, a Capital paulista tem, como qualquer outra, exigências para a modernização do ensino de primeiro grau, a fim de atender aos reclamos do desenvolvimento do País.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, congratulamo-nos com o Prefeito Miguel Colasuonno pela acertada escolha de seu novo Secretário de Educação, Dr. Roberto Ferreira do Amaral, na certeza de que esse ilustre brasileiro mais uma vez saberá honrar a sua tradição de administrador capaz e a sua vocação de homem público, nesse setor tão importante da administração municipal.

Era o que tinha a dizer. (**Muito bem!**)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Arnaldo Busato.

O SR. ARNALDO BUSATO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, eis um fato real, que as estatísticas comprovam sem quaisquer dúvidas: o oeste do Paraná é a região de maior densidade demográfica do Estado.

Outro fato real: o eixo Foz do Iguaçu-Guaíra, na zona do rio Paraná, onde será construída a usina de Itaipu, é, por sua vez, o

maior pólo de desenvolvimento da América do Sul, com influência sobre o Uruguai, norte da Argentina e Bolívia.

Torna-se óbvio, assim, que boa parte do enorme contingente humano que se deslocará para as obras da grande usina hidrelétrica, ali se fixe, sobretudo em face dos planos já traçados para o processo de implantação de indústrias e desenvolvimento da agropecuária, em termos empresariais.

Dentro de cinco anos — todos os cálculos o asseveram — o oeste do Paraná terá sua população acrescida num mínimo de 250 mil pessoas. Cumpre, por isso mesmo, como ensinava o velho e respeitável mestre do positivismo, prever, para prover.

Daí por que a instalação, naquela vasta zona, de uma universidade se constituiria, dentro do esforço dispendido pelos governos estadual e federal para criar toda a infra-estrutura da região, fator de irrecusável importância no setor educacional.

Todos os estudiosos do problema são acordes em que a sonhada universidade deverá possuir caráter eminentemente tecnológico e científico, com ênfase maior, pelo menos no seu início, nos campos da agronomia e da veterinária. É mister preparar técnicos que possam atender às necessidades urgentes e indispensáveis daquele extraordinário pólo de desenvolvimento.

Ao demais, todos o sabemos, as faculdades regionais têm o mérito de prender às suas origens os moços que as freqüentam. É sabido que a maior parte da juventude que emigra para estudar dificilmente retorna, em caráter definitivo, às suas bases.

Servindo à juventude paranaense e brasileira, a Universidade do Oeste do Paraná, atenderá, inclusive, aos nossos sagrados princípios de cordialidade sul-americana, pois lhe será fácil, e mesmo natural, receber estudantes da Argentina, do Uruguai, do Paraguai e da Bolívia, num intercâmbio que nos será de todo em todo proveitoso.

Cumpre, assim, que o Governo do Paraná crie todas as condições locais e regionais para que a Universidade do Oeste seja, muito breve, aquela fulgente realidade com que todos sonhamos. Dando o movimento de impulso material à idéia, que é generosa e nobre, o Paraná certamente sensibilizará o Ministério da Educação e Cultura, pois aquele instituto não vale apenas como imperativo da região, mas é uma necessidade imposta pela condição de zona fronteiriça, onde o desenvolvimento já amanhece.

Ministro da Educação um paranaense, da competência e da capacidade de trabalho do Sr. Ney Braga, certo S. Exª em tudo e por tudo colaborará para que tal empreendimento se transforme em fulgurante realidade.

Era o que tinha a dizer. (**Muito bem!**)

O SR. PRESIDENTE (**Paulo Torres**) — Concedo a palavra ao nobre Deputado João Menezes.

O SR. JOÃO MENEZES (**Sem revisão do orador.**) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não há quem não lembre o papel desempenhado pela nossa Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial, em defesa dos princípios de liberdade, de ordem e, sobretudo, do respeito ao direito. Verificamos, hoje, que muitos dos que tomaram parte naquele conflito encontram-se à frente de altos cargos do Governo Brasileiro. Podemos ver, por exemplo, V. Exª, Marechal Paulo Torres, na Presidência do Congresso Nacional; o General Vicente de Paula Dale Coutinho no Ministério do Exército; o General Adalberto Pereira dos Santos na Vice-Presidência da República; o General Hugo Andrade de Abreu na Chefia de Gabinete da Casa Militar da Presidência da República. E encontramos representantes dessa legião de heróis anônimos em todos os Estados brasileiros. E lá no meu Pará muitos também derramaram o seu sangue nos campos de batalha.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, que, nesta oportunidade em que se reúne o Congresso Nacional, fazemos um pedido para que na Biblioteca do Senado Federal e na Biblioteca da Câmara dos Deputados, passe a figurar o livro "Uma Saudade", de João dos Santos Vaz, que contém a relação de todos aqueles brasileiros que foram dar o seu generoso sangue em defesa da Pátria, com a especificação do lugar de nascimento, datas e todos os detalhes. Será uma forma de homenagearmos aqueles heróis fazendo figurar nas Bibliotecas da Câmara e Senado essa obra que traz a marca daqueles que perderam a vida representando a Pátria.

Era o que tinha a dizer. (**Muito bem!**)

O SR. PRESIDENTE (**Paulo Torres**) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Carlos Alberto de Oliveira.

O SR. CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA (**Sem revisão do orador.**) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, aproveito a oportunidade para transcrever nos Anais do Congresso Nacional carta aberta dirigida ao ex-Ministro Jarbas Passarinho, pelo Presidente da Casa dos Estudantes de Pernambuco, João de Andrade Arraes, nos seguintes termos:

Exmº Sr.
Sen. Jarbas Gonçalves Passarinho
Brasília — D.F.

Recife, 15 de março de 1974

Senhor Senador:

Nós, os que fazemos a Casa do Estudante de Pernambuco, que também é vossa, sentimo-nos no dever neste momento, de dirigir-vos estas palavras.

Deixa hoje V. Exª, o Ministério da Educação e Cultura. Durante o tempo em que V. Exª comandou os destinos da Educação Nacional a nossa querida Casa do Estudante de Pernambuco, afirmamo-vos, teve a sua fase mais brilhante, a sua administração mais completa em termos de assistência estudantil.

Inauguramos na Casa do Estudante de Pernambuco um período de bem-estar geral, nunca antes havido. Infundimos uma confiança e um respeito inabaláveis pelas autoridades educacionais brasileiras, no seio estudantil, fato ímpar na nossa vida Cepiana.

Foi com o apoio constante de V. Exª que a Casa do Estudante de Pernambuco assumiu um novo **status**, recuperou uma imagem já desgastada, não só no ambiente estudantil do Nordeste, mas sobretudo no âmbito social da região.

Somos hoje uma força viva, um modelo exemplar para muitas instituições similares. Desculpe-nos a imodéstia. Entretanto o nosso trabalho frente a instituição que temos a honra de dirigir, é garantia suficiente para afirmações como essa. Porém reconhecemos que sem a vossa ajuda, pouco ou quase nada seríamos, embora lutássemos para ser.

E, Senador Passarinho, à nossa gratidão soma-se a nossa mais pura alegria. Esta, por saber que da vontade de ser um simples diretor de colégio, Vossa Excelência galgou o mais alto posto do Ensino brasileiro: Ministro da Educação e Cultura. E envaidece-nos mais, saber que ao lado de honrarias como essa, figura o título de Sócio Benemérito da Casa do Estudante de Pernambuco, que, ressalve-se, foi o único a ser concedido nos últimos quinze anos, a alguma autoridade brasileira. Mérito, não vos faltou para recebê-lo.

Como se não bastasse esses fatos temos, aliados à vossa condição de Homem Público, pai exemplar, amigo fiel e orientador seguro, a vossa administração servindo como ponto máximo de referência, para a nossa satisfação.

E quando mais tarde escreverem a História da Educação Nacional será um dever moral daqueles que o fizerem, por um relevo um "antes" e um "depois" da administração — Jarbas Gonçalves Passarinho.

Não tomai o que dissemos como elogios gratuitos. Vós bem o sabeis que não somos dados a manifestações desse tipo.

Por isso, e principalmente pelo voto de confiança nos dado por V. Exª, a Casa do Estudante de Pernambuco só tem a dizer:

Obrigado, muito obrigado, Sen. Jarbas Passarinho.

Saudações Cepianas, **João de Andrade Arraes**, Presidente.

Era o que tinha a dizer. (**Muito bem!**)

O SR. PRESIDENTE (**Paulo Torres**) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Juarez Bernardes.

O SR. JUAREZ BERNARDES (**Sem revisão do orador.**) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o jornal **O Popular**, de Goiânia, faz hoje 36 anos. Fundado a 3 de abril de 1938 por Joaquim Câmara Filho, Vicente Reboucan Câmara e Jaime Câmara, quando Goiânia era ainda um canteiro de obras, completa hoje 36 anos de circulação ininterrupta, editado pela empresa J. Câmara & Irmãos S/A, proprietária também da TV-Anhanguera, Rádio Anhanguera e Jornal de Brasília. De lá até aqui, dirigido inicialmente, e até 1955, por Câmara Filho e, depois, por Jaime Câmara até 1967 e por Wagner Tavares de Góis até 1970, **O Popular** chega aos seus atuais diretores experimentando sensíveis progressos e adaptando-se, paralelamente, ao extraordinário desenvolvimento de Goiânia, aos mais modernos métodos de confecção gráfica oferecidos pela tecnologia.

Motivo de orgulho de todos os goianos, levamos aos dirigentes e servidores de **O Popular** nossa mensagem de congratulações, pelo muito que já fizeram e ainda hão de fazer pela imprensa do nosso Estado.

Era o que tinha a dizer. (**Muito bem!**)

O SR. PRESIDENTE (**Paulo Torres**) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Arlindo Kunzler.

O SR. ARLINDO KUNZLER (**Sem revisão do orador.**) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é digno de registro e nota o grande trabalho de assistência que vem sendo realizado por entidades religiosas da Alemanha. Refiro-me à Central Evangélica de Ajuda para o Desenvolvimento, como também à organização Miserior da Alemanha, que vêm despendendo vultosas importâncias em doações ao Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, Sr. Presidente, acabo de receber ofício do Hospital de Caridade de Crissiumal, assinado pelo seu Presidente, Pedro Harry Hoffmann, que nos dá ciência da doação recebida da Central Evangélica de Ajuda para o Desenvolvimento, da Alemanha, no valor de aproximadamente 2 milhões de cruzeiros, para a construção de sua sede, ampliando o hospital e organizando-o tecnicamente para uma grande assistência social à população que se servirá desse nosocômio de caridade.

Também, por parte do Hospital de Caridade de Boa Vista do Buricá, acabo de receber a informação de que foram doados os aparelhos de Raios-X e acessórios, no valor de 1 milhão de cruzeiros, para o seu desenvolvimento e assistência social à população daquela cidade gaúcha.

Sr. Presidente, não seria possível às comunidades locais se organizarem financeiramente para a implantação de hospitais de caridade e instituições hospitalares, não fossem os recursos da Central Evangélica de Ajuda para o Desenvolvimento, da Organização Miserior e outras entidades religiosas da Alemanha.

Assim, compareço à tribuna do Congresso para registrar não só o agradecimento daquela comunidade, mas também um voto de louvor às organizações religiosas que vêm atendendo às entidades filantrópicas do Brasil.

Era o que tinha a dizer. (**Muito bem!**)

O SR. PRESIDENTE (**Paulo Torres**) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Túlio Vargas.

O SR. TÚLIO VARGAS (**Pronuncia o seguinte discurso.**) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, prendem-nos à Bancada de Alagoas, nesta Casa, estreitos vínculos sentimentais. O convívio cotidiano do pie. rio e das comissões ensinou-nos a estimar e a admirar os valores humanos que representam a generosa "Terra dos Marechais". Em tal relacionamento não nos afetam as siglas partidárias. Geraldo Bulhões, José Alves, José Sampaio, Oceano Carleial e Vinícius Cansanção, formam o quadro homogêneo que exalta as tradições de cultura e combatividade do povo alagoano na Câmara; e Arnon de Mello, Teotônio Vilela e Luiz Cavalcante no Senado.

Dessa característica efetiva e desse temperamento imbatível, conhecíamos já, no Paraná, muitos exemplos vividos na conquista do Norte do Paraná, onde a participação do pioneiro nordestino marcou vincos profundos na face da nova civilização plantada na terra roxa. O alagoano compôs, com outros brasileiros, o hino daquela epopéia. Identificou-se com o Paraná, misturou-se com gentes de todas as latitudes e inseriu-se na tipologia criada à luz de um nova gênese social.

Desejo, porém, falar de um alagoano que acreditou no Paraná muito antes dos movimentos migratórios que empolgaram o ciclo do café. Refiro-me a José Luiz Guerra Rego, cuja contribuição à vida empresarial, política, classista e comunitária da Capital constitui inestimável acervo de criatividade humana. Pois, como um guerreiro vitorioso que retorna às origens para o devaneio das recordações mais caras, o ilustre alagoano esteve, em dezembro último, em Maceió, convidado pela Assembléia Legislativa, a fim de proferir palestra sobre o Sesquicentenário do Poder Legislativo.

Lemos e relemos aquelas páginas de poesia e história. E não resistimos à tentação de repartir com mais leitores aqueles conceitos emitidos com tanto ardor sentimental, próprio do filho nostálgico, reconhecido.

Fazemo-lo em homenagem à Bancada Federal de Alagoas, numa atitude de agradecimento, por representar o conferencista, como um dos alagoanos muito paranaenses, o elo comum de cordialidade que nos une.

A conferência de José Luiz Guerra Rego está vazada nos termos seguintes:

"Eminentes Senhores Deputados:

Alagoas é, para mim, a sensibilizante fala das raízes originais.

Minhas mãos acarinharam, na infância, as frutas da terra; o doce sentir despreocupado das brincadeiras inconseqüentes às margens da imensa tranqüilidade do São Francisco. Penêdo, na elevação geográfica de sua situação, ergue-se na memória, jogando brancos crepúsculos de saudade no imo de minha condição humana. As trilhas da saudade voltam, sempre, aos vultos da minha inesquecível mãe e à austera figura paterna, sábia nos conselhos; nordestina na sua coragem, segura e firme como só em ser as gentes desta querida Alagoas.

Os primeiros anos da infância foram marcados pelo tropel das dificuldades quase insuportáveis. Numa quadra de horizontes tão carregadamente cinzentos encontrei a solidariedade fraterna de alagoanos. Alagoanos irmãos no auxílio. Auxílio financeiro e, muito mais que isto, o gesto humano a uma criança desejosa de encontrar horizontes de melhores esperanças.

Relembro — no doce encontro com o passado — o velho casarão da Praça dos Martírios, onde fui acolhido gratuitamente, para beber, com a entranhada sede do saber, as primeiras lições que formariam a base de uma cultura que jamais seria saciada ao longo de toda minha existência. De tantos marcos humanos, em minha vida, ergue-se, na recordação de multiplicadas lembranças, a figura do professor Hygino Bello, que, mais tarde, haveria de dirigir o Colégio 11 de Janeiro. Do outro lado da Praça existia o Colégio de Dona Ana Prado, exclusivamente para meninas. Nos recreios de minha infância sem merendas, recordo, ainda fortemente, a alegria expansiva da criançada, onde as fronteiras das desigualdades econômicas não tinham vez, no permanente sorriso

despreocupado das brincadeiras sem limites do contentamento infantil.

Mas, já agora, o lar sem pai estava a exigir, de todos os irmãos, o trabalho para o sustento e para a vida.

Era o destino da realidade crua que se chocava contra a despreocupação da infância. Já taludinho, carreguei na alma e no corpo a vontade irrefreável de alcançar uma posição na vida. Pedi emprego, naqueles idos de 1912, a um homem hoje lendário em nossa terra. Foi o primeiro encontro com a figura inquebrantável de Delmiro Augusto da Cruz Gouveia, genuíno na sua autenticidade, cearense que se transofrmou em alagoano no seu espírito de desbravador dos sertões de nossa terra comum. Fomos para "Pedra", raiz autêntica da saga sertaneja, marcada, ademais, pela circunstância de ser o ponto pioneiro do aproveitamento das cataratas de Paulo Afonso.

Caminhei caminhos de sacrifícios em "Pedra", testemunhando passos de ousadia e destemor de Delmiro Gouveia, pioneiro na coragem pelo aproveitamento hidrelétrico do São Francisco. Com seu assassinato, senti não ter mais condições de permanecer nas Alagoas.

Impunha-se buscar outros sonhos. O sonho do sucesso; o sonho das conquistas; o sonho das terras não percorridas.

Foi longa a jornada para o sul brasileiro. Longa, longa pela separação das amizades. Longa pelo corte abrupto pelo ferrete da saudade. Faltava-me o calor alagoano mesclado pelo cheiro inesquecível do melaço. O "sururú" da minha pobreza dizia, nas minhas entranhas, a palavra de saudade das belezas esguias das palmeiras jamais esquecidas.

No Paraná, depois da alvorada de minha vida, plantei 50 anos de existência alagoana nas plagas do Sul. Construí afirmação pessoal das minhas aspirações de infância, sem nunca me deslembrar das origens de mim mesmo, da minha gente que, hoje, abraço com tanta emoção e carinho.

Volto, agora, às minhas origens. Devo este episódio emotivo de meu retorno à generosidade dos ilustres deputados, à frente dos quais a figura desse conterrâneo ilustre, que é o presidente Divaldo Suruagy. Devo-o, também, a Benedito Geraldo do Vale Bentes, que preside a Federação do Comércio de Alagoas, paraense que se rendeu e que está preso a um dos lances mais altos da característica desta terra: a nobreza larga do sentido de hospitalidade deste meu povo.

Todos fizeram-me a honra no convite para estar aqui. Fizeram-me honra a mim e à minha querida companheira do Paraná, Ivette Camargo Rêgo, com quem casei e fizemos fluir, nas terras sulinas dos pinheirais, o sangue de uma descendência alagoana, mesclada com a cêpa tradicional de um dos mais novos Estados da Federação Brasileira.

Venho trazendo, comigo, a bagagem da saudade. Saudade repassada pelo crivo da luta de decênios de trabalho político, econômico e de intensa participação nos quadros de entidades de representação sindical. Venho dizer-lhes que Alagoas foi, com este conterrâneo, prefeito de Curitiba, flor de progresso; sede da mais antiga Universidade do Brasil; terra de todas as gentes e cadinho forjador de seguros impulsos de progresso. Venho trazendo, também, a certeza de que, neste sesquicentenário da instalação do Poder Legislativo, no Brasil, temos que conquistar, na refrega de todo o dia, os postulados da democracia e do constante burilar do nosso processo político.

A honra, pois, é grande. Tão imensa, na sua significação, como o tema para falar, dentro de um enfoque como empresário, sobre a história da presença, em 150 anos, do Legislativo no contexto brasileiro em que temos vivido.

É preciso falar história, meus senhores.

Na proclamação de nossa Independência, o gesto dramático do Príncipe D. Pedro representou o marco inicial de uma nova caminhada.

Não bastava aquela rebeldia romântica, que rompia os laços com a metrópole portuguesa. Para que surgisse a Nação brasileira, era preciso um gesto coletivo. Era necessário um instrumento de manifestação da vontade popular, escolhido pelos brasileiros chamados às urnas. A Assembléia Constituinte de 1823 foi esse instrumento, destinado a votar a Lei Suprema da Nação. Por seu intermédio, a monarquia nascente teve a consagração nacional pela vontade de seus súditos que, através de seus representantes, estabeleceu as linhas mestras de nossa organização política.

Com essa atitude, inspirou-se o Brasil no modelo das democracias ocidentais, seguindo o roteiro de filosofia política à sombra da qual a teoria dos três poderes — soberanos, independentes e harmônicos — constitui fórmula sempre presente nas transformações de nosso sistema político.

Há cento e cinqüenta anos essa teoria lançou, no Brasil, a semente do sistema representativo. Sistema que busca suas origens na vontade nacional e institui, como órgão dessa vontade, os poderes soberanos. Entre esses, o Legislativo é o que mais diretamente reflete, pela ação dos partidos, as tendências mutáveis da consciência popular.

Se bem cedo o desacordo entre o Príncipe e a Constituinte levou à dissolução desta, essa crise exprimiu episódio que teria de repetir-se algumas vezes, aqui como em outros países, onde a dinâmica da política atingiu a estabilidade das instituições fundamentais.

Ao exaltarmos, neste momento, uma realidade tão cara às tradições dos povos livres, não somos insensíveis à análise objetiva das crises que têm comprometido o funcionamento do regime democrático.

Não há sistema de governos imunes a críticas, por suas falhas e imperfeições. É impossível negar, entretanto, ser a democracia representativa o que melhor corresponde ao ideal político das sociedades civilizadas.

Dois grandes acontecimentos da história moderna abriram, para a Europa e a América, a jornada do constitucionalismo. Este encarnou um compromisso construtivo para a tranqüilidade, a segurança e a justiça das comunidades nacionais.

A Revolução Francesa de 1789 e a Revolução das 13 Colônias Americanas traçaram novos rumos para o mundo moderno.

Inspirando-se no exemplo da Inglaterra e na filosofia política dos Enciclopedistas, aqueles movimentos deram existência ao Estado constitucional. Em seu vértice os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, com atribuições específicas, oferecem o mecanismo do governo de mútua colaboração e equilíbrio.

No Império tivemos o exemplo de regime que aspirava seguir o roteiro dos estilos britânicos. Mas o Poder Moderador, exercido pelo Monarca, retirava ao Parlamento uma parte de sua autoridade.

Com a República, escolhemos o sistema presidencialista, segundo o modelo norte-americano e a história do Legislativo se confunde com a própria história do país, tanto em suas horas de apogeu como nas de crise.

Ao longo do período republicano pôde o Congresso Nacional dar ao País grandes leis. Leis bem elaboradas. Leis claras. Leis em que a boa técnica primava pela fácil compreensão de nossas realidades.

Diplomas como o de Falências, como o da Letra de Câmbio, como o Código Civil, — honram a inteligência de nossos antigos legisladores.

No Império, grandes figuras passaram pelo Parlamento, de onde muitos saíram para chefiar os Gabinetes e, com o Monarca, governar o País. Bernardo Pereira de Vasconcelos, Nabuco, o Visconde do Rio Branco, Rui Barbosa, os Andradas, — são nomes que não se esquecem, no brilho e na estratégia patriótica de suas intervenções para orientar e resolver, sugerir e enobrecer a instituição parlamentar.

Na República, ainda Rui Barbosa era o verbo feito homem, para usar paráfrase de Euclides da Cunha, quando, referindo-se a Artigas, salientava sua vocação de agitador.

Além desse expoente máximo, outros vultos de renome trouxeram a experiência de suas vidas mergulhadas no convívio do povo, na prática de suas carreiras e profissões, no exame de nossas realidades.

A tendência moderna do fortalecimento do Executivo penetrou as relações entre os componentes da trilogia clássica do governo representativo. É realidade a que não se podia fugir. É técnica que as democracias cultas assimilaram às exigências de comunidades agitadas pelo fermento de terríveis contradições.

Já se tem dito — meus senhores — que o Parlamento não é fábrica de Leis. Tal condição lhe reduziria a importância política.

Sendo o Legislativo, o plenário em que se revê a imagem do País; o grande fórum onde são discutidos os problemas, os temas fundamentais da vida pública, as tendências da opinião; a instância que abarca o horizonte político, sensível às aspirações do povo no que significam como exigências da consciência geral; o instrumento que, para bem atuar, necessita ouvir e nunca perder o contato com os setores representativos das atividades econômicas e sociais da comunidade, cabe, aqui, nossa reverência a essa instituição, na qual o Poder Executivo encontra, em horas decisivas, apoio patriótico.

No quadro da civilização contemporânea, o avanço tecnológico está revolucionando estruturas, padrões de comportamento, esquemas tradicionais.

A essa contingência não pode fugir o sistema político.

Na disciplina normativa da sociedade não é possível conferir ao Parlamento a responsabilidade exclusiva da atividade legiferante. Daí a técnica das delegações: outrora repudiadas, hoje universalmente admitidas, através das quais o Parlamento emite normas gerais deixando ao Executivo a tarefa de ajustá-las à realidade do cotidiano.

Essa verdade incontroversa não induz, porém, o declínio nem o desprestígio do Parlamento. Antes o descarrega de compromissos a que não pode dar desempenho pontual, face ao dinamismo do Estado moderno, da índole intervencionista e absorvente condutor dos interesses gerais da sociedade.

As instituições políticas devem ser encaradas com realismo e sem falsos preconceitos. Em termos brasileiros, estamos tendendo a construir, gradual e progressivamente, o que nos arriscaríamos a afirmar um modelo, caracteristicamente, nosso. Mas, é imperativa a asserção de que não nos afastaremos da trilogia clássica. No equilíbrio dos poderes, na eterna fricção que, porventura, possa decorrer da existência dos mesmos, está a própria essência da democracia.

Aqui mesmo, em Alagoas, os exemplos são históricos. O Legislativo há de lutar, sempre e permanentemente, pela sua liberdade, pela sua soberania, sem que isso agrida a necessária harmonia pela qual precisa terçar, a fim de que possa, com o Executivo e Judiciário, porfiar pelos postulados constitucionais que nos regem como cidadãos.

Creio — eminentes deputados — que, nos meus encanecidos anos de vivência política e empresarial, esta é a melhor palavra que poderia trazer na bagagem de uma existência alagoana e brasileira.

As dimensões morais da cidadania democrática abarcam, no raio mais extenso, a certeza de que o Legislativo, pelo que representa em termos de povo, com suas falhas e acertos, um baluarte pelo qual devemos lutar, viver e sobre ele ter os melhores sonhos de esperança.

Isto quer significar, em outras palavras, a plena consciência de que necessitamos do oxigênio da democracia, representado pela existência dos três poderes.

Quando, neste ano, festejamos as comemorações dos cento e cinqüenta anos da instalação do Legislativo em solo pátrio, aqui chegamos do sul do Brasil, no retorno às origens da terra-berço, para reconfirmar, ao longo dos decênios de nossa existência física, que, pelas imensidões brasileiras, há um brado unânime: Somos cristãos em nossa vocação; somos democratas pela nossa consciência histórica; somos amantes da Paz, na inarredável certeza de que nossos caminhos hão de ser de progresso e desenvolvimento.

Aqui retornei — meus senhores — e revi, no semblante de todos, a mesma linha de esperanças que podemos ver no rosto de nossos irmãos sulinos. Somos Nação continental, mas argamassada pelo concreto de união. Somos 100 milhões de brasileiros na convicção de que a destinação de grandeza há de ser cumprida pelo sentido de fraternidade que nos une, brasileiros que somos das latitudes verde-amarelas da Pátria comum.

Na renovação do agradecimento à honra pelo convite, a palavra de esperança. Esperamos pela certeza de que, nestes 150 anos de história do Legislativo de nosso País, estamos caminhando na direção de soluções que respondem, típica e genuinamente, à índole de nossa gente. Esperança de que Alagoas, como o Paraná, tão entranhados em meu coração, se constituem, na sua simbologia, a síntese da diversidade nacional. Esperança de que, com as mãos dadas, haveremos de ser, num futuro que já nos está ao alcance, um Brasil uno; um Brasil indivisível; um Brasil que justifica, a cada dia, orgulho, fé e convicção de um destino de grandeza!"

Era o que tinha a dizer (**Muito bem!**)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Tem a palavra o Sr. Deputado Jairo Brum.

O SR. JAIRO BRUM (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, os jornais têm noticiado com amplos detalhes as cheias que atingiram diversos municípios do País, notadamente os de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Entretanto, esse amplo noticiário, que honra a imprensa falada e escrita do País, pelo seu realismo e destemor de sua reportagem, não pode nem poderá retratar, como as minhas palavras também não poderão, a tragédia imensa que se abateu sobre as nossas populações no Sul do País. Catastrófica é a situação de Araranguá, Orange e notadamente em Tubarão e Lauro Müller, em Santa Catarina. Catastrófica é, também, a situação de Torres, em meu Estado. Visitei os lugares atingidos neste último Município — o Município de Torres. Ouvi, da população chocada das áreas atingidas, o relato da tragédia que atingiu inúmeras famílias e localidades. Vidas que se perderam. Homens, mulheres e crianças levados pela enxurrada, diante dos olhos de espectadores assombrados, sem possibilidade de interferirem para salvar aqueles seus vizinhos, parentes, filhos ou consortes, muita vez arrancados das mãos que os procuravam socorrer, pelas águas rápidas e violentas. Esse, sem dúvida, o aspecto mais doloroso no infortúnio da população daquelas áreas.

A par disso, os prejuízos econômicos. A localidade denominada Broca simplesmente deixou de existir. As águas destruíram toda a produção agrícola e o solo fértil das circunvizinhanças; na localidade de Rua Nova casas demolidas e as lavouras completamente arrasa-

das; pelo transbordamento do Rio Verde, a produção daquela várzea fértil foi também completamente prejudicada.

Não conseguirei descrever os aspectos dolorosos da trágica ocorrência. Se é certo que não se poderá devolver a vida aos que pereceram, é necessário e urgente o auxílio para a pronta recuperação daquela área atingida. Sei que o poder público está tomando as providências imediatas necessárias, mas é indispensável que essas providências não cessem com o baixar das águas, e caiam no esquecimento.

Os governos estaduais e federal devem se empenhar com perseverança para a imediata recuperação das áreas atingidas. É o que esperamos, ao fazer esse relato sucinto da tragédia que se abateu sobre aquelas populações, ao mesmo tempo em que lhes renovaremos a nossa solidariedade.

Era o que tinha a dizer (**Muito bem!**)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Márcio Paes.

O SR. MÁRCIO PAES (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Senhor Presidente, Senhores Congressistas, temos ouvido, numa sucessão de pronunciamentos, nas duas Casas do Congresso Nacional como na cadeia de rádio e televisão, comandada pela Agência Nacional, uma série de pronunciamentos, a respeito do desempenho da economia brasileira no último decênio, considerado, no exterior, como o "milagre brasileiro".

Forçoso reconhecer, no entanto, que o crescimento do Produto Nacional Bruto, que, no último triênio, se elevou a taxas superiores a dez por cento ao ano, se deve, sobretudo, ao esforço comum da nação, em particular do empresariado, nos mais diversos setores da economia.

Vamos citar, apenas, um exemplo: o crescimento e a modernização dos transportes aéreos, vocação do nosso povo, uma vez que, sem os vôos pioneiros do Correio Aéreo Nacional, principalmente na década de quarenta; não nos teria sido possível a ocupação do território brasileiro.

Antes mesmo que se instalasse no Governo a Revolução de Março, já havia um grande esforço no sentido da interiorização do nosso progresso: Brasília já era a Capital da República e, inegavelmente, não teria sido possível a sua construção, num ritmo que espantou o mundo, sem o admirável desempenho da Aeronáutica.

A Viação Aérea São Paulo, em 1958, como pioneira do uso das aeronaves a turbina, na Aviação Civil Brasileira, já introduzira em seus vôos os famosos Viscount, pagando alto preço, em prejuízos operacionais, por esse esforço de modernização. Vale salientar que, das grandes empresas aéreas brasileiras, é a única exclusivamente dedicada ao transporte interno, atendendo, por isso mesmo, mais do que nenhuma outra, à exigência de interiorização do nosso progresso.

O êxito da VASP, no último triênio, foi realmente espetacular. Em 1972, havia obtido um lucro líquido de pouco mais de dez milhões de cruzeiros; em 1972, esse **superavit** se elevava a trinta milhões de cruzeiros; finalmente, no ano passado, o lucro líquido da empresa, foi de mais de 45 milhões de cruzeiros. Isto revela, nos três últimos anos, um crescimento de mais de trezentos por cento, ou seja, trinta vezes superior ao crescimento do Produto Nacional Bruto.

Deve-se ressaltar, ademais, que tais lucros não implicaram no esquecimento do aspecto da modernização da VASP. Assim, no ano passado, instalava ela o seu Sistema Integrado de Processamento de Dados, que lhe custou mais de um milhão de dólares; adquiria um Simulador de Vôo Eletrônico, para treinamento dos seus comandantes, investindo mais de um milhão e duzentos mil dólares e dispensando, assim, o pagamento de aluguel a uma empresa norte-americana.

Para o reequipamento da sua frota de aeronaves, aperfeiçoou a operação dos Boeing 737-200 Advanced, elevando o seu número para nove aparelhos, num dispêndio de cerca de dezoito milhões de dólares, financiados 90% pelo EXIMBANK e pelo Banco Lloyds and Bolsa Internacional Ltd, amortizáveis em dez anos. Visando a atender ao Governo paulista, em seu plano de integração aérea do interior do Estado, adquiriu da EMBRAER cinco aviões turbo-élice "Bandeirante", três dos quais já em operação, num dispêndio superior a vinte e três milhões de cruzeiros.

Quanto ao transporte de passageiros, basta assinalar que, em 1973, batia, no mês de junho, o "record" nacional, embarcando mais de 125.000 pessoas em trinta dias; em dezembro, superava nova marca, com mais de 125 milhões de passageiros-quilômetro; sua taxa de Regularidade Média foi de 82,12% no ano passado, superior a das dez maiores empresas norte-americanas, que atingiam 73,80%. Em cada cem viagens da VASP, houve apenas 4 iniciadas com atrasos superiores a cinco minutos. Seu índice de regularidade técnica, no referente à operação de aeronaves a jato tipo Boeing, foi o maior alcançado entre todas as operadoras mundiais desse equipamento. Sua liderança, nos vôos internos, em relação às demais empresas, se revela tanto no número de passageiros como no aproveitamento de lugares oferecidos, na receita operacional e quanto ao resultado econômico e financeiro, no que tange aos aviões a jato, que representam 85% dos serviços prestados pela VASP.

Fala-se muito na interiorização do desenvolvimento; na ocupação dos vazios demográficos; na ampliação das fronteiras internas da economia; na colonização marginal às estradas pioneiras. Nada disso teria sido possível sem o desempenho da aviação comercial brasileira. Basta salientar, no particular, que a VASP doou três aviões ao Projeto Rondon e transportou, para a Transamazônica, atendendo a programas do INCRA, dez mil pessoas em 1973, com seus pertences indispensáveis, prestando-lhes serviço de alojamento e alimentação nos pontos de conexão para Altamira, Itaituba e Santarém.

Por tudo isso, tomando a VASP como um símbolo do esforço do empresariado nacional, para a realização do chamado "milagre brasileiro", quero congratular-me, desta alta tribuna, com o Diretor-Presidente Luiz Rodovil Rossi, a quem peço levar, aos seus companheiros de administração como a todo pessoal técnico, burocrático e operacional dos comandantes aos mais humildes servidores, dos mecânicos que garantem a segurança do vôo às gentilíssimas aeromoças, os nossos efusivos parabéns.

O País lhes deve bastante. E nós que, geralmente duas vezes por semana temos de utilizar os seus serviços e de outras empresas aéreas, lhes somos duplamente gratos: pela segurança e pontualidade com que nos servem; e pela admirável colaboração no desenvolvimento dos transportes aéreos no Brasil, pressuposto indispensável do progresso material do País. (**Muito bem! Palmas.**)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

A sessão foi convocada para discussão e votação da parte vetada do Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1973 (nº 1.595-B, de 1973, na Casa de origem), que fixa os valores de vencimentos dos cargos do Grupo-Tributação, Arrecadação e Fiscalização, e dá outras providências.

O veto incide sobre o artigo 5º, que diz:

"Art. 5º Para os atuais ocupantes, em caráter efetivo, de cargos de natureza fiscal, que irão integrar as classes das Categorias Funcionais do Grupo-Tributação, Arrecadação e Fiscalização, a respectiva transposição será promovida com a verificação de desempenho, segundo critérios práticos e objetivos, compatíveis com a natureza e especialidade das atividades da Categoria Funcional, estabelecidos pelo Órgão Central do Sistema de Pessoal da Administração Federal."

Nos termos do Art. 38 do Regimento Comum, cada orador poderá discutir a matéria pelo prazo máximo de 20 (vinte) minutos.

Para discutir, concedo a palavra ao nobre Deputado Freitas Nobre.

O SR. FREITAS NOBRE (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o veto aposto ao art. 5º deste Projeto de Lei o é sob a alegação de que seu texto é contrário aos interesses públicos. Entretanto, não há demonstração, não há prova, nem argumento de que o dispositivo vetado colida com o interesse público.

Este art. 5º é resultante de uma emenda de autoria da Comissão de Serviço Público do Senado, aprovada por unanimidade tanto naquela como na Comissão de Finanças, também do Senado.

O artigo vetado pelo Sr. Presidente da República dispõe:

> "Art. 5º Para os atuais ocupantes, em caráter efetivo, de cargos de natureza fiscal que irão integrar as classes das categorias funcionais do Grupo de Tributação, Arrecadação e Fiscalização, a respectiva transposição será promovida com a verificação do desempenho, segundo critérios práticos e objetivos compatíveis com a natureza e especialidade das atividades da Categoria Funcional, estabelecida pelo Órgão Central do Sistema de Pessoal da Administração Federal."

Ora, o art. 77 da Constituição Federal, no § 1º, exige o concurso ou exame ou teste apenas para a primeira investidura no cargo público. No caso o artigo vetado cuida dos "atuais ocupantes em caráter efetivo de cargos de natureza fiscal.

Ora, os "atuais ocupantes em caráter efetivo" só o são em função de concurso ou em razão de efetivação implantada por lei, a exemplo do que ocorreu na Constituição anterior, que assegurou a efetivação de todos aqueles que se encontrassem em determinadas condições estabelecidas pelo texto constitucional. Daí não haver razão para o veto, menos ainda sob a alegação de que o texto é contrário ao interesse público.

Portanto, há uma colisão, ainda, com o art. 77, § 1º, da Constituição da República, que somente exige para a primeira investidura o concurso público. Todos os ocupantes em caráter efetivo, previstos no art. 5º, ora vetado, adquiriram essa condição em virtude de um concurso de habilitação, ou por força da lei que os efetivou. Não é justo que funcionários que ali se encontram em caráter efetivo, em conseqüência de concurso ou efetivação por lei, com quase 35 anos de serviço, em fim de carreira, sejam submetidos a uma comprovação do desempenho funcional. Desempenho funcional que, se não foi bom, não dava motivo a que o Executivo mantivesse esse funcionário naquelas atividades durante todo esse tempo. Essa é a justiça que se reclama, exatamente encaixada no Art. 5, como emenda. Assim se manifesta: "Visa a evitar que funcionários que, ao ingressar, foram submetidos a concurso ou prova de habilitação, tenham aqueles concursos e seu serviço invalidados".

Na sua meridiana clareza, o texto, que a unanimidade da Comissão de Finanças do Senado aprovou, reclama que esta Casa rejeite o veto, porque se trata evidentemente de um equívoco, já que no texto nada há que contrarie o interesse público e, ao contrário, atende a esse mesmo interesse e à Lei.

Na Câmara, as Comissões de Justiça e de Serviço Público também se manifestaram de maneira unânime a propósito da emenda do Senado. A propósito, a Comissão de Serviço Público da Câmara salientou o seguinte, em seu parecer:

> "Repara defeito e aperfeiçoa a sistemática a que se propõe alcançar o projeto, ao se transformar em lei. A emenda consubstancia conceito de direito adquirido por uma numerosa classe de servidores públicos, razão pela qual nada temos a opor à sua aprovação."

Ora, o veto ao art. 5º, segundo a Mensagem, erige a verificação de desempenho em único requisito para a transposição de cargo de natureza fiscal. Não é exato que este art. 5º, que as Comissões Técnicas do Senado e da Câmara aprovaram por unanimidade, erija a verificação do desempenho como único requisito para transposição do cargo de natureza fiscal. O que o art. 5º assegura é que aquele que, por concurso ou por imposição legal, é efetivo no cargo não seja obrigado a um concurso ou prova de habilitação ou prova de desempenho, que a Constituição, pelo art. 77, § 1º só exige para a primeira investidura no cargo público.

Argumenta, ainda, a Mensagem que acompanha o veto que a intenção era isentar os ocupantes de cargo de natureza fiscal, não concursados, da prova de desempenho, seria substituída por uma simples verificação de desempenho.

Não é esse o sentido, o conteúdo, a preocupação do texto do artigo 5º, vetado pelo Presidente da República.Quando o artigo qualifica, ou quando preceitua as condições para usufruir o benefício, ele exige a condição de que os atuais ocupantes exerçam o cargo em caráter efetivo. E só exercem em caráter efetivo aqueles que, por imposição de lei ou por concurso, tenha obtido essa efetivação.

De outro lado, houver um entendimento entre o Senado, a Comissão de serviço Público, a Casa Civil e o DASP. Uma emenda dessa natureza só é aprovada pelo Senado, pela Câmara e pela unanimidade das Comissões Técnicas quando há harmonia entre o Governo e as suas Lideranças nesta Casa. E ninguém ignora que o artigo 5º é resultante de um entendimento entre a Casa Civil da Presidência da República, o DASP, os organismos técnicos e as Lideranças do Senado e da Câmara. Por esta razão é que o art. 5º passou a integrar o Projeto que subira à sanção e que, no entanto, recebeu veto do Sr. Presidente da República. Disso decorre a demora na implantação do Plano Geral de Classificação dos Servidores Públicos, com enorme prejuízo para o funcionalismo público.

Se o Estado, de um lado, nega ao servidor o direito de contar o tempo de trabalho na empresa privada para efeito de aposentadoria, chega ao ponto de admitir que alguns funcionários se aposentem com 56 anos de serviço, quando a exigência da lei é de 35 anos. Esta injustiça é mais clamorosa ainda quando aquele que não pode contar o tempo de serviço na empresa privada — embora tenha recolhido ao Tesouro Público, através do Instituto de Previdência — vê o Governo reconhecer, em relação a estrangeiros, através de tratados internacionais, um direito que nega aos nacionais, ou seja, autorizando — e com justiça — aos trabalhadores italianos, portugueses e espanhóis a contarem aqui qualquer tempo de serviço prestado em suas pátrias de origem inclusive em empresas privadas — para efeito de aposentadoria no serviço público. Há um decreto-lei do Presidente Costa e Silva admitindo a contagem do tempo de serviço público para efeito de aposentadoria na atividade privada, mas até hoje esse decreto-lei, que é de 1969, não obteve sequer a regulamentação indispensável para que pudesse vigir. E o servidor público, que trabalhou dez, doze, quatorze anos na empresa privada, também não tem condições de somar esse tempo de serviço para a atividade no serviço público.

Tem caracterizado o Plano Geral de Classificação dos Servidores, de que é exemplo o veto a este projeto, uma permanente injustiça ao servidor público, que é a exclusão inadmissível dos aposentados, pois que, enquanto alguns dos mais recentes projetos do Plano chegam ao Congresso com um artigo que admite os benefícios do Plano de Classificação em favor dos aposentados, a maior parte dos projetos integrantes do Plano omite a presença dos aposentados, como se eles não existissem para o serviço público. O veto aposto ao art 5º deste projeto de lei é um exemplo da justiça com que o Governo trata o servidor.

Chamamos a atenção da Casa para este problema. Acumulam-se essas injustiças, e o Governo vai receber as conseqüências dessa política desestimulante. A paridade não existe senão no papel. E essa orientação se estende agora à própria atividade privada. Basta dizer-se que o período para efeito de cálculo da aposentadoria, que era feito à base dos últimos doze meses de contribuição, passou para 24 meses e, em seguida, para 36 meses. Mas o Governo, ainda achando

pouco aumentou para 48 meses o limite de cálculo de contribuição para o efeito da aposentadoria do trabalhador da empresa privada.

No setor da atividade pública, a injustiça é clamorosa, não apenas porque o Governo não admite a intercomunicação do tempo de serviço prestado à empresa privada com o público, mas também, como ocorre aqui, porque exige, para a integração do Plano, que o servidor submeta-se a um teste de eficiência ou um teste de competência, quando ele está às vezes às portas da aposentadoria, com mais de 30, às vezes 34 anos e onze meses de serviço, como se não coubesse ao Governo a responsabilidade da permanência, durante trinta a trinta e quatro anos, em atividade no Serviço Público, de alguém considerado incapaz, sem que qualquer providência moralizadora fosse tomada. Ao invés do concurso — exigência para primeira investidura em cargo público, conforme art. 77, § 1º, da Constituição — exige-se uma prova de competência, inclusive para queles que, como neste caso, de fato já prestaram concurso público ou ficaram efetivados em razão de lei aprovada e sancionada pelo Governo.

Com base nesses argumentos, manifestamos-nos contra o veto Esta justificação nos coloca na necessidade de rejeitar o veto ao art. 5º deste projeto.

Era o que tinha a dizer. (**Muito bem**)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Lisâneas Maciel.

O SR. LISÂNEAS MACIEL (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas a apreciação deste veto leva-nos a recordar um projeto oriundo do Executivo, em que S. Exª, o então Ministro do Trabalho, Júlio Barata, pretendendo modificar direitos adquiridos, havia longo tempo pelos funcionários da PETROBRÁS, terminava sua exposição de motivos com a seguinte frase significativa do tratamento que se dá atualmente aos trabalhadores e funcionários públicos:

> "Este projeto destina-se a corrigir, a reparar as inúmeras ações que foram intentadas contra a PETROBRÁS e que lograram acolhida no Poder Judiciário."

Verificará V. Exª., Sr Presidente, o absurdo da proposição, quando o Poder Executivo, perdendo a questão na justiça, perdendo a questão naquele mesmo Poder a que pertencera o então Sr. Ministro do Trabalho, vem tentar, através de projto de lei, reformar direito adquirido há muito tempo pelos funcionários da PETROBRÁS. Parece-nos que hoje estamos diante de situação semelhante. Hoje temos aí também algo que se assemelha àquela atitude que poderíamos julgar um tanto quanto insólita, de se poder ganhar no Poder Legislativo aquilo que se perdera no Judiciário. Este talvez seja o fundamento de muitas ações que se intentam, inclusive a que pretende levar às barras do Judiciário nosso ilustre companheiro Deputado Francisco Pinto.

Mas, como dizia, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o art. 77, Parágrafo 1º, da Constituição impõe o concurso apenas para primeira investidura no cargo público, e o aproveitamento destes funcionários, não apenas na categoria do grupo de tributação, arrecadação e fiscalização, mas de todos os demais, não está a exigir praticamente novo concurso público, ou seja não há por que serem eles colocados, depois dos longos anos de emprego que lhes asseguram o direito adquirido, conforme o princípio constitucional, novamente na dependência de nova qualificação, de nova exigência, para ocupar o cargo que já vinham exercendo há longo tempo.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, vale a pena registrar aqui a opinião unânime do Congresso Naciona a respeito do assunto. Quando digo unânime, devo esclarecer que os ilustres relatores das diversas comissões trataram da matéria, fossem eles da ARENA ou do MDB, com espírito de justiça e com os olhos voltados para o interesse público, também quando reconheceram àqueles antigos servidores o direito de ser aproveitados sem a exigência de novo concurso público. Vale a pena registrar o seguinte parecer do ilustre Relator da Comissão de Serviço Público do Senado.

> "Antes de concluir nosso parecer, queremos ponderar que o projeto, solidário com o Decreto nº 72.933, de 16-10-73, impõe a exigência de habilitação prévia em prova relativa também para os atuais ocupantes, em caráter efetivo, de cargos que irão integrar as classes das Categorias Funcionais do Grupo-Tributação, Arrecadação e Fiscalização, para poderem obter a respectiva transcrição ou transformação. Ora, o art. 77, § 1º, da Constituição impõe esta condição apenas para a primeira investidura em cargo público. E o art. 109 dispõe que a lei que fixar o regime jurídico dos servidores públicos da União, do Distrito Federal e dos Territórios, a forma e as condições de provimento dos cargos públicos e as condições para aquisição de estabilidade deverá respeitar o disposto no referido art. 97, § 1º.
>
> E conclui:
>
> Trata-se, pois, de fazer justiça aos fiscais que estão em pleno exercício das funções, pois a prova de que estão capacitados para as funções decorre do simples fato de estarem servindo à repartição com dedicação e eficiência, há longos anos."

Na Comissão de Finanças do Senado, Sr. Presidente, a emenda também mereceu idêntica compreensão:

> "O projeto, na sua tramitação na douta Comissão de Serviço Público Civil, foi objeto de emenda com vistas a assegurar aos atuais ocupantes, em caráter efetivo, de cargos de natureza fiscal que irão integrar as classes das Categorias Funcionais do Grupo sob exame, a transposição para os novos cargos mediante simples verificação de desempenho, obedecidos critérios práticos e objetivos.

Sr. Presidente, idêntica posição da Comissão de Serviço Público Civil, idêntica posição da Comissão de Finanças do Senado Federal. Daí encarecermos a este ilustre Congresso a importância dos nossos argumentos na apreciação do problema. Não discrepou qualquer de suas Comissões, quer da Câmara, quer do Senado, entendendo como justa e equânime, e como representativa de algum paliativo para a classe dos servidores públicos, a emenda que agora se pretende votar. Então, talvez pareça a esta Casa que esses ilustres congressistas da Câmara e do Senado, que estudaram o problema com cuidado e isenção, se vejam hoje obrigados a voltar atrás na sua apreciação. Pretende-se, Sr. Presidente, inaugurar uma nova diretriz no relacionamento do Congresso com o Poder Executivo. Parece que o novo Presidente da República entende necessário não absorver de maneira verdadeiramente ditatorial as atribuições normais do Congresso. Estes são os primeiros momentos do famoso diálogo que se alardeia e que nós, da Oposição, em sã consciência almejamos e postulamos, tanto quanto aquelas figuras mais nobres e patrióticas da Situação.

O Sr. Freitas Nobre — O grave nesse problema, nobre Deputado, é que tudo indica ter havido um equívoco no veto, porque, se o art. 5º vetado cuida daqueles servidores que exercem o cargo em caráter efetivo, está limitando o número daqueles que se acham enquadrados nele. Há aqueles que fizeram concurso e os que foram efetivados em razão de lei. O veto acabará criando um problema que vai ferir o direito adquirido, o que fará com que grande número de servidores ingresse na Justiça. Daí a razão por que entendo que o veto só pode ser resultante de um equívoco.

O SR. LISÂNEAS MACIEL — Agradeço a V. Exª o aparte. Sei que nobre colega estudou a matéria com aquela sua reconhecida isenção e autoridade de ex-Presidente da Comissão de Serviço Público da Câmara Federal. Não apenas o aspecto que acabou de ser abordado

pelo eminente Deputado Freitas Nobre deve ser destacado; desejo também lembrar aos ilustres companheiros que todas as vezes que profissões são regulamentadas cria-se uma situação de reconhecimento àqueles que estavam no exercício efetivo daquela profissão. Abre-se, dentro da regra geral da exigência do concurso, ou da exigência das outras provas e dos outros requisitos para o exercício da profissão ou da função, uma situação de especial atendimento, de deferência àqueles que, durante longos anos, vinham exercendo seu cargo, obrigados pelas decisões administrativas e por lei, como salientou o eminente Deputado Freitas Nobre. Cria-se uma situação especial de reconhecimento dessas situações, e as normas vigentes passam a regular situações futuras, sob pena de violar o direito adquirido, consagrado por todas as Constituições. Nem a atual Constituição, outorgada pelos Srs. Ministros Militares, revogou dispositivo tão salutar e patriótico.

Desta maneira, Sr. Presidente, chamamos a atenção do Congresso Nacional para este veto porque inúmeros servidores públicos estão na mesma posição. Tive o cuidado de verificar, repito, que os relatores nas diversas Comissões, pertencentes ora à ARENA, ora ao MDB, quer do Senado, quer da Câmara, examinaram a matéria e foram unânimes em entender que se corria o risco de ferir direito adquirido, se não fosse inserto no decreto-lei daquela época o dispositivo que agora se pretende vetar. Acho que no novo entendimento que todos almejamos, não apenas para grandeza desta Casa, mas também para a do País, não podemos deixar de ver com bons olhos a exclusão daquela verdadeira "guitarra" legiferante que resolve tudo sob forma de decreto-lei. Agora se pretende que esta Casa examine com cuidado, inclusive com tempo, todos os dispositivos que lhe são submetidos à apreciação e que são de sua exclusiva competência. Vamos homenagear os parlamentares da ARENA e do MDB, que estudaram detidamente esse assunto e entenderam que devia ser reparado pelo Decreto-Lei enviado pelo Poder Executivo daquela época.

Essa, Sr. Presidente, talvez seja a iniciativa que nos cabe, ao se iniciar o famoso diálogo que todos esperamos seja concretizado na atual Presidência da República.

Era o que tinha a dizer. (**Muito bem!**)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Deputado JG de Araújo Jorge.

O SR. JG DE ARAÚJO JORGE (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, há por trás deste veto ao art. 5º do Projeto de Lei nº 92, de 1972, a sombra daspiana. Evidentemente, há algo da burocracia do DASP, visando não a atender a interesses do servidor civil, mas a prejudicá-lo e que levou o Governo ao encaminhamento dessa mensagem ao Congresso Nacional. Projeto de Lei, através do qual novo plano de classificação vem tentando resolver o problema dos servidores civis, estruturou através de decretos outro plano de classificação dos servidores civis. A Lei nº 5.645 estabeleceu 10 grupos de funcionários. Com a Lei nº 5.645, de 1970, o Governo arquivou sumariamente o plano classificatório de 1960, elaborado também pelo DASP, e não deu a menor satisfação, quer aos servidores, quer ao País.

Esta nova Lei nº 5.645, de 1970, classifica os servidores em dez grupos, que foram aprovados com as respectivas tabelas e níveis de vencimentos. Em seguida às proposições encaminhadas a esta Casa, tiveram estruturação feita através de decretos. Portanto, a sua estruturação foi absolutamente inconstitucional e injurídica, porque matéria de interesse nacional, e não simplesmente de administração setorial, não pode ser resolvida através de decretos, mas de decretos-leis. É evidente que o objetivo do Poder Executivo, no caso a repartição a que está afeta a solução do problema dos servidores, o DASP, foi escapar à crítica, à análise e sugestões de emendas que, por acaso, pudessem ser apresentadas através do Poder Legislativo.

Vem agora a presente Mensagem e veta o art. 5º do Projeto de Lei nº 92/73, que fixa os vencimentos dos cargos do Grupo-Tributação, Arrecadação e Fiscalização, um daqueles 10 grupos a que se refere a Lei nº 5.645 — nova classificação dos servidores do DASP, mas estruturada através de decretos, como é o caso do Decreto nº 72.933, de 1973, citado aqui pelo eminente Relator, Deputado José Sally.

O que acontece é que temos, nesta Casa, em relação aos servidores civis, aprovado tabelas com níveis de vencimento sobre grupos estabelecidos num plano de classificação de uma lei, grupos estruturados através de decretos que escapam à fiscalização e ao controle do Poder Legislativo, decretos que são inconstitucionais e injurídicos. Por isto a matéria, ou seja, a estruturação de cada um desses grupos, deveria ser remetida ao Congresso através de Decretos-leis.

No caso do Grupo-Tributação, Arrecadação e Fiscalização, pretende o Governo vetar agora o art. 5º, do Projeto de Lei nº 92. Diz o art. 5º:

> "Art. 5º Para os atuais ocupantes, em caráter efetivo, de cargos de natureza fiscal, que irão integrar as classes das Categorias Funcionais do Grupo-Tributação, Arrecadação e Fiscalização, a respectiva transposição será promovida com a verificação de desempenho, segundo critérios práticos e objetivos, compatíveis com a natureza e especialidade das atividades da Categoria Funcional, estabelecidos pelo órgão central do Sistema de Pessoal da Administração Federal."

Deseja-se vetar este artigo, sob a alegação de que contraria o disposto no art. 6º da Lei nº 5.645, que estabelece dez grupos funcionais e diz que a ascensão e progressão funcionais obedecerão a critérios seletivos, a serem estabelecidos pelo Poder Executivo. Ora, os atuais ocupantes em carácter efetivo, pelo fato de serem efetivos, demonstram que já se submeteram a critério seletivo — a provas e concursos. Além do mais, como estabelece o próprio art. 5º, a verificação de desempenho, dada a especialidade das atividades funcionais a que esse grupo se dedica, será promovida segundo critérios práticos e objetivos. Então, não conflita, absolutamente, o artigo que se pretende vetar com o art. 6º da Lei nº 5.645, que o Poder Executivo, através do DASP, enviou a esta Casa e que classifica os funcionários em dez grupos.

A verdade é que mais uma vez se comprova como a burocracia daspeana complica a seleção no que respeita aos servidores civis. Enquanto isso, a classificação estabelecida na nova lei que substituía uma anterior, de 10 anos — de 1960 — não foi ainda devidamente implantada, porque os prazos de implantação não estão sendo cumpridos. Existe inclusive um grupo, talvez o mais importante, Grupo-Magistério, que ainda não foi sequer estruturado. Enquanto a matéria substitutiva da Lei nº 5.645 permanece confusa, no ar, sem decisão, com prazos de implantação que não vêm sendo cumpridos e com estruturações que se vêm procedendo inconstitucional e injuridicamente através de decretos, vem o Governo vetar um dispositivo que não conflita com a matéria enviada e que, obviamente, deve interessar ao DASP, por motivos que não devem ser do interesse dos servidores civis.

Estou convencido, portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que o veto ao art. 5º do Projeto de Lei nº 92, não tem sentido. E, no momento em que isto declaramos, fazemos aqui um apelo no sentido de que a solução do problema dos servidores civis, que mais uma vez pareceu equacionado pelo aceno feito através da Lei nº 5.645, seja realmente resolvido; que todos os grupos de classificação especificados nesta lei sejam estruturados — inclusive o Grupo-Magistério; que sejam implantadas as estruturações, para que as tabelas de níveis de vencimentos, aprovadas há um ano, quando entraram em vigor, não precisem sofrer um reajuste indispensável, em virtude de processo inflacionário — por isso que, aprovadas há um ano e implantadas daqui a dois ou três, quando vierem, já não terão condições de corresponder às necessidades de vencimentos do servidor civil, um marginalizado que não recebe e não tem sido pago de acordo com o que produz, desconhecendo o Governo, ou os Gover-

nos revolucionários o papel que representa o servidor civil, peça indispensável para que a administração possa chegar a bom termo.

Assim o nosso partido, acredito, tomará uma posição contrária ao veto que se pretende ao Projeto de Lei nº 92. E espero que o DASP e o Poder Executivo, agora com novo Governo, deslanchem definitivamente a lei que estrutura e classifica os servidores civis, inclusive apresentando a estruturação do Grupo-Magistério, porque os professores continuam marginalizados, recebendo vencimentos inferiores ao de um 3º-Sargento. É preciso que se diga isto no momento em que o novo Governo chega ao poder, principalmente, que se caracterize isto diante deste novo Governo — mais um Chefe Militar — para que o civil não fique à margem, como se não fosse um brasileiro, com os mesmos direitos e as mesmas pretensões justas e humanas de todos os servidores.

Era o que tinha a dizer. (**Muito bem!**)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Alceu Collares.

O SR. ALCEU COLLARES — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. Deputados, está o Congresso Nacional a examinar mais um veto do Executivo sobre matéria correspondente ou relativa ao servidor público brasileiro.

Em primeiro lugar, antes da apreciação específica do veto, é preciso que se diga da tribuna da Câmara o óbvio. Mas, às vezes, o óbvio precisa ser repetido, para que o próprio Governo venha sobre ele se sensibilizar.

A situação do funcionário público brasileiro, hoje, é uma das mais desesperadas. Em 1972, S. Exª o Presidente da República prometeu que o ano de 72 seria o Ano do Funcionário Público. Já em 1970, a Lei º 5.645 estabelecera as diretrizes básicas para a implantação do Plano Classificado de Cargos. Depois, passou o ano de 71, passou o ano de 72, passou o ano de 73, vai passar o de 74, e, possivelmente, venham a passar muitos outros anos sem que esteja, totalmente implantada a classificação de cargos do funcionário público brasileiro.

Há uma enorme confusão no Departamento Administrativo do Pessoal Civil com relação ao problema de pessoal. Há tantos absurdos cometidos, mas tão e tão grandes absurdos praticados, que se chegou ao absurdo de exigir do aposentado a prestação de prova seletiva, de caráter competitivo, para que ele se pudesse beneficiar do plano de remuneração dos novos Planos Classificados de Cargos. Parece-me que, em matéria de pessoal, só no Brasil se faz isto. O aposentado fora esquecido durante todos os estudos do Plano Classificado de Cargos — parece-me, tecnicamente, de forma correta, porque, no momento em que se examina um Plano Classificado de Cargos se o faz de forma objetiva, vendo o cargo, o seu conteúdo, o seu teor de responsabilidades, as obrigações correspondentes aos cargos e funções, que são o conteúdo de determinado cargo, depois a lotação de pessoal, os seus ocupantes. Ocorre, porém, que em todas as classificações de cargos, e pela própria Constituição brasileira, o aposentado deverá ter revistos os seus proventos à medida que a situação da moeda nacional se modifica. Vejam os absurdos que se cometem na administração pública brasileira. Atualmente, por exemplo, há agentes administrativos que já estão ganhando pelos novos planos classificados de cargos, enquanto outros não estão ainda classificados e, conseqüentemente, percebendo vencimentos inferiores para o desempenho da mesma função, uma vez que a sistemática adotada por estes novos planos classificados de cargo é a da descentralização. Cada Ministério, Autarquia ou Órgão diretamente ligado à Presidência da República implanta o seu Plano Classificado de Cargo com base nas diretrizes constantes da Lei nº 5.645. Constituída uma equipe técnica de alto nível em cada Ministério, é feita a implantação. Algumas equipes já terminaram sua tarefa. Outras sequer a iniciaram. E aí está o enorme paradoxo: funcionário ocupando os mesmos cargos, desempenhando as mesmas funções, alguns já percebendo pelo novo Plano Classificado de Cargos, e outros ainda com os vencimentos do antigo plano.

O Sr. Freitas Nobre — V. Exª tem toda a razão nas observações que faz. Há servidores que tiveram o apressamento da implantação do Plano e, por esta ou aquela razão, já percebem por ele. Há outros que não tiveram sequer o projeto ainda encaminhado ao Congresso. E mais. Por exemplo, do Ministério do Planejamento, foi o projeto que cuida dos funcionários retirado pelo Presidente da República, pelo fato de que um projeto novo cria a Secretaria do Planejamento e extingue o Ministério do Planejamento. Quando esse servidores irão receber à base do Plano? Ora, o Plano Geral de Classificação previa um nível de vencimentos de dois anos e pouco atrás. O aumento do custo de vida está praticamente absorvido dentro daqueles níveis e, na hora em que o Plano vier a ser implantado, os níveis já não representarão mais a profissionalização no serviço público.

O SR. ALCEU COLLARES — V .Exª tem inteira razão. Os vencimentos para os novos padrões no Plano Classificado de Cargos foram fixados com base, naturalmente, no teor de responsabilidade dos cargos e tendo em vista os vencimentos do quadro anterior. Agora se dá um aumento de 20% que não vai atingir àqueles que já foram classificados, a não ser em percentuais inferiores. Ora, se isso ocorrer durante quatro ou cinco anos, estará uma defasagem muito grande concretizada no poder de compra do funcionário público brasileiro. Então a valorização do servidor público é apenas uma expressão, para alimentar esperanças que não se estão concretizando no campo da realidade.

Outro aspecto, Sr. Presidente: quando se faz, quando se executa, quando se elabora um Plano Classificado de Cargos e se quer a valorização do servidor, há de se conjugar o interesse não só do serviço público, mas dos próprios servidores ocupantes dos cargos. Aqui mesmo estamos diante de uma tentativa de modificação dos absurdos que vêm sendo cometidos na administração pública do País com relação à classificação de cargos. Inicialmente o Plano exigia concurso de todos, ainda mesmo daqueles que tivessem prestado concursos para ingressar no serviço público. Posteriormente o DASP — se deu conta do absurdo da exigência e isentou o concursado das provas seletivas de caráter competitivo e eliminatório. Só quem não tem concurso será submetido a esse tipo de seleção. Ora, vejam V. Exªs a injustiça que se comete contra servidores que têm 20, 25, 30, 35 anos de atividade, que não foram pelo serviço público considerados incapazes para o exercício das funções correspondentes aos cargos que ocupam. Mas quando se vai valorizar o servidor, vai-se exigir dele uma prova seletiva de caráter competitivo e eliminatório.

Sugerimos, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, que o Governo fizesse os novos planos e enquadrasse todos na carreira inicial, exigindo, para a progressão funcional, aí sim, uma habilitação. E aqueles que não quisessem a ela se submeter ficariam permanentemente no nível inicial da função pública. Mas, desta forma, com esta morosidade e esta complexidade com que se está processando a implantação dos novos Planos Classificados de Cargos, vamos levar 10 anos no mínimo para a implantação total.

Parece que o novo Governo tinha obrigação de chamar todas as equipes técnicas de alto nível e fixar tempo para que cada uma cumpra a sua tarefa, e não implantar nenhum dos planos antes que todas as categorias funcionais estivessem em condições de receber as vantagens desses novos Planos Classificados de Cargos.

Aqui, o que o Congresso Nacional fez nesta proposição foi tentar suavizar uma absurda exigência que se faz para o velho servidor, que, não tendo entrado por concurso, mas estando prestando relevantes serviços à administração pública, será chamado a uma prova competitiva de caráter eliminatório. Ora, já efetivado por lei, com direito, conseqüentemente, à estabilidade na função pública, se ele não passar na prova, ficará no quadro suplementar. Então, dar-se-á uma injustiça flagrante. Aquele que passou na prova fica recebendo 1 ou 2 mil cruzeiros mais do que aquele que não teve sorte de passar na prova seletiva. Eles vão exercer funções diferentes? Não.

Eles vão continuar a exercer a mesma função. Se for datilógrafo, ficará como datilógrafo; um datilógrafo de categoria especializada e outro sem esta categoria, mas fazendo o mesmo serviço e ganhando vencimentos distintos, quebrando-se com isso, o princípio de que a igual trabalho deve corresponder igual vencimento.

O Sr. Célio Borja — V. Exª me permite? Nobre Deputado, creio que, presentemente, se discute o art. 5º, que foi objeto de veto do Sr. Presidente da República. V. Exª, evidentemente, pelo que estamos ouvindo, ampliou a discussão. V. Exª retornou praticamente à Lei nº 5.645, de 10-12-70, que estabeleceu critérios uniformes para o progresso do servidor público e para o seu ulterior atendimento no serviço. O que no momento está debaixo da atenção da Casa é a circunstâncias de se ter, através deste art. 5º, vetado na proposição em exame, estabelecido um critério diferente, desigual, único, para os servidores que compõem a categoria Grupo-Tributação, Arrecadação e Fiscalização. Apenas isso. O critério, contra o qual de modo geral os oradores que ocuparam a tribuna se insurgem, já foi fixado em Lei de 1970, que já não está mais debaixo da apreciação desta Casa. Nem colhe tampouco o argumento invocado há pouco por outros Srs. Deputados, de que abrir-se apenas o acesso aos concursados, em detrimento daqueles que foram efetivados de outra forma, em virtude, por exemplo, de Lei, seria, digamos, ferir o princípio do respeito ao direito adquirido, o que não é rigorosamente o caso, porque o servidor que já esta efetivado em qualquer cargo público continuará efetivado naquele mesmo cargo. Retornando, portanto, à origem do meu aparte, o que está em discussão é o art. 5º, que nos parece estabelecer uma injustiça para beneficiar apenas um grupo de servidores, fazendo com que agora se volte a discutir um critério já assentado para todos os funcionários públicos sujeitos à reclassificação a partir da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970.

O SR. ALCEU COLLARES — V. Exª deve estar a par de que a Câmara, pelo menos através da Comissão de Serviço Público, em todos os projetos que pôde, colocou emenda dessa natureza. Então, o que estamos tentando modificar são os critérios da Lei nº 5.645, o que a própria legislação nos possibilita, por tratar-se de uma lei ordinária, que pode ser modificada por outra lei. E é o que estamos tentando fazer.

O Sr. Célio Borja — A Câmara estaria, então, privilegiando determinados grupos. Não estamos aqui para, em nome da nossa intangibilidade, alegar também a nossa infalibilidade. Não. O que não podemos é exatamente discriminar contra a massa daqueles servidores públicos que, em grupos muito mais humildes, estão sujeitos, em virtude de um critério geral, ao princípio do acesso pelo concurso.

O Sr. Freitas Nobre — V. Exª me permite um rápido aparte?

Esse texto é o texto que está na Lei do Ministério Público. De outro lado, ele é resultado de uma emenda por unanimidade aprovada pelas Comissões de Finanças e de Serviço Público do Senado e depois referendada, na Câmara, também por unanimidade, pelas duas Comissões Técnicas desta Casa, a de Justiça e a de Serviço Público. Não é de estranhar, portanto, que o texto seja assim defendido por V. Exª, que tem o respaldo da unanimidade das Comissões Técnicas do Senado, de Serviço Público e de Finanças e das duas Comissões específicas desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Lamento informar a V. Exª que seu tempo está esgotado.

O SR. ALCEU COLLARES — Sr. Presidente, para terminar tenho recordação de que a todos os projetos que passaram pela Comissão de Serviço Público e pela Comissão de Justiça, os Deputados tentaram apresentar emendas desta natureza e quase todas elas foram aprovadas. Outros vetos chegarão aqui também para restabelecer o princípio da Lei nº 5.645. Então, não há qualquer contradição na posição que estamos assumindo quando oferecemos emenda para modificar os critérios da Lei nº 5.645, que consideramos muito rigorosa e injusta para a classe dos servidores públicos do País. Parece-me que há uma coerência perfeita quando defendemos que o veto seja rejeitado.

Ademais, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, é chegada a hora de a classe política atentar para a situação em que se encontra o servidor público ante os absurdos consagrados nas próprias diretrizes consignadas na Lei nº 5.645. Se forem efetivamente levados a efeito, poucos servidores públicos irão ingressar no novo Plano de Classificação de Cargos, ficando a grande massa de funcionários no quadro atual, que seria considerado suplementar. E aí, sim, a grande injustiça. Funcionários desempenhando a mesma função, ganhando vencimento diferente.

Era o que tinha a dizer. (**Muito bem!**)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Não há mais oradores inscritos para discutir a matéria. Vamos passar à votação.

O SR. LAERTE VIEIRA — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Com a palavra o nobre Líder Laerte Vieira, para encaminhar a votação.

O SR. LAERTE VIEIRA (Encaminhamento de votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Comissão de Serviço Público do Senado apresentou e emenda objeto de veto aposto ao art. 5º do Projeto. De acordo com o mesmo, os ocupantes dos cargos do Grupo de Tributação, Arrecadação e Fiscalização teriam, na transposição do cargo, ou na transformação das carreiras, o ajustamento, segundo o critério de verificação de desempenho que a parte vetada colhe. É indiscutível que a norma constante da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ainda prevalece no que se refere à ascensão e progressão funcionais, estabelecendo os critérios genéricos aos quais está sujeito todo o funcionalismo público da União. As considerações aqui trazidas, nós as consideramos válidas, se encarado o problema globalmente. Evidentemente, se as tomarmos com relação especificamente a um grupo funcional, estaremos dando tratamento especial, diferente, a essa categoria. É indiscutível, entretanto, que existem os antigos funcionários, aqueles que foram efetivados sem concurso público — e há muitos nestas condições, decorrentes de efetivações legais e até constitucionais, porque isto tem sido uma praxe das nossas Constituições: na de 46 havia o problema; posteriormente, na de 67, agiu-se da mesma forma, efetivando-se os funcionários que contavam com determinado número de anos de serviço. Ora, todos aqueles funcionários e outros, portadores de diploma de curso superior, que foram efetivados no Serviço Público por esta condição e que não prestaram concurso, estão jungidos ao critério geral estabelecido pela Lei nº 5.645. Reparar só com relação aos funcionários do fisco seria tratamento discriminatório. Entretanto, esperamos que esta matéria possa ser reconsiderada e os critérios generalizados, porque, realmente, ao funcionalismo interessaria mais a disposição que a douta Comissão de Serviço Público Civil do Senado adotou com relação a este Grupo de Tributação, Arrecadação e Fiscalização. Ditas estas palavras para justificar o nosso voto, nós, — nós que inclusive apresentamos projeto de lei no sentido de alterar a norma e dar tratamento igualitário específico a todo o Funcionalismo — achamos que podemos aceitar aqueles argumentos expendidos da tribuna e que recomendavam a rejeição do veto, na esperança de que também nas outras proposições prevaleçam princípios semelhantes que possam favorecer a nobre classe dos funcionários públicos.

Era o que tinha a dizer. (**Muito bem!**)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Tem a palavra o nobre Líder Wilmar Dallanhol, para encaminhar a votação.

O SR. WILMAR DALLANHOL (encaminhamento de votação. Sem revisão do orador.)— Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o voto é inegavelmente um recurso natural no processo legislativo. Aposto ao projeto de lei que transitou pelas duas Casas do Congresso Nacional,

permite-nos a oportunidade de rever a matéria, num reexame dos mais criteriosos, como sempre ocorre com aqueles a que procede o Congresso Nacional. No caso em pauta, o veto do eminente Sr. Presidente da República incide sobre o art. 5º do projeto de lei votado por ambas as Casas e que, dispondo diferentemente da norma geral, do critério amplo da Lei nº 5.645, pretenderia ver substituída a prova pública, que é o primado da seleção e da transposição de cargos, por uma simples prova de desempenho tomada praticamente.

Ocorre, Sr. Presidente, que, dispondo especificamente sobre uma carreira funcional, o projeto inegavelmente se revela agora — e independentemente das intenções dos autores das emendas ou de quem as tenha aprovado — inegavelmente discriminatório, porque estabeleceria, como já foi acentuado, para o pessoal do Fisco — grupo talvez dos menores — um critério diferente, mais liberal, sem as exigências rigorosas da prova pública. A prova de desempenho beneficiaria apenas um grupo funcional, o que consideramos uma injustiça. É preciso acrescentarmos que, entendido o disposto no art. 5º, de forma mais ampla — o projeto, como foi redigido, o permitiria — chegaríamos a consagrar critérios distintos para grupos diferentes. O próprio Sr. Presidente da República, ao fazer chegar à Casa as considerações que justificam o seu veto, acentuou claramente que, enquanto técnicos de tributos federais, concursados, e controladores da arrecadação federal, igualmente concursados, cujos cargos também serão transformados ou transpostos, acertadamente, ficarão isentos de verificação de desempenho, os ocupantes — concursados — de cargos de natureza fiscal a ela deveriam submeter-se, muito embora já hajam passado pelo mais rigoroso dos processos seletivos, que é exatamente o concurso público.

Apenas para concluir, Sr. Presidente — e sem pretender deter-nos sobre as intenções do legislador, justamente porque o veto nos permite o reexame, a reconsideração da matéria — podemos afiançar que, a ser mantido o art. 5º e consumando-se uma injustiça, nós consagraríamos critérios diferentes para situações iguais, ou, o que seria igualmente injusto, critérios iguais para situações diferentes.

Sr. Presidente, essas as razões pelas quais a Maioria votará pela manutenção do veto e pela rejeição do art. 5º do citado projeto.

Era o que tinha a dizer. (**Muito bem!**)

O SR. PRESIDENTE (**Paulo Torres**) — Vai-se passar à votação.

A Presidência esclarece que, de acordo com o disposto no art. 44, § único, combinado com o art. 107 do Regimento Comum, a votação far-se-á pelo processo nominal, sendo objeto de deliberação a matéria vetada.

Considerar-se-á aprovada a parte vetada, se alcançar o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros de cada uma das Casas do Congresso.

De acordo com o estabelecido no § 2º do art. 43 do Regimento Comum, a votação começará pela Câmara dos Deputados.

Solicito o comparecimento dos Senhores Deputados Dayl de Almeida e Petrônio Figueiredo. (**Pausa.**)

Vai-se proceder à chamada, que se iniciará pelos representantes dos Estados, do Norte para o Sul.

Os Srs. Líderes deverão ser chamados em primeiro lugar.

Os Srs. Deputados que aprovarem o dispositivo vetado votarão "SIM", e os que o rejeitarem votarão "NÃO".

Procede-se à chamada.

RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM "NÃO" OS SRS. DEPUTADOS:

Célio Borja — Como Líder

Acre

Nosser Almeida — ARENA.

Amazonas

Leopoldo Peres — ARENA; Raimundo Parente — ARENA; Vinicius Câmara — ARENA.

Pará

Américo Brasil — ARENA; Édison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Sebastião Andrade — ARENA.

Maranhão

Américo de Souza — ARENA; Eurico Ribeiro — ARENA; Henrique de La Rocque — ARENA; Nunes Freire — ARENA.

Piauí

Dyrno Pires — ARENA; Milton Brandão — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Edilson Melo Távora — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Flávio Marcílio — ARENA; Josias Gomes — ARENA; Leão Sampaio — ARENA; Manoel Rodrigues — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Ossian Araripe — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Djalma Marinho — ARENA; Grimaldi Ribeiro — ARENA:

Paraíba

Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Cláudio Leite — ARENA; Teotônio Neto — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Etelvino Lins — ARENA; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Joaquim Coutinho — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA.

Alagoas

Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; Oceano Carleial — ARENA.

Sergipe

Eraldo Lemos — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Djalma Bessa — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Hannequim Dantas — ARENA; Ivo Braga — ARENA; João Alves — ARENA; José Penedo — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Luiz Braga — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo de Albuquerque — ARENA; Tourinho Dantas — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Élcio Álvares — ARENA; José Carlos Fonsêca — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — ARENA; Dayl de Almeida — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; José da Silva Barros — ARENA; José Haddad — ARENA; José Sally — ARENA; Luiz Braz — ARENA; Márcio Paes — ARENA; Rozendo de Souza — ARENA.

Guanabara

Eurípides Cardoso de Menezes — ARENA; Nina Ribeiro — ARENA; Osnelli Martinelli — ARENA.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Athos de Andrade — ARENA; Aureliano Chaves — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Bias Fortes — ARENA; Delson Scarano — ARENA; Elias Carmo — ARENA; Francelino Pereira — ARENA; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Hugo Aguiar — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; João Guido — ARENA; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Manoel Taveira — ARENA; Nogueira de Rezende — ARENA; Ozanan Coêlho — ARENA; Paulino Cícero — ARENA.

São Paulo

Adhemar de Barros Filho — ARENA; Aldo Lupo — ARENA; Alfeu Gasparini — ARENA; Arthur Fonsêca — ARENA; Baldacci Filho — ARENA; Braz Nogueira — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Chaves Amarante — ARENA; Diogo Nomura — ARENA; Henrique Turner — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Ildélio Martins — ARENA; Ítalo Fittipaldi — ARENA; Mário Telles — ARENA; Maurício Toledo — ARENA; Monteiro de Barros — ARENA; Paulo Alberto — ARENA; Plínio Salgado — ARENA; Roberto Gebara — ARENA; Sylvio Venturolli — ARENA; Sussumu Hirata — ARENA.

Goiás

Brasílio Caiado — ARENA; Henrique Fanstone — ARENA; Jarmund Nasser — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Wilmar Guimarães — ARENA.

Mato Grosso

Garcia Netto — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Lopes da Costa — ARENA; Marcílio Lima — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA.

Paraná

Agostinho Rodrigues — ARENA; Alberto Costa — ARENA; Alípio Carvalho — ARENA; Antônio Ueno — ARENA; Ary de Lima — ARENA; Arnaldo Busato — ARENA; Arthur Santos — ARENA; Braga Ramos — ARENA (SE); Ferreira do Amaral — ARENA; Flávio Giovine — ARENA; Hermes Macêdo — ARENA; Ítalo Conti — ARENA; José Carlos Leprevost — ARENA; Luiz Losso — ARENA (SE); Roberto Galvani — ARENA; Túlio Vargas — ARENA.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Albino Zeni — ARENA; Aroldo Carvalho — ARENA; Dib Cherem — ARENA; Francisco Grillo — ARENA; João Linhares — ARENA; Pedro Colin — ARENA; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Arlindo Kunzler — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Daniel Faraco — ARENA; Helbert dos Santos — ARENA; Lauro Leitão — ARENA; Mário Mondino — ARENA; Milton Cassel — ARENA (ME); Norberto Schmidt — ARENA; Sinval Guazzelli — ARENA; Vasco Amaro — ARENA.

Roraima

Silvio Botelho — ARENA.

RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM "SIM" OS SRS. DEPUTADOS:

Laerte Vieira — Como Líder

Acre

Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Joel Ferreira — MDB.

Pará

João Menezes — MDB; Júlio Viveiros — MDB.

Maranhão

Freitas Diniz — MDB.

Piauí

Severo Eulálio — MDB.

Ceará

Álvaros Lins — MDB; Oziris Pontes — MDB.

Rio Grande do Norte

Henrique-Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB.

Paraíba

Marcondes Gadelha — MDB; Petrônio Figueiredo — MDB.

Pernambuco

Fernando Lyra — MDB; Marcos Freire — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Vinicius Cansanção — MDB.

Bahia

João Borges — MDB; Ney Ferreira — MDB.

Espírito Santo

Argilano Dario — MDB; Dirceu Cardoso — MDB.

Rio de Janeiro

Alberto Lavinas — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Hamilton Xavier — MDB; Walter Silva — MDB.

Guanabara

Alcir Pimenta — MDB; Bezerra de Norões — MDB; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; JG de Araújo Jorge — MDB; Léo Simões — MDB; Lisâneas Maciel — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Miro Teixeira — MDB; Pedro Faria — MDB; Reynaldo Santana — MDB; Rubem Medina — MDB.

Minas Gerais

Fábio Fonsêca — MDB; Jorge Ferraz — MDB; Padre Nóbre — MDB; Renato Azeredo — MDB; Sílvio de Abreu — MDB; Tancredo Neves — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; Athiê Coury — MDB; Dias Menezes — MDB; Francisco Amaral — MDB; Freitas Nobre — MDB; João Arruda — MDB; José Camargo — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Santilli Sobrinho — MDB; Ulysses Guimarães — MDB.

Goiás

Anapolino de Faria — MDB; Fernando Cunha — MDB; José Freire — MDB; Juarez Bernardes — MDB.

Paraná

Alencar Furtado — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Olivir Gabardo — MDB.

Santa Catarina

Francisco Libardoni — MDB; Jaison Barreto — MDB.

Rio Grande do Sul

Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Amaury Müller — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Eloy Lenzi — MDB; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Rodrigues — MDB; Nadyr Rossetti — MDB; Victor Issler — MDB.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Está concluída a votação, que acusa o seguinte resultado: votaram "SIM", 77 Srs. Deputados; votaram "NÃO", 169 Srs. Deputados.

O art. 5º do projeto foi rejeitado.

Rejeitada na Câmara, deixa a matéria de ser submetida ao Senado, ficando, em conseqüência, mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias no sentido de ser comunicado o resultado da votação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Lembro aos Senhores Congressistas que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão a realizar-se hoje, às 19,00 horas neste Plenário destinada a apreciação do veto ao Projeto de Lei da Câmara nº 111/73.

Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 20 minutos.)

ATA DA 33ª SESSÃO CONJUNTA, EM 3 DE ABRIL DE 1974
4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 7ª Legislatura
PRESIDÊNCIA DO SR. PAULO TORRES

Às 19 horas, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — José Guiomard — Geraldo Mesquita — Flávio Britto — José Lindoso — José Esteves — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Clodomir Milet — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Petrônio Portella — Helvídio Nunes — Virgílio Távora — Waldemar Alcântara — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — Luís de Barros — José Freire — Domício Gondim — Ruy Carneiro — João Cleofas — Paulo Guerra — Wilson Campos — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Leandro Maciel — Lourival Baptista — Antônio Fernandes — Heitor Dias — Ruy Santos — Carlos Lindenberg — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Paulo Torres — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — José Augusto — Magalhães Pinto — Carvalho Pinto — Franco Montoro — Orlando Zancaner — Benedito Ferreira — Emival Caiado — Osires Teixeira — Fernando Corrêa — Italívio Coelho — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Mattos Leão — Octávio Cesário — Antônio Carlos — Celso Ramos — Lenoir Vargas — Daniel Krieger — Guido Mondin — Tarso Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Joaquim Macêdo — ARENA; Nosser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Joel Ferreira — MDB; Leopoldo Peres — ARENA; Raimundo Parente — ARENA; Vinicius Câmara — ARENA.

Pará

Américo Brasil — ARENA; Édison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; João Menezes — MDB; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Sebastião Andrade — ARENA.

Maranhão

Américo de Souza — ARENA; Eurico Ribeiro — ARENA; Freitas Diniz — MDB; Henrique de La Rocque — ARENA; João Castelo — ARENA; Nunes Freire — ARENA.

Piauí

Dyrno Pires — ARENA; Heitor Cavalcanti — ARENA; Milton Brandão — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA; Severo Eulálio — MDB.

Ceará

Álvaro Lins — MDB; Edilson Melo Távora — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Josias Gomes — ARENA; Leão Sampaio — ARENA; Manoel Rodrigues — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Oziris Pontes — MDB; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Djalma Marinho — ARENA; Grimaldi Ribeiro — ARENA; Henrique-Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Vingt Rosado — ARENA.

Paraíba

Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Cláudio Leite — ARENA; Janduhy Carneiro — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Petrônio Figueredo — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Etelvino Lins — ARENA; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Joaquim Coutinho — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Magalhães Melo — ARENA; Marco

Maciel — ARENA; Marcos Freire — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Sampaio — ARENA; Oceano Carleial — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Eraldo Lemos — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; Luiz Garcia — ARENA; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Djalma Bessa — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Hannequim Dantas — ARENA; Ivo Braga — ARENA; João Alves — ARENA; João Borges — MDB; José Penedo — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Luiz Braga — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo de Albuquerque — ARENA; Tourinho Dantas — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARE NA.

Espírito Santo

Argilano Dario — MDB; Dirceu Cardoso — MDB; Élcio Álvares — ARENA; José Carlos Fonsêca — ARENA; José Tasso de Andrade — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Dayl de Almeida — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Hamilton Xavier — MDB; José da Silva Barros — ARENA; José Haddad — ARENA; José Sally — ARENA; Luiz Braz — ARENA; Márcio Paes — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Peixoto Filho — MDB; Rozendo de Souza — ARENA; Walter Silva — MDB.

Guanabara

Alcir Pimenta — MDB; Bezerra de Norões — MDB; Célio Borja — ARENA; Eurípides Cardoso de Menezes — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; JG de Araújo Jorge — MDB; Léo Simões — MDB; Lisâneas Maciel — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Miro Teixeira — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osnelli Martinelli — ARENA; Pedro Faria — MDB; Reynaldo Santana — MDB; Rubem Medina — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Athos de Andrade — ARENA; Aureliano Chaves — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Bias Fortes — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Delson Scarano — ARENA; Elias Carmo — ARENA; Fábio Fonsêca — MDB; Fernando Fagundes Netto — ARENA; Francelino Pereira — ARENA; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Hugo Aguiar — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; João Guido — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Manoel Taveira — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nogueira de Rezende — ARENA; Ozanan Coêlho — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Sílvio de Abreu — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; Adhemar de Barros Filho — ARENA; Aldo Lupo — ARENA; Alfeu Gasparini — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Arthur Fonsêca — ARENA; Athiê Coury — MDB; Baldacci Filho — ARENA; Braz Nogueira — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Chaves Amarante — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Faria Lima — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Freitas Nobre — MDB; Henrique Turner — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Ildélio Martins — ARENA; Ítalo Fittipaldi — ARENA; João Arruda — MDB; José Camargo — MDB; Mário Telles — ARENA; Maurício Toledo — ARENA; Monteiro de Barros — ARENA; Orensy Rodrigues — ARENA; Pacheco Chaves — MDB; Paulo Abreu — ARENA; Paulo Alberto — ARENA; Plínio Salgado — ARENA; Roberto Gebara — ARENA; Ruydalmeida Barbosa — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Silvio Lopes — ARENA; Sylvio Venturolli — ARENA; Sussumu Hiratá — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB.

Goiás

Anapolino de Faria — MDB; Ary Valadão — ARENA; Brasílio Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Henrique Fanstone — ARENA; Jarmund Nasser — ARENA; José Freire — MDB; Juarez Bernardes — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Wilmar Guimarães — ARENA.

Mato Grosso

Emanuel Pinheiro — ARENA; Garcia Netto — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Lopes da Costa — ARENA; Marcílio Lima — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA.

Paraná

Agostinho Rodrigues — ARENA; Alberto Costa — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ary de Lima — ARENA; Arnaldo Busato — ARENA; Arthur Santos — ARENA; Braga Ramos — ARENA (SE); Ferreira do Amaral — ARENA; Flávio Giovine — ARENA; Hermes Macêdo — ARENA; Ítalo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; José Carlos Leprevost — ARENA; Luiz Losso — ARENA (SE); Mário Stamm — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Roberto Galvani — ARENA; Túlio Vargas — ARENA.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Albino Zeni — ARENA; Aroldo Carvalho — ARENA; Dib Cherem — ARENA; Francisco Grillo — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; Laerte Vieira — MDB; Pedro Colin — ARENA; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Amaury Müller — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Célio Marques — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Clóvis Stenzel — ARENA; Daniel Faraco — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Getúlio Dias — MDB; Helbert dos Santos — ARENA; Jairo Brum — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Milton Cassel — ARENA (S); Nadyr Rossetti — MDB; Norberto Schmidt — ARENA; Sinval Guazzelli — ARENA; Vasco Amaro — ARENA; Victor Issler — MDB.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Silvio Botelho — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — As listas de presença acusam o comparecimento de 64 Srs. Senadores e 281 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Braga Ramos. **(Pausa.)**

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Florim Coutinho. **(Pausa.)**

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Bresolin.

O SR. ANTÔNIO BRESOLIN (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Considero o teatro uma das distrações mais preciosas, mais belas e que mais contribuem para aprimorar a cultura e sublimar o espírito da criatura humana. Naturalmente, refiro-me ao bom teatro, aquele que instrui, deleita e educa. Sílvio Romero disse com muito acerto que "a função do teatro é educar".

Ocorrem-me estas considerações face ao que assisti há poucos dias aqui em Brasília. Diante da propaganda feita pela televisão, fui ver a peça "Greta Garbo". Qual não foi a minha decepção, depois de tanta propaganda. O elenco, três figuras, era dos piores que já vi. E a peça, além de sórdida, não continha nenhuma mensagem.

Resido em Brasília desde 1963 e, de certa forma, considero-me brasiliense. E como brasiliense me senti envergonhado, pois elementos sem escrúpulos pretendem transformar a Capital da República, no que há de mais requintado e sublime, em modesta cidade do interior. Pior do que isso, porque no interior, onde existe acentuado senso de moral, a apresentação dessa peça nem seria permitida.

Artistas desse quilate devem procurar outras cidades, compatíveis com seu nível artístico e seu estofo moral. A prata de casa é muito melhor. Temos aqui elementos de grande valor artístico e, incluindo o corpo diplomático, Brasília conta hoje com sociedade requintada, em condições de assistir às melhores representações teatrais do mundo.

Não sou um puritano. Rebelo-me, no entanto, contra a mediocridade e as peças de baixo-calão.

É por isto, precisamente, que sou um entusiasta da conclusão do Teatro Nacional.

Quando aqui esteve aquele famoso conjunto alemão — o Singau — o Teatro Nacional, durante três noites consecutivas, permaneceu superlotado. Isto confirma que a sociedade brasiliense sabe apreciar o que é bom. E há pouco tempo, quando esteve em Brasília renomada companhia inglesa, o Ginásio de Desportos também esteve superlotado. Isto apesar de o Teatro Nacional não estar concluído e do Ginásio de Desportos ter sido adaptado para a apresentação. Imagine-se o que acontecerá no dia em que o nosso modernissimo Teatro Nacional estiver pronto...

Até hoje as administrações se empenharam na construção do autódromo, do estádio de futebol, do Ginásio de Desportos, piscinas etc. Tudo isto merece os nossos aplausos. Que o novo Governador de Brasília, conforme reclamei na sessão matinal, se empenhe agora na conclusão do Teatro Nacional, obra tantas vezes reclamada pela sociedade brasiliense.

Concluído o Teatro Nacional, os marginais da ribalta não terão mais condições de atuar em Brasília. Por outro lado, grandes companhias, nacionais e internacionais, virão atuar aqui, deleitando, instruindo e aprimorando a cultura do espírito da nossa sociedade.

Em nome da sociedade de Brasília: Sr. Governador, conclua o Teatro Nacional **(Muito bem!)**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Cardoso de Almeida.

O SR. CARDOSO DE ALMEIDA (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Focalizo, aqui, o problema do algodão. No momento torna-se necessário que se libere a exportação desse produto, vez que se está colhendo algodão e as chuvas de março no Sul do País deterioraram muito a sua qualidade.

Temos 40% dessa fibra de qualidade inferior, do tipo 6,5 até o 8, tipos esses não usados pela indústria têxtil nacional. Por conseguinte, não há razão nenhuma para que esse algodão permaneça nas mãos dos produtores e invendável, porquanto não há interesse interno.

Sr. Presidente, torna-se necessário que se libere imediatamente a exportação do algodão de tipo inferior. Prova desta afirmativa é que os tipos de algodão 6 para melhor estão firmes, são procurados e têm o seu preço estável, e, por seu turno, os tipos baixos caem em média dois cruzeiros por dia, já há algum tempo.

Como há necessidade iminente de os produtores dos Estados do Paraná, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo negociarem sua mercadoria, torna-se urgente a medida.

Quem sabe se daqui desta tribuna as nossas autoridades econômico-financeiras tomem conhecimento do assunto, e resolvam, pois, com brevidade, o problema angustiante por que atravessa o tipo baixo de algodão, invendável no momento. **(Muito bem!)**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Walter Silva.

O SR. WALTER SILVA (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Continuam as intervenções nos sindicatos. Mudou o Governo, mas não mudou a política sindical. Infelizmente.

Em Niterói, no Estado do Rio, duas chapas se apresentaram para disputar as eleições no Sindicato dos Metalúrgicos. Uma encabeçada pelo sindicalista Pery Guimarães e outra pelo metalúrgico, também, Lourival de Araújo. O primeiro representava a Oposição e o segundo a Situação. Normal, normalíssimo, em um pleito que seria democrático.

A Delegacia do Trabalho, contudo, sem motivar sua decisão, vetou os nomes!

O candidato Pery Guimarães impetrou mandado de segurança contra o ato arbitrário da autoridade, na Justiça Federal.

Ocorre que, após o resultado das eleições em que a chapa da Oposição venceu, o Delegado do Trabalho decretou intervenção do Sindicato, nomeando uma Junta Interventora — prática sempre deplorada na vida sindical, pelo que contém de draconiana e antidemocrática.

Aconteceu coisa mais grave. Logo após a Junta Interventora tomar posse, foi a ela dado um prazo para dispensar o Dr. Hilson César de Oliveira, advogado do Sindicato, de suas funções, fato inconstitucional e ilegal e até de caráter criminoso, eis que a Constituição garante o livre exercício de qualquer profissão e o Código Penal pune o impedimento desse mesmo livre exercício profissional. No dia 25 de março último foram chamados ao Gabinete do Delegado Regional do Trabalho, no Estado do Rio todos os Presidentes de Sindicatos de Niterói, sendo-lhes transmitida a estranha ordem de destituição do aludido causídico.

A Ordem dos Advogados do Brasil tomou ciência do grave acontecimento e está tomando providências, no exercício de suas prerrogativas de órgão defensor da classe dos profissionais do Diretor, tendo formado uma Comissão de Advogados para se entender com o referido Delegado do Trabalho, que teria negado a determinação, eis que essas ordens não são dadas por escrito, e sim verbalmente, como é prática antiga do Ministério.

Acreditamos que o atual Ministro, ex-Deputado Arnaldo Prieto, que iniciou no Ministério do Trabalho uma tarefa de oxigenação do ambiente, não saiba desses fatos, ou se o sabe, o sabe de forma destorcida.

É preciso pôr cobro a tais expedientes, que não condizem com os tempos modernos, com os foros de Nação civilizada de que goza o Brasil. Essas práticas medievais não se justificam mais, mesmo em nome da Revolução que, há dez anos, deu-se à tarefa de limpar o ambiente sindical, não sendo possível que ainda não o tenha feito suficientemente.

Apelamos pois ao Sr. Ministro Arnaldo Prieto, para que tome as providências cabíveis e determine uma revisão, não só neste caso, mas em todos os casos de intervenção sindical no Brasil, para que a vida sindical volte à sua normalidade no País.

Muito obrigado a V. Exª (**Muito bem! Palmas.**)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Ferreira do Amaral.

O SR. FERREIRA DO AMARAL — Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ocupo hoje a tribuna desta Casa para trazer a minha solidariedade irrestrita à classe médica do Paraná, agitada e ferida em sua dignidade e em seus legítimos interesses. É que, Sr. Presidente, não vemos razão alguma para que o Governo, pelos seus órgãos subsidiários, em vez de dirigir ou administrar, como de seu dever, delegue poderes a particulares, ou melhor diria a firmas particulares, para a contratação de serviços médico-hospitalares no setor da Previdência.

Sou porta-voz da repulsa que vem causando em meu Estado um fato estarrecedor. É que a compra pelo INPS, de dois dos mais bem equipados hospitais de Curitiba, Hospital Santa Cruz e Maternidade do Portão — dois estabelecimentos extremamente ativos —, causou acentuada diminuição de leitos hospitalares disponíveis, acarretando deficiência no atendimento à população e a impossibilidade de cerca de cem médicos trabalharem, pois ambos estão fechados.

Entre os vários problemas colocados para que providências sejam tomadas, o médico Francisco Beduschi ressalta que o "INPS pretende locar serviços médicos através de firma particular do Rio. Mas a referida locação é extremamente danosa por contrariar a ética médica, aviltar a profissão e ser dispendiosa para o Instituto, além de ineficiente aos doentes. Há mal-estar junto à população médica, face ao alarmante rumo que possam tomar os acontecimentos. Esperamos que sejam resguardados os princípios de justiça, que possibilitem condições dignas para o trabalho médico e direito do beneficiário (do INPS)".

Através de documentos assinados pelo médico Francisco Beduschi, mostra-se que "a firma Serviços Médicos e Hospitalares Ltda. (do Rio), já está atuando em Curitiba, aliciando pessoal subalterno e com grandes possibilidades de iniciar esta semana tentativas de aliciamento dos médicos".Mas a Associação Médica, o Conselho Regional de Medicina e a Associação Profissional dos Médicos do Paraná são contrários a esse "tipo de contratação de mão-de-obra médica". Segundo Francisco Beduschi, falando em nome dos Médicos, "necessitamos forte suporte político para podermos continuar a luta desigual, pois a presidência do INPS se recusa a estabelecer poderes ao superintendente regional do Instituto para negociar com a Associação Profissional dos Médicos do Paraná, que tem, pronto e para imediata aplicação, um plano de assistência para hospitais do INPS, sem ferir com isso os princípios de justiça e ética médica".

Para ele, "é estranho que o referido plano ainda não tenha sido analisado pela presidência do Instituto". O memorial enviado ao Ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, cita promessa de que "a situação dos médicos já atuantes nos dois hospitais seria mantida e seus direitos respeitados. Todavia, pelo Ofício nº 43, de janeiro de 1974, da Previdência do INPS, foi oferecida ao SESI do Paraná, a possibilidade de funcionar como locadora do serviço de pessoal desses hospitais, incluindo os médicos. Na minuta do referido contrato de locação, nada encontramos que nos permitisse julgar que seria cumprida a promessa de serem respeitados os direitos dos médicos citados".

DIREITOS

Como todos os serviços médicos especializados — continua o memorial — que funcionaram nos referidos hospitais o faziam em regime de "Comodato", acreditamos que a pura e simples contratação dos serviços médicos dentro dos moldes propostos pelo SESI não satisfaçam aos requisitos mínimos para serem respeitados os direitos adquiridos pelos médicos, porque a remuneração oferecida é acentuadamente inferior à que vinha sendo percebida pelos médicos; dentro da remuneração oferecida seria impossível ao corpo clínico continuar a dedicar o mesmo tempo que vinha empregando no atendimento dos doentes. Os médicos trabalhavam praticamente em regime de tempo integral e muitos com dedicação exclusiva. Tornar-se-ia necessário aumentar grandemente o número de médicos atuantes, sem satisfação financeira para nenhum deles, diversificando a qualidade e desmontando as equipes. Este aumento do número de médicos atuantes, além de nada acrescentar à qualidade do serviço (vem diminuir a capacidade individual dos médicos que ainda não atuam nos hospitais adquiridos pelo INPS), iria elevar as despesas do Instituto aos níveis atuais, se não ultrapassá-lo.

O terceiro motivo alegado pela Associação é que o atendimento médico dos associados ao INPS, seus dependentes, tem sido feita até o momento em regime de credenciamento; e uma contratação por salário mensal seria uma alteração do "status" atual. (O previdenciário ficaria reduzido à condição de um anônimo dentro de uma linha de produção em massa). O quarto argumento considera que, como os serviços médicos especializados vinham funcionando nos hospitais adquiridos pelo INPS em Curitiba em regime de comodato, poderia advir daí uma demanda judicial que seria desagradável para ambos os lados, onde ninguém sairia ganhando.

É preciso que seja outorgada à Superintendência do INPS no Paraná poderes para que seja mantido diálogo com a APROMEPAR — Associação dos Profissionais Médicos do Paraná — e a solução poderia ser procurada num meio termo: nem emprego maciço como assalariado, nem liberalização completa do atendimento, destaca o memorial. A APROMEPAR aponta, como "soluções justa e satisfatória, a instalação dos serviços de "Pronto Atendimento" nos hospitais em pauta, utilizando os recursos já existentes e com atendimento por médicos que já prestam esses serviços ao INPS e são dele assalariados. Esse regime, diz por último o memorial, "já existe e não constituiria novidade seu funcionamento."

Em janeiro de 1974, quando o INPS adquiriu estes dois hospitais, os médicos que neles trabalhavam ficaram naturalmente aturdidos, procurando saber qual a orientação que seria dada pelo referido Instituto para fazer funcionar os mencionados hospitais.

A exploração por uma firma adrede organizada com fins comerciais, hão de convir os Srs. Congressistas, violenta os interesses dos profissionais e avilta a remuneração justa. Por que, pergunto eu, há de se diminuir o ganho daquele que trabalha em benefício de "empreiteiros"? Parece-me, salvo melhor interpretação, uma perigosa experiência.

Disse-me o Dr. Francisco Beduschi, Presidente da Associação Profissional dos Médicos do Paraná e do seu Sindicato. "Tínhamos conhecimento da existência de uma firma do Rio de Janeiro, denominada Serviços Médicos e Hospitalares Ltda., que se vinha propondo a funcionar como locadora de mão-de-obra não só do pessoal de infra-instrutura, mas também do pessoal médico. Sabedores de que a referida locação já havia sido condenada por Associações Médicas Regionais, pela Associação Médica Brasileira e por diversos Conselhos Regionais de Medicina, procuramos evitar que esta locação se efetivasse em Curitiba não só pelos princípios éticos que ela feria mas também por considerarmos que o sistema de locação dos serviços médicos através de firma particular feria os interesses financeiros da classe médica.

A Ordem de Serviço nº PR-900.8, de 11 de julho de 1973, publicada no BS/DS 132, de 12-7-73, recomendava às Superintendências Regionais do INPS que se valessem dos serviços da firma Serviços

Médicos e Hospitalares Ltda. para a prestação de mão-de-obra especializada nos hospitais do INPS. Como conseqüência, a APROMEPAR através do Ofício nº 07/74, de 22 de janeiro de 1974, solicitou junto ao General Adalberto Massa, digníssimo Delegado Regional do Trabalho no Paraná, gestões junto ao Ministério do Trabalho e Previdência Social no sentido de que as atividades da firma locadora não se fizessem junto à classe médica. Dava como motivos principais para esta solicitação os prejuízos causados à classe médica tanto do ponto de vista profissional como ético, trazendo como conseqüência uma perda de confiança por parte destes profissionais na segurança que lhes poderia advir da Sindicalização incipiente em nosso Estado.

A Delegacia Regional do Trabalho do Estado do Paraná, em Ofício DRT/GD/037/74, de 29 de janeiro de 1974, comunicou-se com o Dr. Gilson Luiz Vianna, digníssimo Secretário do Trabalho do MTPS, solicitando fossem atendidas as reivindicações da APROMEPAR. No referido ofício corroborava com as apresentações manifestadas pela Associação Profissional dos Médicos do Paraná, uma vez que a locação dos serviços médicos nos moldes propostos pela Presidência do INPS (locação dos serviços médicos através de firma particular) "contrariava a política dominante da Revolução de 1964 e criaria um mal-estar entre a classe médica vinculada ao MTPS, através da APROMEPAR, com graves reflexos no funcionamento do próprio INPS neste Estado".

Paralelamente a estes fatos, a Presidência do INPS enviava ofício datado de 22 de janeiro de 1974, ao SESI do Paraná oferecendo ao mesmo a possibilidade de vir a funcionar como locador dos serviços de mão-de-obra nos hospitais do INPS em Curitiba. O SESI recusou esta incumbência, baseando-se no parecer de comissão criada para estudar o assunto.

Ainda ontem, na **Gazeta do Povo**, órgão de grande circulação no Estado, encontrei um ofício assinado por profissionais da mais alta expressão na classe médica do Paraná, ao Diretor Superintendente do INPS regional, Roberto Alves que gostaria de transcrever:

"Prezado Senhor

As representações da classe, abaixo assinadas, vêm à presença de V. Sa. manifestar seu ponto de vista contrário à contratação de firma particular para locação de serviços de mão-de-obra nos hospitais próprios do INPS do Paraná.

Concomitantemente firmamos nosso ponto de vista contrário à locação de serviços médicos pelo mesmo sistema, por julgarmos prejudicial à medicina, ao médico e ao paciente, além de ir contra os princípios da justiça e da deontologia.

Consenqüentemente, solicitamos a V. Sa, que suste os entendimentos com a firma SERVIÇOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA., ou de qualquer outra similar, que venha funcionando como locadora de mão-de-obra para os hospitais do INPS do Paraná, até que sejam ouvidas as partes abaixo assinadas e estudada uma solução que não acarrete desarmonia, insegurança, insatisfação e exploração dos serviços médicos auxiliares."

Na oportunidade aproveitamos o ensejo para apresentar-lhe nosso protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Dr. Francisco Xavier Beduschi
Presidente da Associação Profissional dos Médicos do Estado do Paraná.

Dr. Iseu S.E. Affonso Costa
Presidente da Associação Médica do Paraná

Dr. Antônio Jorge Ribeiro de Camargo
Presidente da Associação Paranaense de Hospitais

Dr. Moysés Pacionik
Presidente do Sindicato dos Hospitais, Clínicas e Casas de Saúde de Curitiba.

Sr. Presidente, se esta é a Casa do Povo, há de ter a ressonância que espero, este pronunciamento, por justo e válido.

Estou certo de que ao Ministro Arnaldo Prieto o assunto é mais um desafio a resolver.

Homem de rara sensibilidade, parlamentar e político experimentado, há de ser, pelas exemplares qualidades que exornam sua personalidade, também o Ministro justo e compreensivo.

A classe médica não precisa que subloquem seus serviços. Ela quer trabalhar sem dar participação de lucros a apaniguados ou a entidades que se formem para auferir vantagens dos seus serviços. Repito, acho perigosa a medida que se quer impor e implantar.

Receber ou locupletar-se com o trabalho de outrem, há que se convir, é uma forma também de enriquecimento ilícito. (**Muito bem!**)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Argilano Dario. (**Pausa.**)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Ernesto Valente.

O SR. ERNESTO VALENTE (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Tenho-me ocupado das recentes inundações que infelizmente vêm castigando o meu Estado, o Ceará. Por duas vezes, da tribuna da Câmara, relatei os fatos, que ali se vêm sucedendo. Na sessão do dia 19 de março já clamava por providências do Governo Federal de apoio às populações vítimas do flagelo das cheias.

Viajei ao Ceará e percorri a região inundada do baixo Jaguaribe, àquela época atingindo já as cidades de Aracati, Itaiçaba e Jaguaruana. E da tribuna da Câmara dos Deputados, no dia 26 de março, apresentava o relatório das minhas observações.

Para que estes pronunciamentos constem desta exposição que ora faço ao Congresso Nacional, pediria a V. Exª, Sr. Presidente, a necessária autorização para que os mesmos fossem incluídos no meu discurso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — V. Exª será atendido.

O SR. ERNESTO VALENTE — Hoje à tarde tive contato, por telefone, com o Governador em exercício, Deputado Almir Pinto, Presidente da Assembléia Legislativa, e S. Exª me informou que infelizmente a situação dia a dia se vem agravando na região jaguaribana do Ceará. Não só aquelas cidades foram atingidas, mas, também, as de Limoeiro do Norte e Russas. Também na zona norte do Estado do Ceará a região banhada pelo rio Acaraú, compreendendo as cidades de Sobral e Acaraú e outras localidades ribeirinhas daquele rio as inundações estão castigando, duramente, as populações. São milhares de desabrigados e a situação determinou a vinda do próprio Governador César Cals a Brasília para, pessoalmente, relatar os acontecimentos aos Ministros e ao Presidente da República.

Devo dizer que o Governo Federal tem-se mostrado sensível, não somente ao drama da inundação de outros Estados mas, também ao do meu Estado, o Ceará, que está incluído entre aquelas regiões declaradas de calamidade pública.

Assim, esperamos que nos próximos dias as medidas de socorro às populações, por parte dos Governos Federal, Estadual e Municipais, se transformem, realmente, num lenitivo para as populações flageladas do Estado do Ceará. (**Muito bem!**)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO DEPUTADO ERNESTO VALENTE, NA SESSÃO DE 19-3-74:

O SR. ERNESTO VALENTE (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o noticiário da imprensa dos últimos dias vem registrando as inundações do rio Jaguaribe, no meu Estado. Estão seriamente atingidas as cidades de Aracati, Itaiçaba e Jaguaruana. Os Prefeitos dessas localidades vêm tomando as providências cabíveis para minorar as angústias da população flagelada, sobretudo nas áreas suburbanas daquelas cidades ribeirinhas do grande rio Jaguaribe.

Sr. Presidente, com a construção dos reservatórios de Orós e Banabuiú — que em linguagem tupi significa "riacho das borboletas" — pensávamos, os habitantes do Baixo Jaguaribe, que estávamos livres do terrível flagelo das inundações que vez por outra atingiam o vale, causando prejuízos consideráveis, desalojando a população, destruindo plantações e, finalmente, desorganizando toda a economia regional. Mas, neste ano, verifica-se que — não obstante o grande reservatório de Orós, e, diga-se de passagem, vem ele sangrando desde fevereiro último, juntamente com o açude Banabuiú, o qual distribui águas para irrigação do Projeto Morada Nova — o vale jaguaribano continua sujeito ao flagelo das inundações.

Evidentemente não haverá mais — pelo menos esperamos — aquelas terríveis enchentes, como a que assisti, nos idos de 1924, na minha cidade, quando praticamente toda a população, não só de Aracati, minha terra natal, como de todas as cidades do vale jaguaribano, foram desalojadas devido ao volume das águas impetuosas do rio Jaguaribe e dos seus afluentes.

Daí se conclui, Sr. Presidente, de pronto, que há necessidade imperiosa de que novas barragens sejam construídas, a jusante ou a montante do açude Orós, antes de atingirem as áreas de irrigação de Morada Nova. Porém, mais urgente e necessária se torna a construção da grande barragem do rio Salgado, e por sinal, um dos maiores afluentes do rio Jaguaribe, e que nesta época do ano corre caudaloso, provocando, juntamente com as águas que saem dos sangradouros dos açudes da bacia do Jaguaribe, essas inundações que estão causando tanto prejuízo ao meu Estado.

Nesta oportunidade, ao fazer este registro, quero também dizer que o Governador César Cals, ajudando as prefeituras municipais, já está tomando as primeiras providências para socorrer as populações flageladas pelas inundações. Mas mister se torna que os Srs. Ministros da Saúde e do Interior igualmente adotem medidas para, conjuntamente com as autoridades municipais e estaduais, socorrer devidamente as populações atingidas por essa calamidade.

Encerrando, quero comunicar que amanhã estarei viajando para o Ceará. De Fortaleza irei ao Vale do Jaguaribe para, pessoalmente, levar minha solidariedade àqueles que estão acossados pelo flagelo das cheias e também para oferecer, depois, meu depoimento às autoridades federais, a fim de que outras providências sejam tomadas para minorar o sofrimento dos meus conterrâneos jaguaribanos.

Era o que tinha a dizer. (**Muito bem!**)

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO ERNESTO GURGEL VALENTE, NA SESSÃO DE 26-3-74:

O SR. ERNESTO GURGEL VALENTE (**Sem revisão do orador.**) — Sr. Presidente, conforme tive ensejo de anunciar nesta tribuna, estive no fim desta semana no Ceará, precisamente com o objetivo de verificar **in loco** a situação dos Municípios do Baixo Jaguaribe, duramente castigados pelas inundações nesta época do ano. Visitei a cidade de Aracati e vi com os meus próprios olhos o drama de centenas de famílias desalojadas de suas casas, ocupando igrejas, prédios de armazéns, clubes de mães, edifício da LBA, numa promiscuidade realmente das mais dolorosas, muitos deitados no chão, crianças passando necessidades.

A vida daquela pobre gente da minha cidade está inteiramente desorganizada. O Prefeito, Sr. Abelardo Costa Lima Filho, desdobra-se para atender a todos, em face da precariedade dos recursos da sua municipalidade. E a mesma situação ocorre nas cidades vizinhas de Itaiçaba e Jaguaruana.

Em Aracati, mais de quinhentas casas foram atingidas sábado último; em Jaguaruana, cerca de trezentas; em Itaiçaba, praticamente toda a cidade já se encontra cercada d'água, apenas o centro ainda oferece alguma possibilidade de permanência nos estabelecimentos comerciais e nas residências.

E neste fim-de-semana a situação se agravou em várias outras comunidades cearenses, principalmente na cidade de Canindé. Naquele Município, uma ponte, na BR-20, foi destruída pelo ímpeto das águas do rio Canindé. Também a cidade de Mombaça, no vale do Banabuiú, com a queda de uma ponte na Estrada do Algodão, encontra-se incomunicável com o resto do Estado.

Tive igualmente notícias de grandes precipitações pluviométricas e inundações nas cidades de Lavra da Mangabeira, Senador Pompeu e Campos Sales. Esta última, que não sabia o que era uma inundação, este ano está sofrendo privações e dificuldades oriundas da catástrofe climática que está se abatendo sobre nosso Estado.

Para que se tenha uma idéia do rigor deste inverno, Sr. Presidente, basta dizer que em Fortaleza, este ano, os pluviômetros já registram precipitações acima de 1.500 mm, e ainda falta chover o resto de março e o mês de abril, conhecido no Nordeste como o "mês das águas mil", das grandes inundações. E o quadro não se modificará, porque, no Nordeste, mesmo nos anos de invernos escassos, em abril sempre cai mais água do que nos outros meses.

Assim, nesta conjuntura, com tantas famílias desabrigadas, não temos outro caminho senão apelar com toda a veemência para o Sr. Ministro do Interior, Sr. Maurício Rangel Reis, que por sinal se encontra hoje em Fortaleza para dar posse ao novo Diretor do DNOCS, Engenheiro José Oswaldo Pontes, e amanhã estará em Recife, na posse do Engenheiro José Lins, à frente da SUDENE.

Apelamos para S. Exª, apelamos para o Grupo Especial de Calamidades Públicas, GESACAP, chefiado pelo General Muiz Mendes da Silva, no sentido de que mandem alimentos para aquelas populações. Não é preciso muita coisa. Basta um pouco de feijão e de farinha para minorar a fome daquela gente pobre, sofrida, que realmente está passando necessidades. A fome já está atingindo os lares de centenas e talvez de milhares de famílias no meu Estado, sobretudo nessas regiões a que me referi. Expus ao Governador César Cals a situação que nos foi dado observar, tendo S. Exª prometido imediatas providências para atendimento às vítimas das enchentes.

Dirijo, finalmente, apelo especial ao Sr. Ministro da Saúde, para que envie medicamentos e as vacinas mais indispensáveis para prevenir maiores danos à saúde das populações atingidas.

Era o que tinha a dizer. (**Muito bem!**)

O SR. PRESIDENTE (**Paulo Torres**) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Monteiro de Barros.

O SR. MONTEIRO DE BARROS (**Pronuncia o seguinte discurso.**) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Ao longo da fronteira norte de São Paulo, o Vale do Rio Grande, quase 80% dos municípios onde a pecuária constitui a principal atividade, figuram como "colar de Esmeraldas valiosas", tornando realidade a expressão lapidar de Olavo Bilac.

Berço de Bandeirantes, plantou São Paulo, naquela magnífica região, as bases do seu sistema econômico fundado na pecuária. Basta lembrar que Barretos é chamada a "Capital do boi", enquanto outras unidades municipais são bases de cultura como a da soja, do sorgo, do algodão, do milho, do amendoim e de outras atividades econômicas.

Naquela região, sob a inspiração do nobre jornalista João Monteiro de Barros Filho, nasceu e se desenvolveu a Associação dos Municípios do Vale do Rio Grande, cuja missão principal é a de lutar pelo engrandecimento de toda a região.

Das lutas citadas pela AMVARIG, destacam-se inúmeros benefícios públicos, representando obras do mais alto valor social, desde a construção de escolas, à abertura e pavimentação de rodovias, e facilidades de financiamentos para a lavoura e a pecuária.

Em todos os setores da administração pública a atuação da AMVARIG é recebida como colaboração de inestimável valor, de modo que o seu prestígio é cada vez mais destacado. Representando cada um dos municípios isoladamente e falando, também, em nome de todos ao mesmo tempo, a AMVARIG encontra abertas todas as portas dos órgãos de Governo.

Tal como a CODIVP, a magnífica representante do Vale do Paraíba, também, no Estado de São Paulo a AMVARIG tem planos

objetivos em favor do desenvolvimento de toda a região do Rio Grande. É por isso considerada como fator inestimável para o engrandecimento econômico da região de São Paulo e do Brasil também.

Bem por isso é que o jornalista João Monteiro de Barros Filho é considerado benemérito de toda aquela região, onde o seu Jornal **O Diário**, de Barretos, está presente em todos os lares. Tão identificados estão a AMVARIG e o nobre jornalista, que ambos são considerados como indispensáveis ao desenvolvimento regional.

Em junho do ano passado, para reivindicar melhoramentos outros para a região, a AMVARIG esteve reunida no Palácio Bandeirantes, ocasião na qual manteve contato direto com todos os Secretários de Estado, Deputados Estaduais e Federais. Exposto, pelos Secretários de Estado, o programa de obras e serviços destinados a atender as reivindicações dos municípios daquela região, o seu Presidente Dr. Waldemar Chubacci, Prefeito Municipal de Guaíra, assinalou um clima de confiança reinante entre os seus pares, quanto à execução rápida dos programas relatados.

Bem por isso, a passagem do 5º Aniversário de fundação de **O Diário**, pelo seu digno diretor, jornalista João Monteiro de Barros Filho, deu margem a uma impressionante manifestação de solidariedade à atuação daquele jornal, bem como de exaltação do trabalho desenvolvido pelo seu diretor.

Se tomarmos em consideração o fato de ser **O Diário** o jornal que circula no interior, sem a projeção internacional dos editados nas Capitais, e apurarmos os benefícios carreados para a região, pelas suas batalhas, seremos obrigados a reconhecer e proclamar que o jornalista João Monteiro de Barros Filho erigiu em Barretos um dos mais belos e eficientes sistemas de comunicação, justo motivo de orgulho para toda a região por ele servida.

Para o **O Diário**, pelo seu 5º aniversário, e a AMVARIG, pelos magníficos serviços prestados à região, quero oferecer o testemunho de meu respeito e entusiasmo, com os votos de novas e importantes vitórias. (**Muito bem! Palmas.**)

O SR. PRESIDENTE (**Paulo Torres**) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Florim Coutinho.

O SR. FLORIM COUTINHO (**Pronuncia o seguinte discurso.**) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A Antártida é uma verdadeira sentinela, à vanguarda do controle marítimo e aéreo mundiais, o que lhe confere valiosíssima posição estratégica.

Sr. Presidente, assim, queremos que a nossa Marinha tome a vanguarda e olhe por aquele território, que é nosso.

Já há algum tempo falei, nesta Casa, sobre a Antártida, o misterioso Continente Branco que, aliás, não é mais tão misterioso, atualmente. Lá existe muita gente fazendo muitas coisas e coisas que não se sabe o que é, e que, ao que tudo indica, não são nada de bom. Gente que nada tem a ver com a Antártida, que não tem nenhum direito de estar lá e que, inclusive, está metida em regiões que, pelo princípio da confrontação, a outros podem pertencer. Estão lá os russos que, pelo referido princípio estão solidamente estabelecidos no Pólo Norte e também no do Sul, sem princípio algum. Os norte-americanos, idem, idem. E japoneses, polacos, alemães, ingleses e mais um bando de tipos que não têm direito algum de lá estar. Mas, estão, e alguns fazendo "misérias", sob os mais variados pretextos, como estudos e pesquisas científicas, as meteorológicas em particular, pois estas são as mais perigosas, como veremos adiante. "Cavando" petróleo e outros recursos minerais; urânio, talvez, e inclusive. Todos, bem equipados, com aparelhagem moderna e que não se conhece; e nem se sabe bem para o que servem nem como e para o quê vêm sendo empregados. O certo é que ninguém sabe o que está havendo no fundo dos mares e nas altas camadas da atmosfera terrestre; o que está andando ou estacionado nessas zonas vitais para a vida dos terráqueos. Mas, coisa boa não é, tenho certeza. E é certo também que nem Deus saiba o que é... mas o Diabo o sabe muito bem.

Vejamos, agora, algumas observações que julgo oportunas e até desejaria que tivessem a máxima divulgação, para provocar explicações dos técnicos e cientistas, particularmente os meteorologistas, geógrafos, físicos e mais alguns especialistas. Que venham a campo até para me desmentir, para dizer que está tudo "legal", que não há perigos ocultos, que todos estão trabalhando unicamente para o bem da Ciência e da Humanidade e são apenas uns abnegados e inocentes anjos de bondade e ternura.

A respeito de pólos terrestres e regiões polares só pouca gente sabe alguma coisa. Muitas explicações existem para o simples fato incontestável da agulha imantada das bússolas se dirigir, sempre, para o Pólo Norte (pólo magnético). Muito bem! Mas como se explica que não se dirija para o pólo Sul ou outra direção? Poderia haver isso? Não poderia?

Mistério e silêncio, eis a resposta, a não ser que algum cientista tenha outra. Se tem, que venha explicar, pois será bom e interessante saber. Este é apenas um exemplo, pois há ainda muitas coisas inexplicáveis a respeito dos Pólos da Terra. Que ficam no ar ...

Num discurso, em agosto de 1971, falei o bastante e o que podia sobre a Antártida, e esse discurso, impresso pela Câmara Federal, está à disposição para os que desejarem maiores esclarecimentos.

No referido discurso eu propus várias medidas que poderiam ser tomadas visando à ocupação de área que, pelo princípio da confrontação, cabe indiscutivelmente, ao Brasil.

Ou seja: a larga faixa antártica, do Mar de Weddell à Baia do Duque Ernesto, que está compreendida entre os meridianos do Chuí e do Arquipélago de Martin Vaz.

O fato de o Brasil não ter assinado o Tratado de Washington, nem participado do Ano Geofísico, de 1957/58, não significa que tenha renunciado aos seus direitos no Continente Branco, garantidos pelo Princípio da Confrontação ou Defrontação. Foi lamentável, aliás, essa ausência. Antes o deixa livre para agir quando o entender. Mas é preciso que não demore muito, não procure soluções a longo prazo, lá pelo 2.000, como alguns pretendem. Pode ser tarde, mesmo porque:

— Daqui a 18 anos (a contar da assinatura do tal tratado, em dezembro de 1959) cessará a vigência do mesmo, mas o seu artigo XII já reza que "pode ser modificado em qualquer tempo", assim como o art. XIII diz que "ficará aberto à acessão de qualquer Estado que for membro das Nações Unidas".

Maus presságios, como se pode verificar ...

Lembro, mais uma vez, que países como a Noruega e o Japão — este, que pelo Tratado de Paz que lhe foi imposto em 1951 renunciara "a toda reivindicação concernente a todo o direito ou título que se relacione com qualquer parte, mesmo que seja nas regiões antárticas" — também estão na Antártida. O Japão está estabelecido na Antártida, com uma base baleeira, por enquanto, de nome SYOWA.

Gente que, como disse em 1971, em matéria de Antártida, "está mais por fora do que minhoca em pedreira", via **uti possidetis**, por exemplo.

Estas considerações são feitas apenas a título de recordação. Porque, agora, vou partir para o que realmente me traz a esta tribuna, hoje.

Além dos 200 minerais, que as pesquisas geológicas já localizaram na Antártida, entre eles o ferro, cobre, prata, mica, cassiterita, galenita, tório, quartzo, urânio e muitos outros, além do ouro, petróleo, carvão, montanhas de mármore, todos em quantidades notáveis, há os recursos animais, com as baleias à frente, todo um conjunto de recursos que não são para se desprezar, a Antártida é, principalmente:

— uma verdadeira sentinela à vanguarda do controle marítimo e aéreo mundiais, o que lhe confere uma valiosíssima posição estratégica;

— segundo alguém já disse: "quem dominar os pólos dominará o mundo" e a Antártida está num dos pólos. Não é à-toa que as duas

principais potências do Mundo atual — e certamente adversárias — tanto se preocupam em se estabelecer nas regiões polares, no momento, para atividades científicas e pacíficas, segundo apregoam.

Mas, o que mais pretendo acentuar, aqui e agora, é o seguinte:

"A Antártida é vital do ponto de vista da Meteorologia, não só para o estudo de seu próprio clima, como para o das leis da circulação atmosférica e do clima que dá origam à constante emissão das "massas frias". Não é à-toa, pois, que 57 estações de pesquisas metereológicas lá estão instaladas. É verdade que não pesquisem apenas a meteorologia e, sim, algumas coisas mais.

Sabem o que isto significa, Srs. Deputados? Que é possível, mediante meios só deles conhecidos e só por eles empregados, alguns dos lá instalados poderem controlar a emissão de massas frias, alterar o clima em partes do Mundo como quiserem, alterar o nível e o estado das massas oceânicas manejando os gelos polares e outras coisas que não é possível se saber, todas, porém, capazes de causar enormes prejuízos e mortais conseqüências para os pontos ou regiões visadas.

Nas mãos de gente mal intencionada, a Antártida pode ser uma ameaça, um perigo tremendo para a Humanidade, isto é o que é...

De lá se pode fazer chover ou não chover onde se quiser; criar desertos, provocar furacões, inundações catastróficas, maremotos e implantar a destruição, a morte e a miséria onde interessar. Tenho para mim — e esta é uma opinião estritamente pessoal — que o infeliz Paquistão não sofreu, uma após outra, uma série de catástrofes somente por uma infeliz série de coincidências ou uma tremenda maré de azar. Foi muita "coincidência" demais, pois além de uma guerra mortífera, sofreu, em seguida, um furacão, um maremoto, uma inundação catastrófica e uma seca desastrosa, que o reduziram quase a zero, espalhando a fome, a morte, a devastação e a miséria em quase todo o seu território, com epidemias, de contrapeso.

O Paquistão deve ter sido punido, e severamente, aliás. Mas não por Deus, e sim por algum diabo instalado lá na Antártida, provavelmente, segundo creio, até que me provem que estou enganado. O porquê, não sei dizer. Mas, por mera coincidência, isso afirmo que não foi. Chamo a atenção de todos dos meus irmãos brasileiros e, assim o desejaria, do mundo inteiro, se possível: a Antártida pode ser um bem para o Mundo... mas pode, também, ser um grande mal. Tudo dependerá de quem lá estiver, com o poder de controlar o clima, desencadear furacões, maremotos, etc. Ela permite isso, sem sombra de dúvidas. E lanço aqui o meu repto: disse o que disse e me desmintam com urgência e com argumentos científicos e convincentes. Porque não vou acreditar em tapeações de qualquer tipo, e tomarei o silêncio como confirmação do que disse.

É claro que não tenho como provar o que digo, ou melhor, minhas suposições. Também não acuso ninguém diretamente, mas há lá na Antártida quem seja capaz, até de coisas piores. Não estou impressionado por literatura de ficção, e, aliás, é bom lembrar que Júlio Verne, em sua época, foi considerado um ficcionista, e alguns anos após, porém, o seu Nautilus, seu tiro balístico à Lua, sua aeronave, misto de avião e helicóptero, e muitas outras ficções, tornaram-se realidades que todo o mundo vê, usa e admira.

Com o alto grau alcançado hoje pela Ciência e pela Tecnologia, praticamente não há mais ficção tudo pode acontecer, inclusive as coisas mais incríveis. Todo mundo sabe que as massas frias têm origens nas regiões polares e de lá são emitidas para circular pela atmosfera (melhor, pela endosfera) segundo certas leis de circulação.

Poderão ser orientadas pelos caminhos mais curtos, que são os que seguem os meridianos e "guiadas" para determinados locais? Sim, ou não? Penso que sim, até que me provem que não. Os russos, no Ártico, falam em degelo de maciços que, elevando o nível dos mares, produzirão maremotos, inundações litorais, submergirão ilhas, etc, em regiões que lhes interessarem. Isto é possível? Certamente. Poderão fazer isto? É provável que sim; já que o afirmam é porque devem ter meios para executar. Também, como que preparando um álibi, já se fala em um provável novo período de glaciação para a Terra. O último destes períodos ocorreu no final da Era Terciária, quando os gelos chegaram até o nosso Brasil, no Sul, até ao sul de São Paulo; há testemunhos disso encontrados na serra Itararé (warvitos e conglomerados glaciais). É positivo: a Geologia Histórica tem meios para provar e demonstrar o que afirma, como o estudo das camadas dos fósseis e rochas características dos períodos e das eras. Com essas considerações posso afirmar que não me estou baseando em ficções e sim em teorias já comprovadas. Assim como nas ficções que já são realidades e naquelas que, supostas como ficções, podem tornar-se realidades de um momento para outro, se é que já não o são, para alguém. Por tudo isto, lanço a questão e fico aqui na espera, aguardando a opinião dos doutos — que me desmintam, se puderem.

Vou terminar, Srs. Deputados, dizendo que após o meu discurso de 1971 houve uma certa movimentação a respeito da Antártida Brasileira (Antartibrás, como a denominei).

Chegou-se a planejar uma viagem de reconhecimento e estudos, na compra de um navio apropriado, etc. Mas tudo ficou por aí, pois era preciso gastar algum dinheiro, e a empresa não era atraente sob esse aspecto. Agora, porém, creio que qualquer coisa que se faça em matéria de Antártida Brasileira é mais do que tomar posse de terras que nos pertencem e incorporá-las ao patrimônio nacional.

É um imperativo, uma imposição da segurança, e Segurança Nacional.

Que impeça, por exemplo, que massas frias emitidas na direção do nosso território sejam desviadas. Que nada se intente ou se faça por lá, que possa afetar nosso clima, ameaçar nossas regiões naturais, causar-nos prejuízos à custa de calamidades por distorções criminosas mediante remanejamentos meteorológicos ou outras manobras científicas, com prejuízos irreparáveis para a nossa ecologia.

Apelo, assim, como em 1971 apelei, para a nossa gloriosa e brava Marinha de Guerra, a quem, como vanguarda, cabe a missão de reconhecer e assegurar a integração da Antártida Brasileira à comunidade nacional. Como já o fez, no passado, com a ilha de Trindade. Serão precisos gastos e sacrifícios, mas é preciso, é imperativo, e esperar mais tempo é perigoso. Já há muita gente estabelecida na Calota Polar Sul e a parte que dela nos cabe pode escapar às nossas mãos via uti possidetis ou, simplesmente, pelo direito da força, do mais forte.

Marujos do Brasil, é a vossa hora!

A nossa hora, aliás!

A hora da Antártida Brasileira! (**Muito bem! Muito bem! Palmas.**)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Encerrado o período destinado a breves comunicações.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

A sessão foi convocada para discussão e votação do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 1973 (nº 2.285-C/70, na Casa de origem), que dispõe sobre o prazo de prescrição do direito de pleitear judicialmente por inobservância do Estatuto do Trabalhador Rural — vetado, em sua totalidade, pelo Sr. Presidente da República.

Nos termos do art. 38 do Regimento Comum, cada orador poderá discutir a matéria pelo prazo máximo de 20 (vinte) minutos.

Em discussão o projeto. (**Pausa.**)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

De acordo com o disposto nos arts. 44, parágrafo único, e 107 do Regimento Comum, será objeto de deliberação o Projeto vetado, considerando-se aprovado se obtiver o voto favorável de dois terços dos membros de cada uma das Casas do Congresso, em votação nominal.

Nos termos do § 2º do art. 43 do Regimento Comum, a votação começará pela Câmara dos Deputados.

O SR. LAERTE VIEIRA — Peço a palavra, Sr. Presidente para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Laerte Vieira.

O SR. LAERTE VIEIRA (Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presdiente, Srs. Congressistas:

A Minoria, na realidade, é contrária ao projeto que foi vetado, visto que atualmente vige legislação mais favorável ao trabalhador rural, e o projeto, se prevalecesse, iria restringir direitos.

Por esta razão, assim enunciada de forma a mais sucinta, declaramos que votamos favoravelmente ao veto.

O SR. SINVAL GUAZZELLI — Sr. Presidente, peço a palavra, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Sinval Guazzelli, para encaminhar a votação.

O SR. SINVAL GUAZZELLI (Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a bancada da Maioria também tem razões para votar contrariamente ao projeto e favoravelmente ao veto aposto pelo Senhor Presidente da República, e como recolheu, através da palavra do Líder, Deputado Laerte Vieira, o pronunciamento da Minoria, a Maioria solicita a V. Exª considerar a possibilidade, para efeito de votação, de que se adote e se aceite o sistema de votação simbólica. **(Muito bem!)**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Havendo acordo entre as lideranças da ARENA e do MDB, esta Presidência submeterá a matéria ao Plenário, pelo processo simbólico, em votação pública.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. **(Pausa.)**

Está rejeitado.

Rejeitado o projeto pela Câmara dos Deputados, deixo, assim, de submeter a matéria ao Senado, ficando, pois, mantido o veto. **(Pausa.)**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Lembro aos Senhores Congressistas que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão a realizar-se amanhã, às 10 horas neste plenário, destinada à apreciação do veto ao Projeto de Lei da Câmara nº 08/73.

O SR. LAERTE VIEIRA — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Laerte Vieira, pela ordem

O SR. LAERTE VIEIRA (Pela ordem) — Sr. Presidente, apenas para colaborar com a Mesa, para efeito de Ata de registro: foi feita a votação do Projeto, e nós o rejeitamos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Está certo. Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 26 minutos.)

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 48 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr$ 0,50